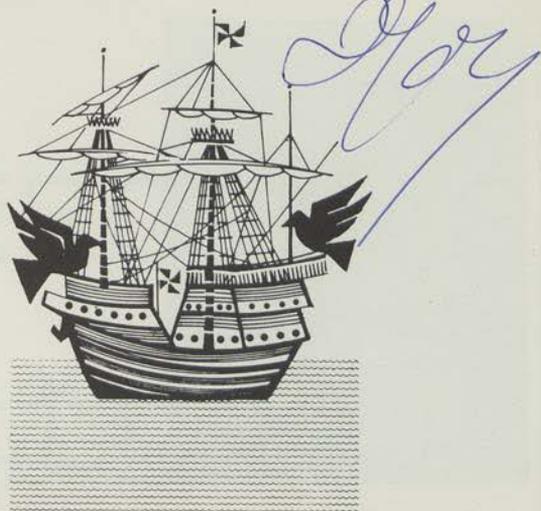


LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVIII — 2.ª SÉRIE — N.º 19 — 1.º TRIMESTRE DE 1987 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

TERCENAS DE LISBOA — III • A CASA DOS
BICOS — O SÍTIO E O EDIFÍCIO — II • OS
CAPUCHINHOS BRETÕES DE LISBOA • A AULA
DO COMÉRCIO DE LISBOA — III - DOS
PROGRAMAS AOS EXAMES • SUBSÍDIOS PARA
A HISTÓRIA DO BATALHÃO DE SAPADORES
BOMBEIROS — II • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora
Tiragem: 2000 exemplares — Depósito Legal n.º 18 112/87



Lisboa - «Place du Commerce»
Reprodução parcial da quarta estampa
da obra «Dix Vues de Lisbonne...»,
editada em 1832 por Lith de Schmid, Genebra.
É autora Celestine Bretaz (1811-1892)
mais tarde sr.^a Lenoir, nascida em Lisboa

TERCENAS DE LISBOA

— III

Sabe-se que por volta de 1412 já o Infante D. Henrique utilizava nas viagens de exploração da costa ocidental da Barbéria «grandes barcos latinos de coberta, demandando pouco fundo, e pequenas equipagens».

Em 1415, quando dos preparativos para a expedição a Ceuta, «examinarão-se pelos Portos do Reino os navios de Guerra, e Commercio em estado de navegar: prepararão-se os que erão susceptíveis de fabrico, e fretarão-se alguns estrangeiros, e construirão-se de novo Galés que faltavão para completar o número de trinta, de que se queria compor huma Esquadra...»⁽⁶⁶⁾

Casas de Ceuta — Teria sido por esta altura que D. João I pediu ao Concelho a cedência das casas do Curral dos Bois, para armazenar os mantimentos destinados à frota. Assim creio depreender-se da petição que os vereadores fazem a D. Afonso V, em 25 de Dezembro de 1439: «Os vereadores e procuradores e homens bõos E os procuradores dos mestres desta muy nobre e ssempre lleal cidade de Lixboa...

«Sehor a cidade avya em esta meesma hũas casas ssuas proprias na Ferraria honde ssoya destar o curral dos bois E el Rey dom Joham vosso avo nollas pidio emprestadas por hũu tempo pera sse em ellas poer o mâtijmento provisom pera Cepta E depois que as assy teve por lhas muytas vezes Requeremos e a vosso padre tambem E Nunca nollas quis mandar entregar... pedimosvos Senhor por merçee que nos mandees dar e desembargar as ditas casas que nossas ssamca sse algũus mantijmentos e cousas pera Cepta querees teer deposito assaz

vos deve abastar as vossas taracenas que estam vazias...»⁽⁶⁷⁾

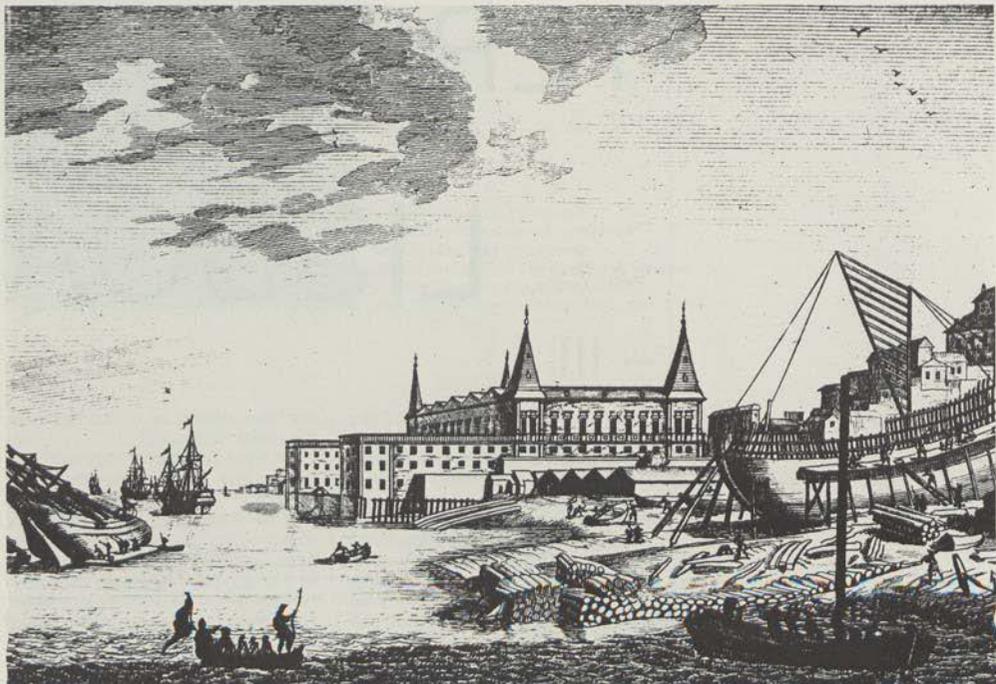
Em 1449, D. Afonso V cede ao Infante D. Henrique, seu tio, umas casas das tercenas.

«Dom Afonso... fazemos saber que nós querendo fazer graça e merçee ao Infante Dom Henrique meu muyto prezado e amado thio Teemos por bem e damos lhe que tenha e aja de nos daquy em diante... as duas casas das nossas tarçenas da cidade de lixboa que a em ambas duas naves que estão junto com as casas de Cepta das quaaes tarçenas se ora o dicto Infante serve com tanto que ell as adube E correga de todo o que lhe mester for a sua custa em quanto as assy tever E porem mandamos aos nossos almuxarifes das dictas tarçenas E do nosso almazem da dicta çidade e a outras quaaes quer que esto ouverem de veer que lhe leixem teer as dictas tarçenas e servir dellas no que lhe prouver em quanto nosa merçee for como dicto he...»⁽⁶⁸⁾

Seja coincidência, ou não, é interessante notar o dizer-se = duas casas das tercenas = em ambas as duas naves, e lembrarmo-nos das duas Casas das Galés de D. Dinis.

Nave, lê-se no Dicionário de Moraes, é cada uma das divisões longitudinais de uma casa.

Esta definição não ajuda muito bem a compreender o que se pretendia indicar no documento. Todavia, uma carta, sem data, mas provavelmente coeva, escrita por Frei João Claro a el-Rei, falando do seu Mosteiro de Alcobaça, possa esclarecer um pouco o que então se designava por Nave. Diz, numa passagem «acerca de varandas na claustra»:



Ribeira das Naus.
Ao fundo,

o Palácio dos Corte-Real

«Item. Senhor. Estas varandas de que fallo assy arrimadas e acaroadas aa parede e casa das necessarias atee onde se acaba a dicta casa das necessarias se podem fazer muy em breve e muito muito mais que varanda sobre a claustra e mais faz se com ella em sembra hũa nave da claustra ijª per onde da porta do palatorio yram hos monges pera a infermaria sem receo de em elles chover o que se agora nom faz». (A.N.T.T. Gavetas, 3066.XV,2-42, doc. sem data — sembra = juntamente).

Desta forma, e com certas reservas, parece que se entendia por nave cada um dos lances cobertos da claustra.

A propósito das Terceiras do Porto, na margem sul do Douro, diz António Cruz, citando as Memórias de Francisco Dias, procurador da Fazenda Real em 1548:

«Da banda de Vila Nova estão umas oito casas armadas sobre arcos, muito compridas; afirma-se que se fizeram para ali se meterem galés em tempo do Inverno e bem parece ser para esse efeito; e porque isto é muito antigo, serve uma parte delas para se matarem e faze-

rem as carnes de el-rei para suas armadas». (Aut. cit. O Porto e as Navegações na Expansão, pg. 31).

Posto que não fale em nave, nem seja legitima qualquer correlação, o facto é que nos pode ajudar a fazer uma vaga ideia, se bem que o número de conjecturas possa ser grande, consoante a imaginação de cada um

Pelo modo de dizer do documento, as duas naves deveriam ser idênticas, e próximas uma da outra, e perto das Casas de Ceuta. Porque designadas por naves, deveriam ser relativamente compridas e amplas; e porque a nave não deve ter divisões, as casas que se diz haver «em ambas duas naves», estariam contiguas a uma das paredes da nave, uma vez que a outra parede poderia ser rasgada com arcos, ou pilares. Casas e nave em um edificio, ou em dois pegados, ou em dois separados, quem o poderá dizer.

Junto figuro quatro hipóteses de uma das naves. Cada qual imagine outras mais. (Ver adiante em pag. 7)

Mas estava a falar nas Casas de Ceuta.

A situação destas Casas de Ceuta é indicada em um documento de 3 de Abril de 1450, no empraçamento de umas casas em Lisboa, fronteiras às Casas do Desembargo de Ceuta.

«Dom Affonso etc, fazemos saber... (que havia três meses se fazia pregão) pera aforar e emprazar em vida de tres pessoas as nossas casas que nos avemos na Rua do Saco que som na dita cidade hu lavram os tenoeiros as quaaes cassas partem de hũa parte com as nossas casas que ora traz Afonso Martinz marynheiro... e por detraz partem com outras nossas cassas que estam na Rua Nova... e por diante partem com dita Rua publica as quaaes cassas estam em frente das casas do dessembargo da nossa çidade de Cepta...» (7)

Postos que foram os sucintos aspectos históricos pertinentes à zona ocupada pelas tercenas, passemos ao que a interpretação dos documentos possa esclarecer.

Constata-se que as Casas do Curral do Concelho e Curral dos Bois, pedidas por empréstimo por D. João I, não retornaram à posse do Concelho, e passaram a ser conhecidas como Casas de Ceuta.

Acrescentarei, mas apenas a titulo de esclarecimento, que o Curral do Concelho era o matadouro = «curral onde matam o gado e as vacas» (8); o Curral dos Bois era onde se recolhia o gado antes de o abater.

A verdade, porém, é que, apesar da documentação de que dispomos, se torna impossível uma reconstituição dos vários edificios neste local. Que os dois currais existiam parece não poder duvidar-se; quanto confrontações de 1390 de «casas ante o curral onde matam o gado e as vacas, as quaes partem do avrego com o curral das vacas e ao aguião com o muro das nossas casas da rua nova» (9), aponta os dois, porquanto as casas estavam diante de um e tinham o outro a sul.

As casas agora mencionadas ante o curral, têm muitas probabilidades de serem as que se apontam estar situadas a levante do chão mencionado no documento de 1373, isto é, entre o curral do concelho e o tal chão. Coloca-se uma dúvida: a da confrontação destas casas, a sul, ser com o curral das vacas e não com a rua pública, ou, designando-a, a rua do Saco. Só uma hipótese nos poderá tirar deste embaraço, e que é a de, por conhecimento muito posterior, se saber

que esta rua do Saco «não tem sahida» (10), e em 1435 o município ter já umas casas junto do curral dos bois «que partem com o beco e alpendre que vai ao fundo do campo das privadas». (11)

Ora, uma vez que a rua do Saco só mais tarde se prolongou, embora sem saída, a hipótese acima obriga a admitir que, à data do documento onde se indica a confrontação sul das casas del-Rei com o curral dos bois, a rua do Saco (ou beco do curral como também se chamou) terminava antes de chegar a essas casas.

É ainda muito possível que sejam estas casas (algumas, é claro), as mesmas a que se refere o empraçamento de 1450. E nesse caso, porque nunca se diz que partem com o curral, mas sim que estão ante, ou diante, dele, afigura-se que deveria existir qualquer espaço, formando um corredor ou algo semelhante.

Tanoeiros — Era na redondeza das casas antes citadas, que os tanoeiros exerciam o seu officio, quer na rua, quer nas casas do empraçamento de 1450, e também na própria Casa de Ceuta, como se vê num documento de 22 de Novembro de 1436:

«Dom Eduarte... por quanto hũa das principaaes cousas que som necessarias pera provymto dos que estam em Cepta asy hé louça pera lhes levarem os mantimentos pera que compre tanoeyros hordenamos por boo Regimento de privilegiarmos certos tanoeyros que continoadamente estem e lavrem a dita louça na casa de Cepta que esta em esta cydade... (faz mercê a Antom Eanes) em quanto em a dita casa lavrar pollos so-



breditos preços nom vaa servir em Cep-
ta...». (7)

Apenas por curiosidade cito um documento do ano de 1344, pelo qual se fica ciente de os tanceiros costumarem trabalhar na Rua da Ferraria: «... na rua da ferraria, traz a rua nova, onde lavram os tanceiros, onde chamam a porta da herva, a par das taracenas». A casa a que se refere este emprazamento, partia a norte com o muro (o de D. Diniz) e a sul com o campo do Concelho. (7) (Porta da Herva, ou Porta do Muro, depois Arco dos Pregos).

Em 1389, um documento menciona um «sobrecoé que elle (Rei) ha em Lisboa na rua nova, sobre a porta da erva onde vendem os pregos, que já foi casa, que parte de duas partes com casas do dito senhor, e com rua publica, e doutra o curral dos bois.» (7)

Será de supor que o curral tenha sido construído em tempo de D. Fernando. Pelo menos consta em documentos de 1373; contudo, pode muito bem ser anterior. Repare-se que o documento acima, do ano de 1344, já fala do campo do Concelho, que ficava a sul da Rua das

Ferrarias; isto é, em 1344, ao tempo de D. Afonso IV, neste sítio da Porta da Herva, a zona ribeirinha conquistada ao Tejo já até onde se veio a levantar a muralha de D. Fernando. Assim, qualquer um poderá admitir que o curral tenha sido construído entre 1344, onde só consta o campo, e 1373, onde já consta o curral.

Vieira da Silva, falando das Casas de Ceuta, diz: «Ficavam neste sítio da rua da Ferraria as Casas de Ceuta, como vimos ao estudar o traçado da muralha de D. Fernando por meio das confrontações extraídas do Tombo de 1573. Foram naturalmente construídas depois da conquista de Ceuta por D. João I em 1415. Ficavam do lado sul da rua, encostadas à muralha nova de D. Fernando, no sítio que indicámos quando tratámos desta muralha (estampa I), e inferiormente a elas passava o cano real em direcção ao Tejo». (8)

Mas, antes de comentar, vamos um pouco adiante.

Casas da Mina e da Guiné — A seguir diz o citado autor: «do lado norte da mesma rua, ou ao fundo dela, ficavam as

A Ribeira de Lisboa —
Fragmento de um painel de azulejos,
azul e branco,
princípios do séc. XVIII —
Museu da Cidade.
Mercado do Peixe
defronte da
Casa dos Bicos



casas do dito senhor (rei) onde se recolhiam os mantimentos da Mina e Guiné (estampa I).

Evidentemente que esta opinião nos embarça um tanto; poderia muito bem passar por alto, por não condizer com a ideia que tracei do local. Mas há é que considerá-la. O sítio era o da Ferraria; só que a rua era a do Saco, conforme aparece nos documentos. As casas do curral que estavam quer a norte quer a sul da rua do Saco serviram de armazém das «coisas de Ceuta», e passaram, talvez por isso, a ser designadas por Casas de Ceuta. Em 1450, as que se situavam a sul da rua do Saco constam com o nome de Casas do Desembargo da nossa cidade de Ceuta. As que se situavam a norte da rua do Saco, só depois da descoberta da Mina passaram a ser conhecidas por Casas da Mina e Guiné, enquanto que as situadas a sul da rua se mantiveram com o nome de Casas de Ceuta.

Com o nome de Casa de Ceuta, se vê ainda designada no Regimento dado por D. Manuel à Câmara de Lisboa, em 30 de Agosto de 1502: «O canno real que se começa de tras dos estaços, de fora dos muros, e vem ao longo do Rosyo pela caldeiraria e pra rua nova del-Rey, ao topo da rua nova dos mercadores, e pasa pra baixo da casa de çeita;...»⁽¹⁾

Se bem que Vieira da Silva tenha desido ao infimo detalhe no estudo da velha cidade, quer na toponímia e sua alteração no decorrer dos tempos, quer da relativa situação das ruas, praças, etc., não o fez contudo quanto ao tema de que me ocupo. Por isso não se debruça demasiado, nem perde tempo na busca e análise de todos os pequenos indícios que ajudam a idealizar as tercenas e o seu evoluir.

Assim, ao supor que as Casas de Ceuta tenham sido construídas depois da conquista de Ceuta em 1415, até pode não estar longe da verdade, se é que estaria a pensar naquelas sob as quais, em 1502, lhes passava por baixo o cano real. Mas, de modo algum nas casas «honde soya destar o curral dos bois», que eram do Concelho, e das quais este requer a restituição em 1439. Restituição que não teria sido feita, outrossim, quando em 1449, D. Afonso V doou ao Infante as duas casas das tercenas «Junto com as casas de Ceuta», se estas últimas fossem as que estavam sobre o cano real, tornavam-se incompreensíveis as confrontações do empraçamento do ano seguinte de 1450. Até



Imaginação arquitectónica de naves

prova em contrário, neste meado do século XV, as Casas de Ceuta — armazéns e desembargo, se assim as quisermos destrinçar — ainda eram as do curral dos bois.

Resumindo: Pela interpretação que faço dos documentos sou levado a crer que as Casas de Ceuta, que aliás ocupavam mais do que um edifício⁽²⁾, (pelo menos um a norte e outro a sul da rua do Saco), passaram a ser assim designadas após a conquista de Ceuta, e não porque tenham sido construídas propriamente para «armazém das cousas de Ceuta». É porém natural que, a sul da rua do Saco, e em data que não foi possível encontrar, se haja construído novos edifícios no terreno das tercenas de D. Dinis, no espaço compreendido entre o curral dos bois e o campo da Oira. Seria por baixo destes novos edifícios que passaria o cano real.⁽³⁾

Em frente das Casas de Ceuta havia uma porta de acesso à Ribeira, chamada porta da Casa de Ceuta. Deve ter sido aberta na cerca de D. Fernando, já pelo século XV, desconhecendo-se contudo a data. Não me espantava, porém, se alguém, mais feliz do que eu, viesse a descobrir que o Infante D. Henrique a tivesse mandado fazer, para mais fácil movimentação entre os armazéns e as tercenas. Segundo o Tombo de 1573, referido por Vieira da Silva, ficava esta porta distante para ocidente 26,4 m contados a partir do cunhal do muro onde se situava a Fonte da Frol, seja, do ângulo

que a cerca fazia para a Porta dos Pregos.⁽⁴⁾

Neste lanço da cerca, entre a Fonte e o Arco do Açougue⁽⁵⁾, autorizou D. Afonso V, em 1478, que a cidade mandasse construir um alpendre para açougue das versas ou mercado das hortaliças.

Esclarecido que foi o que penso sobre as Casas de Ceuta, passo agora à Casa da Guiné.

A Casa da Guiné veio a instalar-se no edifício das Casas de Ceuta, que ficava a norte da rua do Saco. A dificuldade reside em saber-se desde quando.

O chamado Trato das Mercadorias com a Guiné, estava já estabelecido em meados do século XV. Um documento de 27 de Fevereiro de 1473, refere-se-lhe nestes termos:

«Dom Afonso... A vos cide de ssousa fidalgo de nossa cassa E capitam dos navios que ora mandamos a guinea... sabede que... Nuno antonez de gooes escudeiro fidalgo da cassa do Ifante dom anrique... mandamos que elle seja mercador... e Resguate todallas mercadorias que mandamos nos dictos navjos... Mandamos que as duas caravellas que vos mandades fazer o Resguate aalem do Ryo de ssam Joham que ele vaa em ellas por capitam e faça o Resguate...»⁽⁶⁾

Por este ano já era habitual o retorno a Portugal na «volta do mar largo», confor-

me o dizer do Alm. Gago Coutinho, e daí que a chegada dos navios do Trato fosse a Lisboa, e não a Lagos ou Tavira, como era costume antes.

A Feitoria do trato de Arguim estava instalada na Vila de Lagos, numas casas que eram do Infante D. Henrique.

Em 4 de Junho de 1463, D. Afonso V determina que essa feitoria de Lagos mude para Lisboa, nomeando logo Diogo Dias para feitor e tesoureiro da dita feitoria, tanto que ela se instale em Lisboa.

A mudança tardou um pouco, dado que, exactamente um ano depois, o rei manda a João Baldaia, recebedor dos direitos e do trato de Arguim, que entregue a Fernão Valarinho as casas que foram do Infante, e onde ele, recebedor, arrecadava os ditos «djreitos e cousas». ⁽⁸²⁾

Em 1469, entendeu o Rei arrendar o comércio da Guiné a Fernão Gomes, armador e negociante em Lisboa, por duzentos mil réis cada ano, e por cinco anos, com a obrigação de descobrir à sua custa cem léguas de costa em cada ano, da Serra Leoa para o sul. ⁽⁸³⁾

Na sequência deste contrato, por ordem de Fernão Gomes, saíram João de Santarém e Pero Escobar em duas caravelas, e descobriram em Janeiro de 1471 o lugar a que se deu o nome de Mina.

Talvez em virtude do referido contrato, tenha D. Afonso V cedido a Fernão Gomes uma das naves das casas das Terceiras, por carta de 7 de Fevereiro de 1471.

É de supor que fosse uma das duas naves junto às Casas de Ceuta, que o mesmo Rei dera ao Infante D. Henrique em 1449, uma vez que o documento a situa entre as Terceiras e o Celeiro «da nossa cidade Çepta», celeiro que, indubitavelmente, faria parte das Casas de Ceuta. Antes de passar à transcrição faço notar o facto de a nave se situar entre as Terceiras e o celeiro, o que nos leva de imediato à noção de já não deverem existir terceiras no espaço a sul da Rua Nova.

«Dom Afonso etc, fazemos saber que querendo fazer graça e merçee a fernam gomez nosso escudeiro e sentijmdo assy por nosso servijço a nos praz e queremos que elle tenha E aja húa nave das cassas das nossas tareçenas da nossa çidade de lixboa que estaa amtre as dictas tareçenas E o çelleiro da nossa çidade de çepta que ora estaa descuberta com estas comdições que sse ao djante seguem — com comdiçom que

elle cubra de telhado e corregimento que ouver meester E a tenha emquanto durarem os trautos que de nos tem das partes de gujnee ssem nos della pagar coussa algúa E acabado o dicto tempo de hi em diante sse lha nos quisermos tomar pera nos que nos lhe sejamos obrigado e lhe mandarmos pagar toda a despeza que no corregimento della fez contanto que elle a correga perante hũu dos nossos estprivaaes das dictas tereçenas pera estprever em sseu livro verdadeiramente todo o que nella despendeo o dicto fernam gomez... E nom na mandando nos tomar pera nos que elle dicto fernam gomez nos pague em cada hũu anno de foro dentro em o nosso almazem da dicta cidade dous mjl Reaes brancos...» ⁽⁸⁴⁾

Dez anos mais tarde, D. João II resolveu mandar fazer uma fortaleza na Mina, e o primeiro que se ofereceu para tal empresa foi Fernão Lourenço, escrivão da Fazenda del-Rei, que depois foi Feitor das Casas da Índia e Mina. (Garcia de Resende, *Chr. del-Rei D. João II*, cap. XXV). Mas o rei escolheu de preferência a Diogo de Azambuja, que em Janeiro de 1482 iniciou a construção. Regressou ao Reino em 1484.

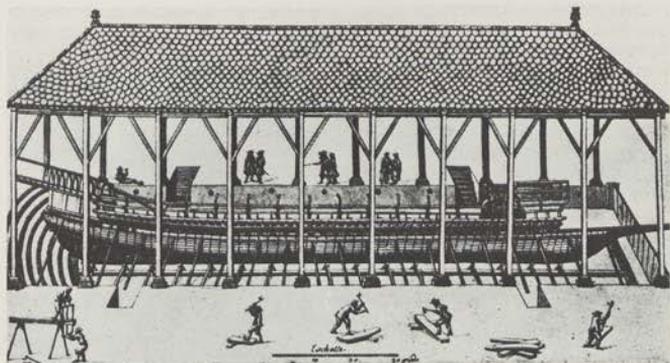
Anotados que foram estes tópicos, passemos agora aos documentos conhecidos.

Em 1483, entendeu D. João II que as tendas dos ferreiros produziam muito fumo e pó, o que causava muito «dano à nossa casa da Guiné», pelo que determinou que saíssem donde estavam, para «algum outro logar ahi, perto d'essas taracenas». ⁽⁸⁵⁾

Verifica-se, pois, que a Casa era denominada da Guiné, apenas, e, uma vez que o contrato com Fernão Gomes terminara em 1474, ou 75, o que se afigura lógico é ter sido assim designada entre este ano e o de 1483.

Dois anos depois de 1483, diz V. da Silva, já essas tendas estavam feitas, porque em troca de uma antiga que foi apropriada «para serviço d'eIRei à serventia das casas da Mina, (obteve F.) uma tenda das novas das que mandou (o rei) fazer à custa das terceiras contra o mar, a qual tenda parte de uma parte com a torre das casas em que fazem as bombardas, e por detrás com o curral das ditas terceiras, e por diante com rua publica que vae do postigo d'oura para a porta da ribeira (1485). ⁽⁸⁶⁾

«A porta da Ribeira mencionada neste documento é a que depois se chamou Postigo dos Armazéns, os quais ainda



Reproduzido da
«Histoire de la Marine Française»
Construção de uma galé

Paço da Ribeira, Ribeira das Naus e Palácio dos Corte-Real.
Museu da Cidade



não existiam em 1485. Esta nova tenda ficava junto e ao norte da Porta dos Armazéns e portanto um pouco distante da tenda junto da Casa da Mina, pela qual foi trocada».

Consequentemente tudo aponta para que D. João II tenha acrescentado ao nome da Casa da Guiné, o da Mina, após a chegada de Diogo de Azambuja, em 1484. E quase se poderia pensar que mais estaria na intenção trocar o nome só para Casa da Mina. Parece que a importância de cada coisa deveria estar muito na primazia a conceder.

Uma carta de mercê a Fernão Lourenço, cavaleiro da Casa Real, datada de 6 de Setembro de 1486, nomeava-o tesoureiro, e feitor, da Casa da Mina e tratos da Guiné. Numa outra carta, de 27 de Janeiro de 1487, determina o rei a Fernão Serrão, «almoxarife do armazem e taracenas de Lisboa», que se mudem as tendas dos ferreiros que estavam junto à Casa da Guiné, para um local perto das taracenas; e que Fernão Lourenço, feitor da dita Casa, indique o sítio mais conveniente. Isto, pelo dano que a Casa de Guiné recebia e bem assim as mercadorias nela armazenadas. (86)

Em 1494 (ou 1495), o Dr. Münzer visitou, em Lisboa, a Casa da Mina. Da minuciosa descrição que faz, retiro apenas estas breves indicações:

— que é uma casa grande, na qual estão em enorme abundância as mercadorias que el-Rei manda para a Etiópia;

— noutra casa o que é trazido da Etiópia: grãos do paraíso, muitos ramos e cachos de pimenta, etc.;

— outras quatro grandes casas, onde estão inúmeras colubrinhas, e armas de arremesso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, em enorme abundância, sem falar do que em toda a parte, por esses mares fora, se encontra espalhado pelos navios.

Como se vê, a nomenclatura usada não deixa de causar certos embarços. Claro que, se as casas mencionadas significassem outros tantos edifícios, seriam seis. O que custa um pouco a aceitar. Por isso, a lógica obriga antes a pensar-se em dois edifícios: um deles, a Casa da Mina e tratos de Guiné, embora houvesse uma separação em duas casas, ou divisões, uma para as mercadorias, outra para as especiarias; e um outro edifício, o Armazém das armas, ou Armaria, conforme se vê em alguns documentos, com as quatro casas, ou divisões.

Casa da Índia — A construção do Palácio Real, ou Paço da Ribeira, veio alterar bastante a fisionomia topográfica desta zona. Iniciadas as obras em 1500, foi o Paço inaugurado em Dezembro de 1505.

É de crer, tal como D. João II em 1484 passou a denominar Casa da Mina à antiga Casa da Guiné, que D. Manuel tenha criado a Casa da Índia, após a chegada de Vasco da Gama.

Um Alvará de 28 de Março do ano de 1500, revela que assim era denominada por el-rei. E também, que em virtude da peste que então se manifestava em Lisboa, a dita Casa estava instalada em Almada.

Diz o Rei dirigindo-se aos Vereadores da Câmara de Lisboa: «... porque como sabeis a nossa caza dos tratos de Guiné e Índias, está em Almada, e se alguma couza nella acontece, o que nosso Senhor defenda, quanta perda nisso Receberia e dezaviamento por avitarmos a gente que na dita villa está hir a dita cidade, e se poder milho e com mais Rezam guardar, vos encomendamos, e mandamos, que vos mandeis logo a dita Villa aquella soma de pam que vos Fernam Vas, nosso feitor delles diser com quaesquer seguranças e resguardo que quizerdes pera que na dita Villa se der aos moradores della e a nossos Officiaes...». (87)

Dois anos antes, em 1498, o trato da Casa da Guiné estava em Lagos, conforme se pode ver deste mandado:

«Mandámos ora tomar a Joham do Avellar, cavaleiro de nossa casa, de todo o que recebo do oitavo de certas caravellas de Frolemtis, que se armarem pera os rios da Guiné, estando ho trauto da Casa da Guiné em Lagos... Dada em Lixboa aos 18 de Fevereiro... anno de 1498». (88)

Por quanto tempo se manteve o trato da Guiné em Lagos, e em Almada, não creio fácil determinar.

Por volta de 1502, nas Casas da Mina, agora chamadas Casas da Índia e Mina, faziam-se obras de ampliação de certo vulto. (89)

As obras na Casa da Mina e Índias ha indicação do que se recebeu e dispendeu desde 1507 a 1514, e depois em 1517. Estava nomeado um almoxarife das obras, que era Afonso Monteiro. O dinheiro para essas obras, infelizmente não mencionadas, foi entregue principalmente pelo Recebedor da venda da especiaria (a venda da pimenta na Casa da Índia estava feita por contrato desde 1508 a 1514), pelo Tesoureiro da Casa

da Mina, pelo Almoxarife do armazém da Índia, pelo Tesoureiro da Casa da Índia, e por outros mais.

Alguns anos mais tarde, em data imprecisa mas antes de 1510, parece ter sido construída, ou instalada, uma outra Casa da Índia, onde era o Armazém, que se situava a sul da Torre das Pombas, ou Torre do Pombal.

Este armazém figura em um documento de 1501, respeitante ao emprazamento de umas casas que eram só uns sobrados, conforme se lê: «parte a dita torre em que os sobrados estão (de três lados com casas do rei) da outra parte com o muro do dito armazém (do reino), e por debaixo vae a dita rua publica que foi judiaria». (90)

Pela localização, este armazém situar-se-ia na área ocupada pelas primitivas tercenças de D. Dinis, mais propriamente onde este Rei devia ter as Casas das Galés. E tudo leva a supor que o muro, que agora se diz «do dito armazém», seja o mesmo que antes era chamado «muro das taracenas».

Por conhecimento posterior sabe-se que neste edificio se esculpiu na pedra os dizeres «Domus Indica Vetus», na cimeira de uma das portas. Como não faz sentido chamar-se «antigo» ao que é novo, manda o nosso raciocínio que tal inscrição só deveria ter sido feita depois da construção da Casa da Índia Nova. Mas não nos adiantemos.

As obras levadas a cabo neste local teriam ocupado, quer o espaço das antigas tercenças de D. Dinis, quer as de D. Afonso IV a D. João II. Assim:

— Mantém-se as Casas da Moeda e as Casas de Ceuta.

— As Casas da Índia e Mina separaram-se, voltando à primitiva, com a denominação de Casas da Mina e Guiné, que se mantém.

— No sítio das Casas das Galés de D. Dinis aparecem os Armazéns (do reino), de D. João II. É muito provável que estes Armazéns tenham sido construídos por D. Afonso V, pouco antes de 1474, uma vez que, em uma arrematação feita em Agosto deste ano, consta que este monarca manda mudar o Armazém que estava situado perto do Terreiro do Trigo, para as casas que mandou fazer nas suas tercenças.

«Saybam quantos este estromento de rematçam virem... que elle (o Rei) manda aforar novamente (duas casas do armazém) por quanto elle manda mudar o dito almazem pera as casas que mandou fazer nas suas tercenças. as quaaes sam



a logea em que estava escrevaninha. E a outra logea escura em que estava a polvora todas de fundo açima com todolos balcões e ellas conjuntas. E may com a tore de sobre o terreiro do trigo e com suas entradas e saydas e logeamentos e pertenças...» (7)

— É esta Casa, suponho, aquela que em uma gravura anterior à de Braunio, (8) aparece representada formando um U aberto a sul, deixando entre os edificios um pátio que, depois, foi chamado Pátio da Capela Real, quando se construíram as Casas da Índia Novas.

A abonar esta separação está o que se lê na introdução ao Regimento da Casa da Índia, «feito pelo Senhor dom manoel em o ano de MDIX».

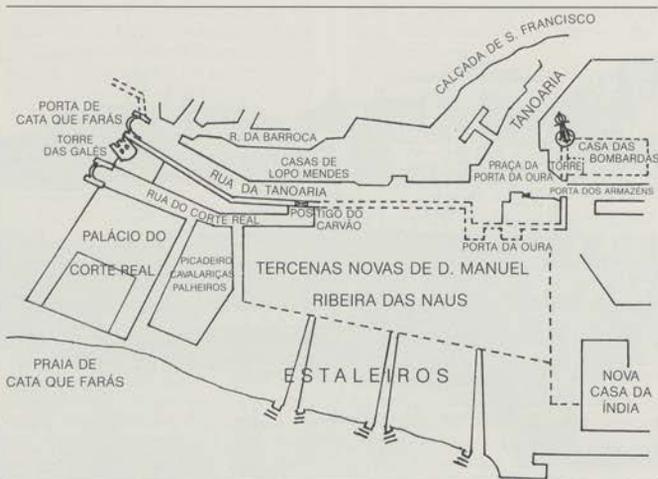
«Dom Manoel, etc. A quantos essa nossa carta do regimento virem fazemos saber, que considerando nós quam grandes são os nossos tractos de Guiné e das Índias, A Deus louvores, y..., de as tais cousas serem bem regidas e governadas, y conservadas; e parecendo-nos que por o negocio ser grande, e de muita importancia, y occupaçam; E se não podia tudo isto bem fazer por um Feitor Thesoureiro, y tres Escrivães, que y ha-

Vista parcial da Ribeira de Lisboa, no século XVI, quando da partida do Padre Mestre Francisco Xavier, que mais tarde veio a ser santificado

Tercenas novas de D. Manuel,
ou da Ribeira das Naus.

No canto noroeste da Casa das Bombardas
está representado o actual pelourinho,
mas apenas para efeito de referência.

Planta elaborada sobre estudo
do Eng.^o Vieira da Silva.



via, ordenamos sentindo assy por muito
nosso serviço y por darmos melhor or-
dem, forma y aviamento as cousas que
se ham de fazer em cada tracto, y pera
que humas não possam embaraçar, nem
fazer impedimento as outras e que hou-
vece hum Feitor de ambas as ditas Cas-
sas, e trez Thesoureiros, convem a sa-
ber um Thesoureiro de Especiaria e ou-
tro do dinheiro da venda dela, y outro da
Casa da Guiné e da Mina, a cinco Escriv-
ães convem a saber, trez para Casa das
Índias, e dous para a Casa da Mina e da
Guiné, para a qual, Feitor, Thesoureiro y
Escrivães ordenamos e mandamos fazer
os regimentos adante declarados, para
por eles cada um saber o modo, y ma-
neira, em que nos ditos Officios nos ham
y devem servir, conformando-nos com
os Regimentos, que thé agora hy houve
das Casas de Guiné, como thé agora se
pratica nas ditas casas, despachos, y
cousas dellas, acrescentando algũas,....»

(100)

Outras alterações — No sitio onde D.
Afonso IV tinha a casa das madeiras
(1352), surge a Armaria (ou armazém
das armas), em tempo de D. João II. E a
sul da dita Armaria o curral das tercen-
as, podendo presumir-se que occupasse a
outra casa da madeira que fora constru-
ida pelo almoxarife, ou o lugar dela.

No campo a «cabo dooyra», (o da
seca do pescado), porque para aí come-
çaram a mudar-se os tanoeiros, por
meados so século XV (1456), surge a
Tanoaria e o Largo ou Praça da Porta da
Oura.

Um documento de D. Afonso V, do
ano de 1463, parece revelar que no sitio
da Oura, para dentro da muralha fernan-
dina, já não deveriam existir tercen-
as navais. Pediam «os tanoeiros moradores à
porta d'oura em a nossa cidade de Lis-
boa, para que não desse nem aforasse o
chão da praça que está à dita porta d'ou-
ra ao longo das nossas tercen-
as, para em elle haverem de fazer casas, por-
quanto o dito chão e praça lhes era muito
necessário para haverem de ter e lavar
sua madeira para seus officios; e em
tempo das guerras, sendo a dita cidade
cercada por mar, como já foi (em tempo
de D. João I), não havia lugar em que se
pudesse armar engenho senão em a dita
praça». (100)

Este chão é, muito verosimilmente, o
«grande espaço entre as casas e as tana-
ças» do documento do ano de 1329. E
sabemos, pois já se disse antes, que ao
nascente deste chão estava a Armaria e
o curral das tercen-
as.

Faço notar que, ao dizer acima que já
não deveriam existir tercen-
as navais, me
estou a referir àquelas que aí teve D.
Afonso IV, pois que as tercen-
as mencio-
nadas no documento acima, de 1463,
estavam por fora da cerca, se é que ain-
da existia cerca.

Mais para o fim do século XV, a sul do
curral das tercen-
as, entre este e a Porta
da Ribeira (depois Postigo ou Porta dos
Armazéns), construiu-se «à custa das
tercen-
as contra o mar» as casas onde
fazem as bombardas, casas que tinham
uma torre. (101) Para fazer ideia da sua

localização, imaginemos a actual Praça do Município quarteada; a casa das bombardas ocupava o quadrilátero sueste, sem exceder a largura da rua do Arsenal.

Tudo isto nos faz suspeitar que os estaleiros de construção naval, os varadouros de naus, gaiés e caravelas, ou outro tipo de embarcações, já estariam instalados em terreno conquistado ao rio, em frente ao sítio que se chamava a Oura. Impossível é afirmar-se com exactidão, porquanto faltam documentos que elucidem a respeito do espaço para ocidente da Porta da Casa de Ceuta, o que não acontece quanto ao espaço para oriente.

O pouco que consegui apurar, e que ainda se reporta à Cerca Fernandina, é a de as passagens para a Ribeira, neste sítio da Oura, serem apenas a Porta da Oura, a Porta da Ribeira (ou Porta dos Armazéns) e a Porta da Casa de Ceuta. ⁽¹⁰²⁾

A porta da Oura tinha duas torres que D. João II mandou demolir em 1483, mas que V. da Silva duvida de que tal ordem tenha sido completamente cumprida. Consta ter sido alargada em tempo de D. Manuel. ⁽¹⁰³⁾ A Porta da Ribeira não devia ser passagem muito franca, outrossim não a teriam designado por Postigo.

Tercenas novas de D. Manuel — Em toda esta conjuntura o que se pode ter por certo é o facto de as tercenos, no início do reinado de D. Manuel, se terem estendido para ocidente, para lá da Porta da Oura. Um documento do ano de 1501, menciona a existência de uma torre «pegada à casa nova dos mastroz que ora mandamos fazer à porta da Oura, e pegada com a nossa tercenos nova». ⁽¹⁰⁴⁾

Assim, e salvo melhor opinião, conclui-se que as tercenos, ao tempo de D. João II, não ultrapassavam para poente a Porta da Oura, e é D. Manuel que aumenta essas tercenos com uma outra, «nova», que posteriormente veio a ser conhecida como Ribeira das Naus. Não indica, porém, até onde. Todavia, documentos da época mostram que iria até à Porta ou Postigo que Lopo Mendes do Rio abriu na cerca, em 1501: «um buraco, por nossa (de D. Manuel) licença, em o qual elle hade fazer porta». ⁽¹⁰⁵⁾ Não tardou que nas proximidades se viesse instalar o mercado do carvão, e logo o vulgo o passou a chamar Postigo do Carvão.

E que as tercenos não deviam ir muito além deste sítio, depreende-se de um documento, donde consta que embargado o senado em 1514 as obras do

palácio de Vasco Eanes Côrte Real, por motivo de «errar a serventia da Ribeira, que vai do Terreiro do Carvão para Cata-que-farás, da banda de fora do muro», o rei entendeu que não resultava prejuízo à circulação, porquanto à cidade «fica sua serventia ordenada por a porta de cata-que-farás, e rua dos arcos (rua do Arco dos Cobertos, de 1755), e que podem sair à ribeira por a porta do muro das casas de Lopo Mendes (Postigo do Carvão, de 1755)». ⁽¹⁰⁶⁾

Esta rua dos Arcos, ou rua do Arco dos Cobertos, era a antiga rua da Tanoaria na extensão que medeava entre a Porta da Oura e a Porta de Cata-que-farás; seguia o alinhamento da actual Rua do Arsenal, desde a Praça do Município para poente, mas depois inflectia para noroeste pela actual Travessa do Cotovelo, abrindo-se a Porta de Cata-que-farás a cerca de metade da actual extensão da travessa, uma vez que o sítio de Cata-que-farás (hoje o Largo do Corpo Santo e o Cais do Sodré) começava mais a nascente do que o actual Largo do Corpo Santo.

Em 1515 (13 de Janeiro) porque o sítio da Ribeira das Naus fosse insuficiente para os trabalhos navais, determina o Rei que a praia desde Cata-que-farás até Santos estivesse sempre livre para se poderem alquerenar as embarcações. Assim se lê:

«Provisão per que o Rei manda que avendo respeito à necessidade que ha nesta cidade de Lixboa de lugar onde se possão espalmar e correger as náos se nom alore nem dee de aforamento nhum chão na praia de Cata que Farás, assim como vai desde o cerco que vai das casas que forão do Secretário António Carneiro até Sanctos e esteja sempre desocupada a dita praia.» (Provisões de D. Manuel, liv. 4, doc. 24)

Aliás já em 1498 (18 de Agosto) tinha determinado aos oficiais da Câmara de Lisboa que não dessem de aforamento qualquer chão na Ribeira da cidade.

(Id., liv.º 2, doc. 18)

As tercenos da Ribeira das Naus encontram-se representadas em gravuras e pinturas do século XVI, e figuradas por diversos artistas desde então para cá. Por isso entendo não dever prosseguir para além da referida época.

No decorrer deste trabalho socorri-me de muitos documentos, na maioria referenciados, bem como de estudos de alguns escritores, mormente dos que se dedicaram à reconstituição da Lisboa antiga. Sem essa ajuda teria sido mais difi-

cil dar uma ideia da evolução das tercenos desde o século XII ao século XVI.

Tenha-se em consideração que o fito deste trabalho são as tercenos, e de modo algum toda a zona ribeirinha da baixa. Razão pela qual me limitei a só descrever com um pouco mais de relevo tudo aquilo que, de mais perto, se relacionasse com as tercenos. Não cause, pois, admiração o destaque dado a alguns locais, em detrimento de outros, em que pouco ou nada se diz. Espero, porém, ter referenciado sempre que possível a fonte, para que os mais curiosos não tenham grandes dificuldades de ir procurar o que desejam.

Anotações finais — Antes de terminar farei umas breves menções à actividade das pessoas que serviam nas tercenos.

Quando da armação da frota para a expedição a Ceuta, em 1415, era enorme a azáfama que ia pela Ribeira. Fernão Lopes dá-nos uma descrição sucinta, mas bastante viva:

«... uns andavam em alimpar e correger suas armas, outros em mandar fazer biscouto e salgar carne...»

«e em verdade era formosa cousa de vêr, ca por toda aquella ribeira jaziam naus e navios, nos quaes de dia e de noite andavam calafates e outros mestreaes... doutra parte jaziam muitos bois e vacas decepadas, e alli muitos homens a esfolar e outros a cortar e salgar, outros a meter em toneis e em botas, em que haviam d'ir...»

«os pescadores e suas mulheres tinham cuidado de abrir e salgar as pescadas e cações e arrayas, e semelhantes pescados, dos quaes todos os logares onde o sol tinha maior assocego, eram cheios.»

«os tanoeiros não eram pouco trabalhadores em fazer e reparar as vazilhas pera os vinhos e carnes e outros mantimentos.»

«os alfaiates e tozadores em aparelhar pannos e fazer librés de diversas guisas...»

«carpinteiros em encaixar bombardas e trons e em endereçar todas as outras artiharias, as quaes eram muitas e grandes.»

«os cordeiros em fazer guindarezas e estrinças e cabres, e outra muita cordoalha de linho...» ⁽¹⁰⁷⁾

Agora passo a uma breve menção aos oficiais que exerciam a sua profissão nas tercenos, de meados do século XV a meados do século XVI. A escolha deste

período deve-se apenas ao facto de se encontrar maior profusão de documentos e, diga-se em abono da verdade, porque Sousa Viterbo ⁽¹⁰⁶⁾ nos facilitou a tarefa, coligindo-os. Alguns desses officios já são conhecidos de séculos anteriores, como por exemplo o de Mestre de fazer navios, que consta de um documento de D. Afonso III. Citemos:

MESTRE DOS REMOLARES — João Afonso ⁽¹⁰⁷⁾ — do tempo de D. João I até 1455. João Álvares — em 1455.

MESTRE DOS CALAFATES — João Afonso (outro que não o remolar) 1471. João Esteves — 1502.

MESTRE DA CARPINTARIA — João Afonso Crispim — tempo de D. Afonso V. João Afonso de Chaves (veio das terças do Porto) — 1490. Álvaro Gil (sucedeu-lhe) ± 1503. Sebastião Gonçalves — 1523. António Álvares — 1570.

MESTRE DE AXA DAS GALÉS — Mestre António — 1542.

MESTRE DE FAZER GALÉS — Estêvão Anes — 1451. Braz Gomes — 1563.

MESTRE DE FAZER NAVIOS — João Anes — 1468. João do Porto — 1490.

MESTRE DE FAZER CARAVELAS — Diogo Gonçalves — 1479.

MESTRE DE FAZER NAUS — Álvaro Vasques — 1437.

MESTRE DE FAZER QUERENAS (ou QUERENEIRO) — Jácome Lourenço (ou Porto) — tempo de D. Afonso V. Damião Bruzio — 1554.

Muito embora não deva ser de considerar como officio das terças, cito os:

MESTRES DAS CARTAS DE MAREAR e

MESTRES DAS AGULHAS DE MAREAR — Officios que tinha Lopo Homem, em 1517, e os desempenhava no Armazém. Não só fazia agulhas, como as corrigia, sendo os pilotos e mestres das carreiras da Índia, África, e outras, obrigados a levar-lhe as agulhas de seus navios, sob pena de multa. ⁽¹⁰⁸⁾

Ao mestre da carpintaria, por exemplo, cabia-lhe receber «datacaduras das naos de guayva que tyrar piquadeiros dous mill rs por cada huã».

Em meados do século XVI, o P.^o Fernando Oliveira escreve a sua obra, «A Arte da Guerra do Mar», onde no capítulo sétimo fala «Das Taracenas e seu provimento»; no oitavo capítulo, «Da Madeira pera as naos»; no décimo capítulo, «Dos Armazens e seu provimento; no décimo-primeiro, «Das Victualhas».

Creo desnecessário transcrever estes capitulos por a obra se ter tornado já famosa e ser demasiado conhecida.

⁽¹⁰⁶⁾ Alm. Quintela, Annaes, 1.^a Mem.^a, pg. 42 e 44.

⁽¹⁰⁷⁾ Documentos das Chancelarias Reais, P. Azevedo, doc. LXXXIV, cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. 20, fl. 88.

⁽¹⁰⁸⁾ Ibid. doc. CCCI, cfr. ibid, liv. 20, fl. 37 v. nota em pgs. T. 34 A-B-C.

⁽¹⁰⁹⁾ Ibid. doc. CXXVI, cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. 34, fl. 50 v.

⁽¹¹⁰⁾ V. da Silva, Muralhas, cfr. Extremadura, liv. XI, fl. 184 v, e Chanc. de D. Fernando, liv. I, fl. 170 v.

⁽¹¹¹⁾ Ibid.

⁽¹¹²⁾ Ibid. vol. I, pg. 124.

⁽¹¹³⁾ Ibid. vol. I, pg. 120. Uma carta régia de 22 de Março de 1484, diz respeito à cedência de um terreno, que ficava junto ao *alpendre* das Casas de Ceuta.

Diz o Rei aos Vereadores: «Nos El Rey... sabemos ora como vos tynhaes dado o terreiro que he ante o alpendre das nossas cassas de Cepta (em troca de um da cidade)... o que nos non parece bem. Porem vos mandamos que sobreestaes nisso e de se fazer em elle alguma couza... ate nossa determinação...» (Arq.^o da C.M.L. liv. de Reis, tomo III, Lisboa 1959, pg. 186, doc. 10; liv. 2 de Provisões, antigo 8).

O alpendre não figura no desenho (imaginário) do local das Casas de Ceuta, porquanto desconheço se, aquelle que se aponta neste documento, é o mesmo que consta no documento de 1435, ou não. Além disso, porque não é possível, com tão escassas indicações, situá-lo no espaço que se representa. Todavia, e, se bem que os edificios sejam uma pura fantasia architectónica, tenha-se em conta que as posições relativas foram respeitadas, em conformidade com as confrontações documentais conhecidas.

⁽¹¹⁴⁾ Documentos das Chancelarias Reais, pg. 53.

⁽¹¹⁵⁾ V. da Silva, Muralhas, vol. I, pg. 126.

⁽¹¹⁶⁾ Ibid. ibid, pg. 66. — Nota — sobrecoeu ou sobrecoeu = cobertura.

⁽¹¹⁷⁾ Aut. cit., Muralhas, vol. I, 123, cfr. Tombo de 1573, liv. 1.^a, fl. 153, 156, etc.; Elementos, tomo I, pg. 549, nota.

⁽¹¹⁸⁾ F. de Oliveira, Elementos, tomo I, pg. 557.

⁽¹¹⁹⁾ Note-se que outrora, casa, não era o edificio em si, mas as divisões occupadas. É frequente encontrar-se nos documentos o seguinte modo de dizer: «as casas de morada de F...».

⁽¹²⁰⁾ Ver adiante documento de 7 de Fevereiro de 1471.

⁽¹²¹⁾ Sem preocupação de excessivo rigor, esta Porta ter-se-ia situado ao centro do actual quarteirão entre as Ruas Augusta e a do Ouro, e Rua do Comércio e o Terreiro do Paço).

⁽¹²²⁾ Lanço que se estendia, sensivelmente, desde o meio da actual Rua Augusta até à Rua da

Prata, em obliquo, e a pouca distância do actual Terreiro do Paço).

⁽¹²³⁾ D.P. vol. I, doc. 399, cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. 3, fl. 40 v.

⁽¹²⁴⁾ D.P., vol. III, docs. 25 e 28, cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. 9, fl. 96, e liv. 8, fl. 114.

⁽¹²⁵⁾ Annaes, 1.^a Mem.^a, pg. 132.

⁽¹²⁶⁾ Cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. 21, fl. 27 v, 3.^o dipl.

⁽¹²⁷⁾ V. da Silva, As Muralhas, vol. I, pg. 124 — este doc. é também citado por J. Verissimo Serrão, Itinerários del Rei D. João II: «Carta régia de 27 de Janeiro de 1483, a Fernão Serrão, a informar que a Casa da Guiné recebia muito dano das tendas dos ferreiros que estavam junto dela e da residência de Leonor Pais, «asy de poo como de fumo que sam cousas pouco convenientes para a dita casa e mercadoria que ella esta...». Manda mudar.» (Extremadura, liv. 3, fl. 102 v).

⁽¹²⁸⁾ Chanc. de D. João II, liv. VIII, fl. 25 v.

⁽¹²⁹⁾ Itinerários de D. João II, J.V. Serrão, cit. loc. a D.P., vol. III, pgs. 333-334, e Extremadura, liv. 3, fls. 95 v e 98.

⁽¹³⁰⁾ Liv. 1.^o do Provedimento da Saúde, doc. 26, Arq.^o da C.M.L.

⁽¹³¹⁾ Arch. Histórico Port. vol. III, Cartas de Quitação del Rei D. Manuel, cfr. Chanc. de D. Manuel, liv. 31, fl. 49, liv. 1 de Extremadura, fl. 210.

⁽¹³²⁾ André Pires, por Agostinho F. Gambetta, in Anais da Academia Portuguesa da História, vol. 21.

⁽¹³³⁾ V. da Silva, As Muralhas, vol. II, pg. 22.

⁽¹³⁴⁾ D.P. vol. III, doc. 106 e 107, cfr. Extremadura, liv. 4, fl. 5 v, 2.^a Col.

⁽¹³⁵⁾ Ou na gravura de Braunio, em «Civitates Orbis Terrarum».

⁽¹³⁶⁾ Mons.^o Gustavo do Couto, História da Antiga Casa da Índia.

⁽¹³⁷⁾ V. da Silva, Muralhas, vol. II, pg. 59, cfr. Chanc. de D. Afonso V, liv. IX, pg. 138v. — O engenheiro teria sido uma catapulta ou um trabuco. Uma das ruas que sala desta Praça tinha o nome de rua da Tabuqueta.

⁽¹³⁸⁾ Bombarda: canhão grosso, e curto, de grande alma (Dicc. Moraes). O canhão de cano mais comprido e mais estreito era então chamado Tron.

⁽¹³⁹⁾ Parece que, mais tarde, também se chamou da Moeda, mas não se encontra certeza documental.

⁽¹⁴⁰⁾ V. da Silva, Muralhas, vol. II, pg. 82-83.

⁽¹⁴¹⁾ Ibid. pg. 85, cfr. Extremadura, liv. I, fl. 151.

⁽¹⁴²⁾ Abria-se sensivelmente a meia distância entre a actual Porta do Arsenal (Marinha) e o Largo do Corpo Santo.

⁽¹⁴³⁾ V. da Silva, Muralhas, vol. II, pg. 89-90, cfr. Chanc. de D. Manuel, liv. IV, fl. 36.

⁽¹⁴⁴⁾ Aut. cit. Chron. de D. João I, cap. XXIX.

⁽¹⁴⁵⁾ Aut. cit. Trabalho Náutico dos Portugueses.

⁽¹⁴⁶⁾ Tinha o apelido de estraga-azeite.

⁽¹⁴⁷⁾ Outros se podem apontar: M.^o Moisés, 1487 — Pedro Reinel, 1495 — Diogo Botelho, 1500 — e outros mais.

A CASA DOS BICOS

— O SÍTIO E O EDIFÍCIO — II

O facto da Casa dos Bicos aparecer já implantada, ocupando o seu lugar próprio, em todas as panorâmicas de Lisboa do século XVI, desde as mais antigas, não tem ajudado grandemente a esclarecer com rigor a sua cronologia, devido à imprecisão das datas das mesmas e por a cronologia da maior parte delas ser demasiado tardia. Na panorâmica de Lisboa, inserta na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, publicada cerca de 1517 e na panorâmica inserta na obra de Simon de Beninc, de cerca de 1530-1534, encontra-se apenas esboçada, sem o pormenor suficiente que nos permita concluir tratar-se já indiscutivelmente da reedificação de Brás de Albuquerque ou, pelo contrário, das casas que já aí existiam em vida do seu pai ou, talvez, dos seus avós. Ao contrário, no desenho que representa a panorâmica de Lisboa existente na Biblioteca de Leyde, a Casa dos Bicos já se encontra perfeitamente delineada com seus vários andares, e esboçada a sua estranha decoração. Porém, sobre a cronologia deste precioso documento impende, por ora, grande indecisão.

Todas as outras panorâmicas de Lisboa onde se representa a Casa dos Bicos são posteriores aos meados do século XVI, pelo que nada podem adiantar ao esclarecimento do assunto.

A Casa dos Bicos, tal como é representada nas panorâmicas de Lisboa anteriores ao Terramoto de 1755 e nos transmite a imagem que dela foi fixada no painel de azulejos do Museu da Cidade, dos inícios do século XVIII, que representa uma vista da Ribeira Velha, era uma edificação com vários andares, com loja, sobreloja e dois pisos principais ou «sobrados», rematada por telhado em

harmónio, o tradicional e característico telhado de «tesoura».

De acordo com as dimensões registadas no cadastro da cidade mandado fazer pelo Marquês de Pombal depois do Terramoto de 1755, aquela residência ocupava uma área quase quadrangular com os seus 93 palmos e dois terços de largura (20,60 m) e os seus 93 palmos de profundidade (21,12 m), medidas que se encontram confirmadas no terreno (*). Tinha dupla fachada, sendo a principal, a que tinha acesso pela rua Afonso de Albuquerque, e de que não ficou qualquer representação iconográfica da sua expressão primitiva, chegando até nós reduzida a menos de metade da altura de um andar. Coevas da construção primitiva, apenas existiam, à data da reconstrução actual, os restos dum grande portal com moldura manuelina que dava acesso a um pequeno pátio, donde partia a escadaria que servia de mais um passadiço para os que, do interior da cidade, pretendiam alcançar a praia. Era através deste portal e pátio que se fazia o acesso para os andares nobres e era sobre ele que estava colocado o brasão dos Albuquerque (**).

A fachada sul, a que foi decorada com «bicos», apresentava quatro pisos, dois de lojas, os que resistiram ao Terramoto, e dois andares residenciais com entrada pela rua do Albuquerque que desapareceram com o cataclismo.

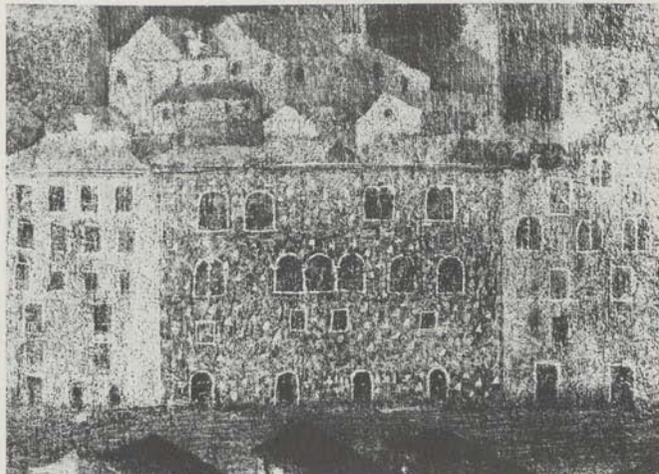
Nesta fachada, ao nível do rés-do-chão, abrem-se duas portas de arco polilobado e contracurvado que devem ser as únicas coevas das obras de Brás de Albuquerque. As outras quatro portas que o edifício apresenta actualmente devem ter sido abertas em época posterior, três delas para servirem as lojas e armazéns que ali se foram estabelecendo, e a

Pormenor da *Perspectiva de Lisboa* na segunda metade do séc. XVI, mostrando a topografia do local onde se encontra implantada a CASA DOS BICOS antes do Terramoto de 1755.

Título: OLISIPO quae nunc Lisboa.....

Gravura inserida na obra «Cidades do Mundo», de George Braunio, V volume, 1593.





Ex-voto dedicado a Nossa Senhora de Porto Salvo – pormenor mostrando a Ribeira Velha, com a CASA DOS BICOS bem realçada. Óleo atribuído a Amaro do Vale (1615 a 1619). Igreja de S. Luis dos Franceses.

quarta, de proporções menores, deve ter sido aberta, quando se tornou necessário restabelecer a passagem pública, pois é esta a entrada que se correspondia com o portão principal do lado da Rua Afonso de Albuquerque. O acesso fazia-se através duma escadaria que vencia o desnível entre esta rua e a Rua dos Balchoeiros. Esta escada, com os degraus superiores em pedra, foi também retirada durante as obras de reconstrução e substituída por uma outra, mais ampla, construída, segundo os arquitectos responsáveis pela obra, em memória do passadiço ou serventia pública cujo encerramento dera origem a violentas reclamações por parte da população no século XVII⁽⁶⁾.

A sobreloja, separada do piso inferior por um saliente cordão de silharia, apresenta uma série de janelas de tamanhos diferentes, dispostas assimetricamente que aparecem já nas representações mais antigas deste edifício.

Os dois andares nobres, apresentavam, além de amplas janelas com arco polilobado, grupos de janelas geminadas, e uma galeria com três arcos, à altura do penúltimo andar, pormenor arquitectónico que, variando de dimensões — por vezes, ocupava toda a largura da fachada — parece ser uma característica

constante das residências nobres de Lisboa dos finais da Idade Média.

Sobre esta fachada também existia uma pedra de armas dos Albuquerque, de pequenas dimensões, que se distingue no painel de azulejos com a *Vista da Ribeira Velha*. Deste brasão foi recuperado um fragmento durante as escavações de 1981 a 1983.

Apesar dos seus vários pisos, a Casa dos Bicos, apertada entre a antiga Rua dos Arcos⁽⁷⁾, actual Rua Afonso de Albuquerque, e a praia, onde se veio estabelecer o mercado da Ribeira Velha, atravessada, no seu interior, pela muralha antiga da cidade, nunca se impôs pelas suas dimensões, na verdade, bastante mesquinhas, destacando-se, entre o restante casario da Ribeira Velha e Cais de Santarém, apenas por constituir uma nota fortemente discordante, devido à sua estranha decoração.

Na realidade, toda a fachada sul da Casa dos Bicos, voltada ao Tejo, foi integralmente decorada com pequenas pirâmides de base quadrangular, de efeito estético duvidoso, mas, sem dúvida, conseguindo uma ênfase que, certamente, não deixou de ser um efeito procurado pelo bastardo de Afonso de Albuquerque e da «mourisca» Joana Vicente.

Tanto a Casa dos Bicos, como a Quinta do Paraíso, em Azeitão, popularizada

*Partida de S. Francisco Xavier para a Índia, em 1541 –
Pormenor mostrando a Ribeira Velha,
vendo-se a CASA DOS BICOS.
Óleo de autor não identificado.
1.ª metade do séc. XVIII.
Museu Nacional de Arte Antiga.*



*Pormenor da
Panorâmica de Lisboa em azulejo
proveniente do Palácio Tentugal
(actualmente no Museu do Azulejo),
focando um aspecto da Ribeira Velha
com a CASA DOS BICOS
como se encontrava antes do Terramoto.
Primeira metade do século XVIII.*

sob a designação de Quinta da Bacalhoa — e, apesar do indiscutível valor artístico especialmente atribuído à última — pela sobrecarga de elementos decorativos de grande efeito, são bem a expressão de manifestações perdulárias de novo rico que as «quintaladas da pimenta» permitiram e sustentaram. Sob a exuberância duma decoração impositiva, Brás de Albuquerque poderia pretender esconder um certo complexo que não deixaria de sentir devido à irregularidade do seu nascimento e condição inferior da sua mãe, talvez uma escrava, a quem ele nem sequer se refere nos *Comentários* que dedica à vida e obra do pai.

Se, na realidade, tal pretendeu, não podemos dizer que não tivesse conseguido o efeito desejado. Na verdade, a Casa dos Bicos, desde a sua reedificação quinhentista, não mais deixou de ser ponto de referência importante em todas as panorâmicas de Lisboa, tornando-se numa das grandes curiosidades da cidade, citada por nacionais e estrangeiros e, tão popular, que deu origem ao aforismo «ora não se perca a Casa dos Bicos» que o povo emprega, quando pretende minorar a perda de qualquer objecto precioso, o que demonstra a importância que lhe era atribuída no contexto citadino.

No entanto, apesar de estranha ou mesmo extravagante, a Casa dos Bicos, único edifício em Portugal que sabemos (*) existe com tal decoração, faz parte de um conjunto não muito numeroso, mas, de qualquer forma, significativo, de monumentos, geralmente palácios, com idêntica decoração, quase todos apresentando cronologia situada entre a segunda metade do século XV e a primeira do século XVI, conhecidos pelo denominativo comum de «casas de bicos» ou «palácios de diamantes». Mais vulgares na Itália, onde, provavelmente, o modelo tem a sua origem, contando-se entre os exemplares italianos mais populares. O *Palazzo Bevilacqua* de Bolonha, do arquitecto Gaspar Nadi, o *Palazzo Starepinto* de Sciacca, na Sicília, e os *Palazzo dei Diamanti* de Verona e de Ferrara, os dois primeiros edificações da segunda metade do século XV, e os dois últimos, já no primeiro quartel do século XVI. O *Palazzo dei Diamanti* de Ferrara, construído sob o projecto do arquitecto Biagio Rossetti para Segismundo d'Este, é, talvez, de todos o mais tardio.

Em Espanha existem também alguns exemplares já referenciados, sendo o

O busto de Brás de Albuquerque
que se encontra no Palácio
da Quinta da Bacalhoa em Azeitão.





mais conhecido a *Casa de los Picos* de Segóvia, construção dos finais do século XV. Em Albacete, na antiga rua dos Condes de Villareal existiu um interessante edifício, igualmente conhecido por *Casa de los Picos* por ostentar decoração idêntica, que foi estupidamente sacrificada por um urbanismo irracional. O Palácio dos Duques do Infantado em Guadaluajara, vasto edifício dos finais do século XV, projecto de Juan de Guas, apresenta decoração similar.

Levada geralmente por arquitectos italianos que figuram como autores dos edifícios que a ostentam, vamos encontrar a mesma estranha decoração repetida na Alemanha, na Câmara Municipal de Lubeck, em França, na *Maison des Diamants* de Marselha, na Escócia, no *Crichton Castle* de Edimburgo e até na longínqua Moscovo, onde, sob projecto dos arquitectos italianos Marco Aloiso de Carcano e Pietro António Solario se construiu, entre 1481-1491, a *Granoviatia Palace*.

Também da Itália veio, com toda a probabilidade, a inspiração da Casa dos Bicos da Ribeira Velha de Lisboa, pois Brás de Albuquerque quando visitou

aquele país entre 1521 e 1522, deve ter apreciado alguns dos exemplares que citamos.

Se, porém, a data de 1523 que lhe tem sido atribuída for apenas uma data limite mínima, podendo ser-lhe atribuída, como já alvitrámos, uma data mais tardia, posterior a 1526, a influência italiana poderá também ter sido reforçada por alguns dos modelos espanhóis, pois que Brás de Albuquerque igualmente visitou quando integrado na comitiva nupcial da Imperatriz Dona Isabel, como também já foi referido.

Apesar do seu efeito algo bárbaro, que tem levado os críticos a pretender ver nela influências exóticas, tal decoração parece ter encontrado, ao contrário, a sua origem no «almofadado» romano, posto em grande voga pela arquitectura renascentista para dar maior realce às fachadas. Claude Mignot, no seu fundamentado trabalho, *La bossage a la Renaissance: Syntaxe et iconographie* (?), além de apresentar um grande número de exemplos que documentam algumas das mais interessantes interpretações conseguidas com base no aparelho rústico romano, chama a atenção para o

Fragmento do brasão dos Albuquerque encontrado nas escavações feitas no exterior da Casa dos Bicos em 1983.



Aspecto parcial do grupo de *cetarias* romanas postas a descoberto no interior da Casa dos Bicos, durante as obras de reconstrução de 1981-1983.

aparecimento de algumas outras manifestações paralelas, de que a fachada da *Casa de las Conchas* de Salamanca, ou o *Cunhal das Bolas* dum palácio do Bairro Alto, em Lisboa, decorado com meias esferas — os pomos de ouro da lenda — são apenas alguns exemplos.

A verdade, porém, é que se a singular decoração em forma de ponta de diamante tem a sua origem numa manifestação arrancada ao mundo clássico, a aceitação dela na forma exagerada e bizarra em que se apresenta nos séculos XV e XVI, reflecte, sem dúvida, um gosto e uma mentalidade, permeável ao rústico e exótico. E não é certamente por acaso, que, em Portugal, esta decoração aparece associada à arquitectura de estilo dito manuelino e, em Espanha, à arquitectura de estilo dito isabelino, ambas traindo, a cada passo, escondidas raízes mudejares. Afinal, o sangue mourisco de Joana Vicente vingou-se do esquecimento a que o filho a quis votar.

O Terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu arruinaram profundamente toda a Ribeira Velha, ficando a



Casa dos Bicos reduzida aos dois andares inferiores da loja e sobreloja, da parte da Rua dos Bacalhoeiros, e a pouco mais de um terço do andar térreo, ou pátio de acesso, do lado da Rua Afonso de Albuquerque. Protegida esta ruína por um telhado de emergência, chegou até aos nossos dias, cumprindo a função de armazém de bacalhau. Como propriedade vinculada que era, encontrava-se ainda na posse dum descendente da família Albuquerque, Francisco Xavier de Mello, à data do Terramoto de 1755, permanecendo na posse dos descendentes da mesma família até 1873, apenas com uma pequena interrupção entre 1838 e 1839, em que, por lapso, logo reparado, chegou a ser vendida a um inquilino da casa (10).

Apesar de muito diminuída nas suas proporções e no seu efeito urbanístico, foi a fachada da Casa dos Bicos classificada monumento nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910, continuando, porém, a sua protecção e destino, a ser motivo de preocupação, por parte das várias edilidades. Entre 1924 e 1933, o Município fez várias tentativas, sem sucesso, no sentido da sua aquisição, pensando, então, destiná-la, ora a Museu da Cidade, ora a um hipotético Museu Camões. Insistindo na sua compra em 1949, pensou então aproveitá-la para a reconstrução duma típica casa quinhentista (11). Nesta data, punha-se já, vagamente, a possibilidade da sua reconstrução. No entanto, só bastante mais tarde, em 1963, depois dum processo moroso e algo rocambolesco, o que restava da casa que foi de Brás de Albuquerque, primeiro autarca a ter o título de Presidente do Senado da Câmara, veio à posse do Município, adquirida, então, aos descendentes de Joaquim Caetano Lopes da Silva.

Por ser um dos poucos edifícios contemporâneos do século de ouro dos Descobrimientos existentes na Cidade — reduzida embora a uma ruína — e ter sido solar da família de Afonso de Albuquerque, o conquistador de Goa e uma das mais ilustres figuras da gesta portuguesa do Oriente, a Edilidade que a adquiriu pensou destiná-la a um centro cultural de documentação luso-asiática, incluindo um Museu de Arte Indo-Portuguesa, centro que chegou a ser oficialmente designado por «Casa de Goa». Tal destino, com pequenas variantes, não deixou mais de ser retomado pelas Vereações que se têm sucedido.



O edifício que, quando da sua aquisição pelo Município, encontrava-se em más condições de conservação, foi entre 1969-1974 objecto de obras superficiais de conservação e recuperação, sob a orientação do arquitecto Raúl Lino. Este arquitecto que foi autor de um anteprojecto, datado de 1952, que previa a reconstrução do imóvel com base na iconografia dele existente, anterior ao Terramoto de 1755, não foi, porém, além da sua consolidação, reposição de alguns elementos e substituição de outros.

Em 1976 a Vereação Municipal presidiada pelo Eng.º Aquilino Ribeiro Machado, persistindo na ideia de ali instalar um museu de manifestações luso-indianas, encarregou o arquitecto José Daniel Santa Rita de apresentar, com o apoio dos Serviços do Museu da Cidade, um projecto para a recuperação do edifício. Aquele arquitecto chegou a elaborar um projecto preliminar que não previa a reconstrução do imóvel, mas apenas a recuperação da ruína com vista à sua utilização, projecto que também não chegou a ser implementado.

Foi interrompendo este vazio que o Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura realizada em Lisboa em 1983, se propôs, a par-

Capitel romano em estilo coríntio.
Proveniente das escavações
realizadas no interior da Casa dos Bicos.
Museu da Cidade.



Base de coluna romana.
Proveniente das escavações
realizadas no interior da Casa dos Bicos.
Museu da Cidade.

tir de 1981, recuperar a Casa dos Bicos para nela instalar o núcleo daquela exposição dedicada ao tema «A Dinastia de Avis e a Europa do Renascimento», responsabilizando, desde logo, pelas obras de adaptação a prosseguir para o efeito o mesmo arquitecto José Daniel Santa Rita.

No decurso dos trabalhos, a equipa presidida por este arquitecto e de que fazia parte também o arquitecto Manuel Vicente, veio a abraçar o velho projecto da reconstituição do imóvel no seu aspecto e volumes primitivos, a partir da iconografia anterior ao Terramoto, especialmente baseando-se no painel de azulejos que representa a Ribeira Velha pertencente ao Museu da Cidade, projecto que não foi integralmente cumprido, tendo aqueles arquitectos optado por uma solução de compromisso, quanto a nós bastante controversa.

Em resposta a uma recomendação da Câmara Municipal de Lisboa que pretendia ver salvaguardados os materiais que as obras a prosseguir viessem a revelar, incluindo a escavação do subsolo, o Comissariado da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura fez preceder as obras de recuperação e reconstrução duma

fase preliminar de trabalhos de escavação que incidiram no subsolo da casa e que decorreram sob a responsabilidade do Museu Nacional de Arqueologia. Estes trabalhos vieram revelar ter sido aquela zona ribeirinha, na época romana, um centro de industrialização, pela descoberta no local de algumas *cetarias* situadas junto da antiga linha de água, onde se fabricava o «garum», produto obtido à base de peixe em salmoura, de grande consumo no mundo romano. Construídas de encontro à escarpa que, da Sé, desce, abrupta, em direcção à ribeira do Tejo, bordejando a água, como as suas próprias funções o exigiam, faziam, certamente, parte dum grupo mais extenso ainda por descobrir, disposto ao longo da margem direita do rio e que, com o grupo de *cetarias* situadas na margem esquerda do rio, também recentemente postas a descoberto por Cláudio Torres, constituíam, no conjunto, importante centro industrial da época romana marginando o Tejo. Estas escavações puseram também a descoberto parte da muralha da «Cerca Moura» demolida quando da construção daquela residência, aliás importante parcela que pode ajudar a rectificar a cronologia daquele importante monumento, e ainda outros

pormenores como um pavimento de tijoleira, colocada de cutelo, possivelmente contemporâneo da reconstrução de Brás de Albuquerque. De mistura com os entulhos, foi retirado um espólio muito curioso, pertencente a várias épocas, constituído por vasilhame diverso, ligado ao quotidiano da própria casa, ou acumulado no terreno antes da casa ter sido construída, além de elementos arquitectónicos romanos e medievais (fragmento de coluna honorífica, capitel romano, parte superior duma ara) talvez para ali arremessados, a partir das plataformas superiores.

Dos resultados destas pesquisas e descrição do espólio recolhido já foi dada notícia em vários trabalhos pelo Dr. Clementino Amaro, responsável pela brigada que efectuou os trabalhos de escavação⁽¹²⁾.

Este espólio, depois de apresentado na Casa dos Bicos durante a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, foi transferido para o Museu da Cidade onde se encontra em exposição.

(12) O Tombo de 1756 diz, textualmente: «Propriedade de Francisco Xavier de Mello chamada dos bicos que tem de frente noventa e três palmos e dois terços, e de fundo athe a Rua do Albuquerque noventa e seis palmos, com loja e sobreloja e dous sobrados, com paredes comunas com os vezinhos».

(Tombo do bairro da Ribeira. Liv. 2, fol. 9. A.N.T.T.)

(13) No Livro da Armaria Universal (códice da B.N.L.), a p. 207 vêm reproduzidas as armas dos Albuquerque, com a seguinte anotação, em letra do século XVII, segundo Silva Túlio que a transcreve: «Assim estão nas suas notáveis casas dos diamantes da Ribeira de Lisboa». Também Manuel Gomes Bezerra, em *Os Estrangeiros do Lima*, diz serem as armas dos Albuquerque «as que se achavam na casa dos Diamantes, à Porta do Mar de Lisboa, que foi do dito Afonso de Albuquerque». Anselmo Braamcamp Freire em *Brasões da Sala de Cintra* (vol. II, pp. 183 e segs.), descreve o escudo dos Albuquerque nos seguintes termos: «Esquartelado: o I e IV de prata, cinco escudetas de azul em cruz carregados cada um de cinco besantes no campo, e um filete de negro sobposto em banda; o II e III de vermelho, cinco flores de lis de ouro. Timbre: aza de vermelho».

Estas foram as armas usadas pelos descendentes de D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e de sua mulher, Dona Teresa Martins, filha do 1.º Conde de Barcelos e 4.º Senhor de Albuquerque, D. João Afonso, aparentada, por sua mãe, com a casa real de Castela e que foram, em Portugal, senhores de Vila do Conde, e, em Castela, senhores do Castelo de Albuquerque. É neste casal, ambos de ascendência real, por bastardia, que entroncam os vários ramos dos Albuquerque, entre eles os Albuquerque de Góme de que descende Afonso de Albuquerque.

Coluna honorífica dedicada ao Imperador Marco Aurélio Oprobo. Séc. II dC. Proveniente das escavações realizadas no interior da Casa dos Bicos. Museu da Cidade.





Parte superior duma ara do período tardo-romano.
Proveniente das escavações realizadas no interior da Casa dos Bicos.
Museu da Cidade.



Lintel de porta romano.
Proveniente das escavações realizadas
no interior da Casa dos Bicos.
Museu da Cidade.



Losetas de pavimento levantinas (Manises), séculos XV-XVI.
Provenientes das escavações
realizadas no interior da Casa dos Bicos.

(⁶) Luis Pastor de Macedo em *Lisboa de Lés-a-Lés* (vol. I, pp. 37 a 39) transcreve a documentação que encontrou no Arquivo Histórico Municipal (*Prazos da Sé* — Pasta 17/32) sobre a renhida pendência havida, em 1642, entre o Senado Municipal e João Afonso de Albuquerque, filho bastardo de Brás de Albuquerque que veio a herdar a Casa dos Bicos, por aquele pretender obrigar este último a manter aberta, para serventia pública, das cinco da manhã às seis ou sete da tarde, a porta do lado Sul da sua casa, que ficava em correspondência com o portão do lado norte, para assim restabelecer o passadico que, segundo o Senado, sempre fora público.

(⁷) Rua dos Arcos era a denominação que teve a actual Rua Afonso de Albuquerque, antes do século XVI. A partir deste século chamou-se Rua Afonso de Albuquerque e Rua do Albuquerque em referência a Brás de Albuquerque, por este ter aí a sua importante casa e ser pessoa grada do sítio.

Esporadicamente foi também designada por Rua da Casa dos Bicos (Séc. XVII).

Posteriormente ao Terramoto de 1755 chamou-se rua do Almagrem, por extensão da denominação da sua vizinha com aquele designativo. Por edital de 14 de Fevereiro de 1882 a Rua do Almagrem passa, de novo, a denominar-se Rua Afonso Albuquerque, agora, porém, em homenagem ao grande conquistador da Índia.

(⁸) A menos que corresponda a uma casa com decoração semelhante, a «Casa dos Bicos» da freguesia de S. Tomé, citada no Liv. II do *Censal da Fazenda da Universidade de Coimbra* que Pastor de Macedo (ob. cit., p. 64) refere por notícia que lhe foi transmitida por Matos Sequeira.

A decoração configurando diamantes ou «bicos» foi também interpretada em pintura, como aconteceu no Palácio Schwarzenberg de Praga (actualmente Museu Militar), edificação dos meados do século XVI que apresenta as fachadas completamente pintadas com aquele mesmo motivo.

Também o azulejo chamado de «ponta de diamante» que se divulgou, entre nós, a partir dos finais do século XVI, revestindo, geralmente, superfícies interiores repete o mesmo elemento decorativo.

(⁹) Publicado na revista: *Formes, Bulletin de l'Association des Professeurs d'Archeologie et d'Histoire de l'Art des Universités*, A.P.H.A.U., Outubro, 1978.

(¹⁰) Em 1827 a Casa dos Bicos foi posta em praça e arrematada por Caetano Lopes da Silva, inquilino da mesma, que aí mantinha um armazém de bacalhau.

Em 1838 foi exigida a sua devolução num processo desenceadoado pelo tutor do então proprietário, Pedro Teles de Melo, com o fundamento de não poder ser aquela casa vendida, por se tratar duma propriedade vinculada. O que admira neste estranho caso, é que o ludibriado comprador aceitou devolver a casa ao representante do vínculo, sem exigência de qualquer indemnização. Cederá a um seu neto, readquiri-la, agora em definitivo, em 1873, permanecendo, desde então, nos descendentes da família até a sua compra, em 1963, pela Câmara Municipal de Lisboa.

(¹¹) Deliberação da C.M.L. de 22 de Setembro de 1949, aprovando que se solicite ao Governo a declaração de utilidade pública para expropriação da Casa dos Bicos para aí ser instalado um museu quinhestiano.

(¹²) Indicada na «Bibliografia Consultada».

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- António da Silva Túlio — *Lisboa Velha e Lisboa Nova — A Casa dos Bicos*. «Arquivo Pitoresco», vol. III, pág. 73, L86, 95, 102, 111, 158, 383, 391, 398 e 410. Lisboa, 1860.
- Visconde de Sanches de Baena — *Resumo histórico e genealógico da família do grande Afonso de Albuquerque* para servir de complemento à monographia publicada em 1860 no «Arquivo Pitoresco», sob a Casa dos Bicos. Lisboa, 1881.
- J. I. de Brito Rebelo — *Ementas Históricas: I A idade de Afonso de Albuquerque*.
- J. M. A. Nogueira — *Os ossos de Afonso d'Albuquerque*. «Comércio de Portugal», n.º 1, 533, de 13 de Agosto de 1884.
- Joaquim Rasteiro — *Quinta e Palácio da Bacalhosa*

em *Azeitão*. Monographia Histórico-Artística. Lisboa. Imprensa Nacional, 1895.

Christovão Ayres — *Testamento de Afonso de Albuquerque*. Memória lida à Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1899. Publicada em «Boletim da segunda classe, vol. IV, fasc. n.º 2, 1910.

Anselmo Braamcamp Freire — *Brasões da Sala de Cintra*, vol. II, Liv. XIV, 2.ª ed., p. 203 e sep., 1921.

António Baião — *Alguns ascendentes de Albuquerque e do seu filho, à luz de documentos inéditos*.

António Baião — *Afonso d'Albuquerque*. Col. «Grandes Vultos Portuguezes». Lisboa, 1913.

Sousa Viterbo — *As dadas de Afonso d'Albuquerque*. «Arquivo Histórico Portuguez», vol. II p. 4. Lisboa, 1904.

Pedro de Azevedo — *O fidei-commisso de Afonso de Albuquerque (na Graça de Lisboa)*. «Arquivo Histórico Portuguez», vol. I, pp. 157/188, Lisboa, 1903.

Sousa Viterbo — *A avó materna de Afonso de Albuquerque — Os penhoristas do Século XV*. «Arquivo Histórico Portuguez», vol. I, p. 409.

Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Tomo IV, p. 147 e seg. Lisboa 1888.

Júlio de Castilho — *A Ribeira de Lisboa*. Vol. II, cap. III, pp. 43 e segs. e notas a p. 249/252, 2.ª edição Lisboa, 1941.

Registos da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610, com introduções, notas e índices por Edgar Prestage e Pedro Augusto de São Bartolomeu de Azevedo. Vol. I, p. 6 Lisboa, 1935.

Gomes de Brito — *Ruas de Lisboa*. (Rua de Afonso de Albuquerque) vol. I, p. 6 Lisboa, 1935.

A. Vieira da Silva — *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2.ª edição, vol. I, Lisboa, 1940.

A. Vieira da Silva — *A Cerca Moura*. *Estudo Histórico descritivo* pp. 123 e segs., 2.ª edição, Lisboa, 1939.

Luis Pastor de Macedo — *Lisboa de Lés-a-Lés*. Subsídios para a história das vias públicas da cidade. (Rua Afonso de Albuquerque). Vol. I, p. 19 e segs. Lisboa, 1940.

Norberto de Araújo — *Peregrinações em Lisboa*, descritas por (...) acompanhadas por Martins Barata, Fasc. X, p. 11 Lisboa, I 1939.

Norberto de Araújo — *Inventário de Lisboa*. Fasc. V, p. 29, Lisboa, 1947.

Dicionário Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brazil. (nota biográfica de Brás de Albuquerque). Tomo I, p. 7. Lisboa, 1858.

Portugal. Dicionário Histórico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Chorographico, Numismatico e Artistico... Obra illustrada com centenas de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notáveis escriptores, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. II, p. 836. Lisboa, 1906.

Casa dos Bicos. «O Arqueólogo Português», vol. XVI, p. 195, Lisboa, 1911.

Nogueira de Brito — *Volta a dar que falar a Casa dos Bicos*. «O Noticias Ilustrado», n.º 187, 1932.

Carlos dos Santos – *1 Ora não se perca a Casa dos Bicos* «Feira da Lada». Revista dirigida, por Cardoso Marta. vol. IV, pp. 122/123 Lisboa, 1932.

Alberto Pereira de Almeida – *Casa dos Bicos*. «Portugal Monnumental». Lisboa, 1933.

António Lambert Pereira da Silva – *Casa dos Bicos*. «Nobres casas de Portugal». vol. I, p. 155.

José Manuel Fernandes – *A metamorfose da Casa dos Bicos*. Jornal «Expresso», de 6 de Outubro, 1982.

Garcia de Resende – *Vida e feitos de D. João II*. Cap. «Ida da Infanta dona Beatriz, para Saboya». Edição da Imprensa Nacional, dirigida por Veríssimo Serrão, 1973 (a 1.ª edição é de 1521).

Anselmo Braamcamp Freire – *Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela*. Separata do Boletim da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, vol. XIII. Coimbra, Imprensa de Universidade, 1920.

Diogo Barbosa Machado – *Biblioteca Lusitana*. vol. I, p. 25, 2.ª ed.

Gaspar Correia – *Lendas da Índia por Gaspar Correia*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Rodrigo José Lima Felner. 1860.

Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam, publicadas por ordem da classe de Sciencias moraes, politicas e bellas-lettas da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Raymundo António de Bulhão Pato, Sócio de merito da mesma Academia.

Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 levantado por José Monteiro de Carvalho, por ordem do Marquês de Pombal. Cópia do manuscrito original existente no A.N.T.T., através da cópia de José Valentim de Freitas. Gabinete de Estudos Ollisiponenses.

Hélder Cabrita, João Paulo Conceição e Miguel Pimenta – *Elementos para o estudo da Casa dos Bicos*. Edição patrocinada pela Scheil Portuguesa, sob os auspícios do Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

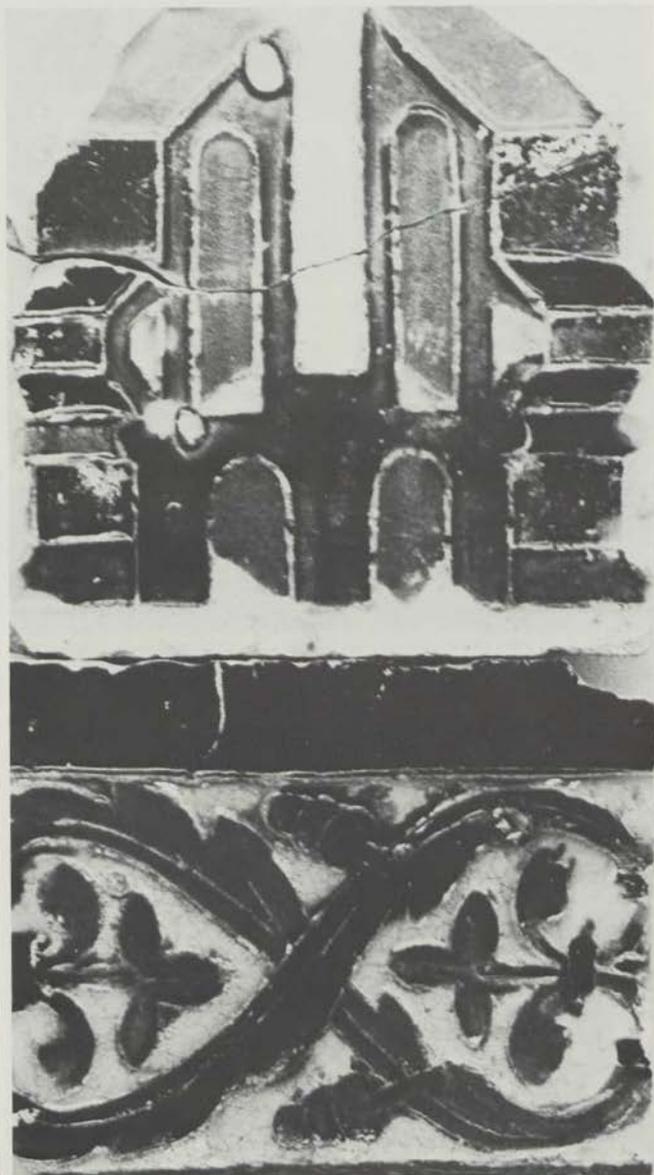
Clementino Amaro – *Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica*. «Arqueologia». Publicação semestral editada pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP). Porto 1982, pp. 106 a 111.

Clementino Amaro – *XX Séculos de Arqueologia e História*. Catálogo da exposição «A Dinastia de Avis e a Europa», integrada na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

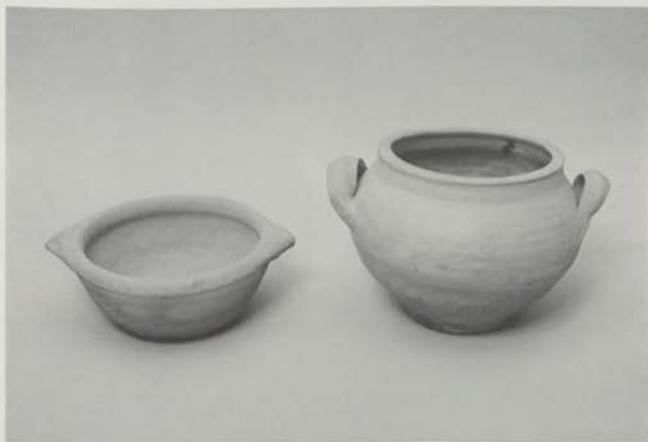
Projectos para a recuperação da Casa dos Bicos existentes no Arquivo do Museu da Cidade:

1. Arquitecto Raul Lino. *Casa de Goa*. – Projecto na Escala de 1 por 100 e *Completção da Casa dos Bicos em Lisboa* – Anteprojecto.
2. Arquitecto José Daniel Santa Rita. *Casa dos Bicos. Estudo de recuperação e adaptação a museu*. 1979.
3. Arquitectos José Daniel Santa Rita e Manuel Vicente. *Projecto de recuperação da Casa dos Bicos*. XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

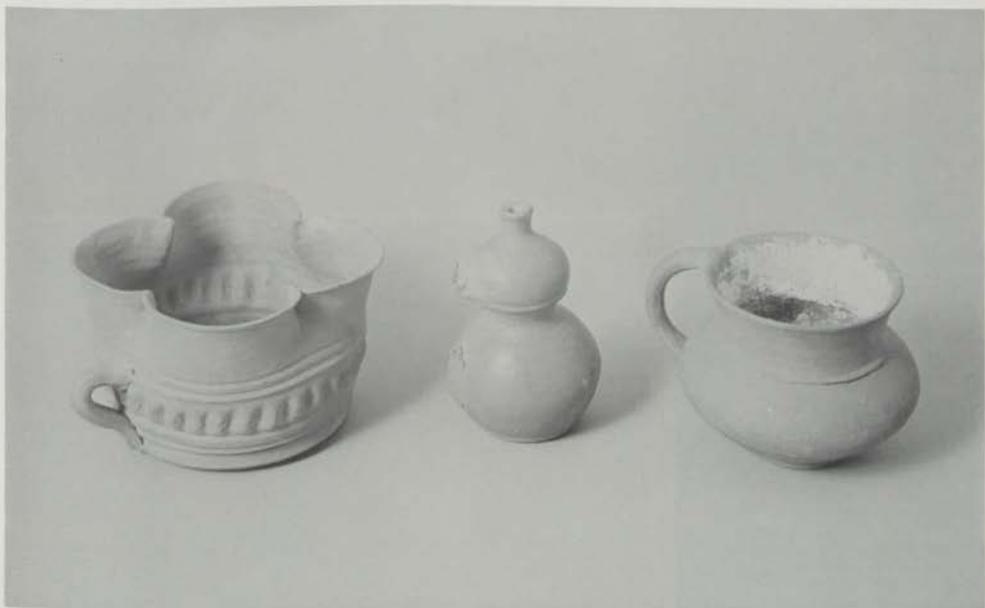
Azulejos Hispano-Mouriscos (Sevilhanos) da 1.ª metade do século XVI. Provenientes das escavações realizadas no interior da Casa dos Bicos.



Objectos do quotidiano provenientes das escavações realizadas no interior da Casa dos Bicos



Caçola e pote.
Cerâmica comum.
Séculos XVII-XVIII



Taça moldada, frasco e púcaro.
Cerâmica fina. Séculos XVI-XVII

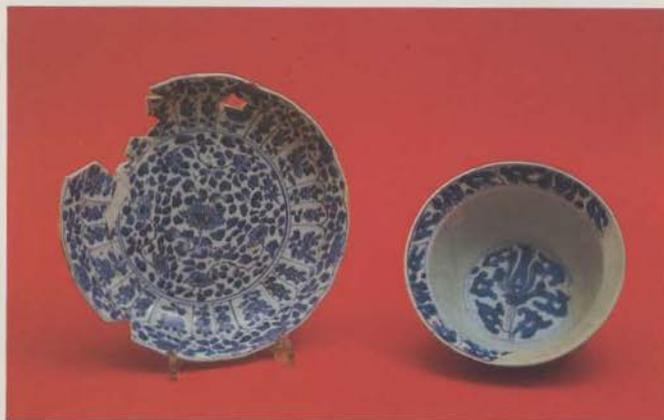
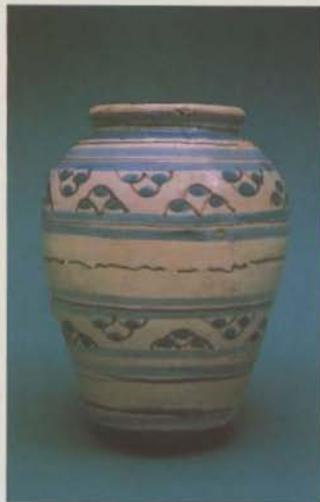


Fragmento de prato.
Cerâmica vidrada. Período islâmico

Castiçal.
Cerâmica vidrada.
Séculos XV-XVI



Pote sem asas
com decoração em faixas,
tipo «contas».
Faiença nacional (Lisboa?).
Séculos XVII-XVIII



Prato e tigela.
Porcelana oriental.
Séculos XVI-XVII



Bacio de quarto
decorado com faixa barroca.
Faiença nacional (Lisboa).
Século XVII



Taças com decoração
em semicírculos concêntricos.
Faiença nacional (Lisboa?).
Séculos XVII-XVIII



Prato com decoração estilizada.
Faiença nacional (Lisboa?).
Séculos XVII-XVIII

Prato com decoração
tipo «renda» no bordo.
Faiença nacional.
Séculos XVII-XVIII



Cálices e jarro.
Vidro.
Séculos XVII-XVIII



Jarro e candil.
Vidro.
Séculos XVII-XVIII

Potes sem asa.
Cerâmica grosseiramente vidrada.
Séculos XVII-XVIII



Taças e jarro.
Cerâmica grosseiramente vidrada.
Séculos XVII-XVIII



Garrafas.
Vidro verde escuro.
Séculos XVII-XVIII



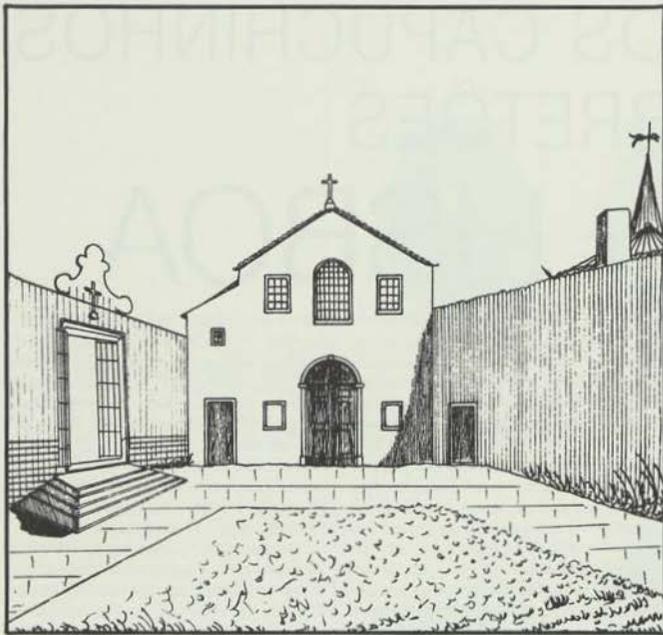
OS CAPUCHINHOS BRETÕES DE LISBOA

Os Capuchinhos franceses da Província da Bretanha tinham em Pernambuco, junto dos patriotas que se sublevaram contra os holandeses, alguns confrades, cujo número precisava de ser aumentado para fazer progredir essa incipiente missão. Isso, porém, só poderia ser feito com licença do governo português e, com essa finalidade, os Capuchinhos Bretões, depois de terem alcançado do Duque de Aveiro a doação de um terreno perto do mosteiro da Esperança, em Lisboa, conseguiram de D. João IV em 1647 que aí pudessem construir um pequeno convento. Começaram a habitá-lo em 1648 (!) e aí levaram vida relativamente calma, como é costume acontecer em quase todos os Conventos. Atendiam os católicos franceses, de passagem ou residentes na capital portuguesa, e na sua pequena Igreja, além de administrarem os Sacramentos e efectuarem outras cerimónias religiosas, pregavam em francês, principalmente na Quaresma. Alguns Religiosos, contudo, adquiriram certa notoriedade. Assim, além dos Padres Martinho e Bernardo de Nantes, que tinham sido famosos missionários na região do Rio de São Francisco, no Brasil, viveram depois no convento de Lisboa e são autores, respectivamente, da *Relation succincte, & sincère de la mission du Père Martin de Nantes*, Quimper, 1707 e do *Katecismo Indico da Lingva Kairiris*. Lisboa, 1709, publicaram também livros os Padres Constantino de Nantes, que propriamente era de Anceis, Francisco de Pont-l'Abbé e Paterno de Pontivy, autores respectivamente da *Oração funebre... em as exequias que se fizeram em a morte da Senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboia, Rainha de Portugal*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1684, das *Excellencias do Mundo e Conservação da Vida em Graça, dirigidas ao bem da Salvação das Almas*, Lisboa, Pascoal da Silva, 1723, e da *Oraison Fu-*

nèbre de ... Louis XVIII, Lisboa, Imprensa Real, 1824. Os Padres Constantino de Nantes, Aleixo de Josselin e Francisco de Pont-l'Abbé foram nomeados Qualificadores do Santo Ofício, respectivamente, em 1676, 1695 e 1703 (!), cargo então de relativa importância. E nenhum outro Capuchinho Bretão se notabilizou em Lisboa. Levavam vida recolhida e iam passando o tempo pacatamente. Houve, contudo, algumas excepções.

Desde 1648 fizeram muitos esforços para poderem ir ajudar os confrades, que tinham no Brasil, esforços que se desdobraram de 1687 até ao fim do século XVII. Também tiveram grandes conflitos com os seus confrades italianos, que iam ou voltavam das Missões do Congo, Angola e São Tomé, os quais se albergavam, às vezes durante muito tempo, no pequeno Convento dos Capuchinhos Bretões em Lisboa. Esses Italianos, e principalmente o seu Procurador perante o Governo português, um tal Padre Paulo de Varazze, não se pouparam a esforços para tirar o Convento aos seus confrades da Bretanha, mas finalmente, mais ou menos em 1692, instalaram-se em casa separada, para os lados de Santos o Novo. Nas vizinhanças dessa Casa Dom João V mandou construir-lhes um grande Convento e uma espaçosa Igreja, que ainda existem na actual Calçada dos Barbadinhos, onde está a paróquia de Santa Engrácia. Esse conflito entre Capuchinhos Bretões e Italianos, que se prolongou por bastantes anos, transporeceu para fora dos muros conventuais e quase ia tirando aos frades Bretões a sua Casa de Lisboa. Valeu-lhes a influência, que tinham em Roma, e a protecção do Rei de Portugal, que não queria melindrar excessivamente a França e se contentava com que os Capuchinhos Bretões se resolvessem a sair do Brasil (!).

Em 1 de Novembro de 1755 deu-se o famoso terramoto de Lisboa. O Hospício



Igreja dos Capuchinhos Bretões de Lisboa, situada na Rua da Esperança, como era em 1833 segundo um desenho de Luís Gonzaga Pereira.

e a pequena Igreja dos Capuchinhos Bretões ficaram bastante danificados, mas não morreu nenhum dos seus frades. Na Bretanha os seus Superiores pensaram que os confrades de Portugal, assustados, queriam todos voltar para a França e acudiram ao Governo de Paris para que lho impedisse. Afinal era um boato falso, pois os 8 ou 10 Capuchinhos Bretões de Lisboa, embora tivessem apanhado grande susto, não queriam abandonar o seu Convento e estavam a restaurá-lo, sem nenhuma ajuda da Embaixada da França. O único, que o abandonou, foi o Padre que tinha vindo para pregar os sermões da Quaresma na sua Igreja, os quais, por esta não estar ainda reaberta ao culto, não puderam ter lugar em 1756 (*).

Em 18 de Agosto de 1761 entrou no porto de Lisboa o navio francês *le Courageux*, que ao largo de Vigo, na Galiza, tinha sido atacado e vencido por um barco inglês. A França e a Inglaterra estavam então em guerra, a Guerra dos Sete Anos, de 1756 a 1763, pela qual o Canadá passou para o domínio dos Ingleses,

O navio francês trazia a bordo 60 feridos e 80 doentes e o Cônsul da França em Lisboa, um tal M. de Saint-Julien, que também era Encarregado de Negócios, por não haver então Embaixador, quis que todos esses feridos e doentes, ou ao menos grande parte deles se instalassem no pequeno Convento dos Capuchinhos Bretões, dizendo-lhes que essa Casa pertencia ao Rei da França. Os frades recusaram-se a fazê-lo, alegando que a sua Casa ainda estava arruinada em parte, devido ao terramoto, podia albergar apenas e em más condições umas 20 pessoas e não pertencia ao Rei da França, mas ao de Portugal. Além disso, uns anos antes os Capuchinhos Bretões tinham alojado na sua Casa um bom número de Franceses, que lhes causaram decerto bastantes transtornos e ao fim nada lhes deram, apesar de lho terem prometido. Um rico negociante francês de Lisboa, chamado Raton fils, pouco depois de chegar o navio *le Courageux*, foi ao Convento dos Capuchinhos Bretões para lhes dizer que se responsabilizava por todas as despesas causa-

das pelos feridos e doentes, mas os frades talvez soubessem por experiência o que valiam essas promessas. Recusaram-se, portanto, a alojar os feridos e doentes, que aliás foram suficientemente socorridos pelo Governo português e pelos negociantes franceses de Lisboa.

As razões dos Capuchinhos Bretões eram decerto dignas de ser ponderadas, mas isso de nada lhes valeu. Por indicação do Cônsul Saint-Julien o Rei de França, que para isso pediu ao Geral desses frades em Roma a necessária autorização, obrigou todos os Capuchinhos Bretões de Lisboa a voltar para França e fê-los substituir por outros, vindos da Bretanha. Exceptuaram-se os Padres José Maria de Dole e Felix de Pont-l'Abbé com o irmão Frei Paulo de Bécherel, que o Cônsul, por os considerar velhos e incapazes de fazer a viagem até à França, deixou ficar em Lisboa com autorização do governo de Paris. Este caso foi então muito falado e sobre ele há muitos documentos no Arquivo do Quai d'Orsay. Lendo-os atentamente, conclui-se que o Cônsul Saint-Julien e a burguesia francesa de Lisboa não apreciavam muito os frades seus compatriotas e não ficaram certos de que a atitude destes últimos foi razoável ou insensata (*).

Em 1767 houve conflitos internos entre os Capuchinhos Bretões de Lisboa. Um deles, um tal Padre João Francisco, revoltou-se contra os seus Superiores, bateu até no Vigário (Vice-Superior), e o Superior acudiu ao Embaixador da França, que fez embarcar à força para Nantes o Padre rebelde, tendo para isso a aprovação do Governo de Paris e a ajuda do Marquês de Pombal. Sobre este caso também há documentação no Arquivo do Quai d'Orsay (*), mas parece não ter transparecido para fora do Convento. O facto de o Marquês de Pombal, por meio da policia, ter prestado a sua ajuda, nada indica, pois tratando-se de expulsar um frade, decerto a esse Marquês não interessava saber as razões, que para isso havia.

Durante a Revolução Francesa o Convento dos Capuchinhos de Lisboa serviu de asilo a muitos Bretões, confrades fugidos da Bretanha. Chegou a haver então nesse Convento uns 40 Religiosos, refugiados e muito apertados, pois a Casa, como se vê pelo seu inventário feito em Novembro de 1833 (*), tinha apenas nos seus dois andares 36 quartos habitáveis. Apraz-nos transcrever o

que então escreveu sobre isso o Padre Vitorino de Rennes, um desses refugiados, que viveu bastantes anos em Lisboa e foi o último Provincial dos Capuchinhos da Bretanha.

S'il s'agit maintenant de parler de l'accueil qu'on a fait en Portugal aux Emigrés français, ma reconnaissance particuliere doit me faire dire que ce Royaume a été pour nous Capucins una vraie mere. La Reine, les Grands, le Peuple nous ont temoigné toute la Considération que pouvoient desirer des Religieux pros crits pour la Cause de Dieu et du Roi. Nous y vivons près de quarante depuis dix ans; nous y conservons l'estime des gens de bien et nous ne Cessons d'y recevoir les effets d'une charité veritablement chretienne. Nous sommes d'autant plus sensibles à cette Continuation de bienfaits que nous pouvons moins rendre de Services à la Nation, ne Sachants pas assez la langue du Pays, et qu'il y a ici un nombre prodigieux de pauvres et d'Ordres mendians qui doivent naturellement inspirer plus d'intérêt que des Etrangers. Lorsque nous Sommes arrivés à Lisbonne, la Reine gouvernoit encore par elle-même. Cette pieuse Souveraine fut extremement affligée d'une Revolution qui renuersoit le Throne de France et qui banissoit la Religion de ce bel empire ().*

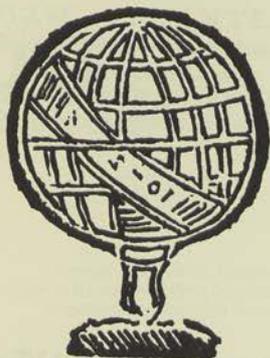
Como se vê, os Capuchinhos Bretões refugiados em Lisboa foram geralmente muito bem tratados. Exceptuaram-se o Superior Padre Jerónimo de Mayenne em Julho de 1792 e o ex-Provincial Padre Vitorino de Rennes em Maio de 1815, mas para isso houve motivo, como à frente referiremos. Não podendo ser renovados, os Capuchinhos Bretões de Lisboa diminuíam necessariamente com o andar dos anos; uns morriam, outros iam para Londres, a fim de conviverem com maior número de Franceses emigrados e estarem mais perto da Bretanha. Depois que na França se fez a Concordata com a Santa Sé em 1801 e se consolidou a Restauração em 1815, alguns Capuchinhos Bretões de Lisboa foram para a sua Pátria, instalando-se em casa de familiares ou em freguesias, que aceitassem os serviços que podiam prestar-lhes.

Em 15 de Setembro de 1808, quando com a derrota de Junot deixou de haver relações diplomáticas entre o Governo de Paris e Portugal, o Cônsul da França

O Padre Martinho de Nantes, um dos Capuchinhos Bretões de Lisboa, publicou esta obra em 1707, hoje raríssima e valiosíssima

RELATION SUCCINCTE ET SINCERE

De la Mission du Pere Martin de Nantes, Prédicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brezil parmy les Indiens appellés Cariris.



A QUIMPER,
Chés JEAN PERIER, Imprimeur
du Roy, du Clergé & du Collège.

O Padre Bernardo de Nantes,
um dos Capuchinhos Bretões de Lisboa,
publicou esta obra,
hoje também muito valiosa,
destinada à doutrinação dos indios do Brasil.

KATECISMO
INDICO
DALINGVAKARIRIS,
ACRESCENTADO DE VARIAS
Praticas doutrinaes, & moraes, adapta-
das ao genio, & capacidade dos
Indios do Brasil,

PELO PADRE
Fr., BERNARDO DE NANTES,
Capuchinho, Pregador, & Missionario
Apostolico;

OFFERECIDO
AO MUY ALTO, E MUY PODEROSO REY
de Portugal

DOM JOÃO V.
S. N. QUE DEOS GUARDE.



LISBOA,
Na Officina de VALENTIM DA COSTA
Deslandes, Impressor de Sua Magestade.

M. DCCIX

Com todas as licenças necessarias.

em Lisboa confiou ao cuidado dos Capuchinhos Bretões o Arquivo da Embaixada, metido em caixas e sacos. Em Setembro de 1815, quando essas relações se reataram com a vinda do Cônsul João Baptista Bartolomeu Lesseps, esse arquivo foi-lhe integralmente entregue pelo Padre José de Saint-Brieuc, Superior dos Capuchinhos Bretões. Estes Religiosos, portanto, contribuíram eficazmente para que se não perdesse, ou fosse destruída ou queimada, o que decerto aconteceria, a parte mais antiga do Arquivo da Embaixada da França em Lisboa, que há poucos anos, por ter muito valor, foi transferido para Paris (*).

Em 24 de Outubro de 1822 decretou-se em Portugal a supressão dos primeiros Conventos com a chamada *Lei para a Reforma dos Regulares*. O *Hospício* dos Capuchinhos Bretões de Lisboa albergava então apenas 8 desses Religiosos e, por não atingir o número de 24, estipulado por essa Lei, devia ser suprimido. Por os frades serem estrangeiros e o seu Superior ter acudido ao Cônsul Lesseps, duvidando se não seriam propriedade francesa os bens móveis do Hospício, este só foi suprimido em Abril de 1823 por um acto de força do então Ministro da Justiça, José da Silva Carvalho. Dois meses depois, porém, o Governo «liberal» de Lisboa caiu por causa da revolução triunfante, organizada em Vila Franca de Xira pelo Infante Dom Miguel, o Ministro Silva Carvalho fugiu corajosamente, não se sabendo durante bastante tempo onde se tinha escondido, Dom João VI tomou novamente as rédeas do poder e os Capuchinhos Bretões voltaram para o seu *Hospício*. Eram apenas quatro, por os outros terem embarcado para o estrangeiro (**). No entanto, continuava a ser seu Superior o Padre Paterno de Pontivy, que várias vezes pregou com muita aceitação na Igreja de São Luis dos Franceses, se dava bem com os representantes da França em Lisboa e, apesar dos seus esforços, não conseguia confrades, que viessem encher o seu pequeno *Hospício*, quase desabitado. Aí morava havia alguns anos sem nenhum confrade, quando morreu em 7 de Junho de 1833. Foi o último Capuchinho Bretão de Lisboa (**).

Um ano depois, em 24 de Julho de 1834, desembarcou no Cais do Sodré a tropa «liberal», subsidiada em grande parte pelo estrangeiro. O Senhor Rei Dom Miguel teve de se exilar, formou-se novo Governo sob a égide de Dom Pe-

O R A Ç A M F V N E B R E

QUE PREGOU

OR. P. Fr. CONSTANTINO DE NANTES

Capuchinho Francez,
LENTE HABITUAL DE THEOLOGIA, E QUALIFICADOR do Santo Officio:

EM AS EXEQUIAS, QUE SE FIZERAM EM A MORTE
da Sereníssima Senhora,

D. MARIA, FRANCISCA, ISABEL
de Saboya,

RAINHA DE PORTUGAL.

POR ORDEN DO EXCELLENTÍSSIMO SENHOR
de S. Romão, Embaxador Extraordinario de El Rey
Christianíssimo, em 3. de Janeiro de 1684.

oito dias depois de sua morte:

EM O REAL CONVENTO DO SANTO CRUCIFIXO DAS
Religiosas Capuchinhas, em que está depositada.

ESTANDO PRESENTES COM SUA EXCELLENCIA O ILLUSTRÍSSIMO SENHOR Arcebispo Inquisidor Gêral, & outros Prelados, & Grandes da Corte, & os Confellôres de ambas as Magestades.

Dedicada, Offerecida, & Consagrada

APRINCESA N. SENHORA,
JOAM AVPHANTE.

—————

EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES.
Com todas as licenças necessarias. Anno de 1684.

Portada do sermão do Capuchinho Constantino de Nantes nas exéquias da Rainha Dona Maria Francisca Isabel de Saboia em 1684 na Igreja das Francesinhas, junto ao Mosteiro de São Bento.

dro do Brasil e um dos seus decretos foi o da supressão das Ordens Religiosas e «nacionalização», eufemismo para indicar expoliação, de todos os seus haveres, decreto promulgado pelo então Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, mais conhecido com o nome de Mata Frades.. O *Hospício* dos Capuchinhos Bretões, habitado então por um fra-

de espanhol, o Padre João Evangelista de Potriés, tinha sido oficialmente suprimido em Novembro de 1833, ainda antes da supressão de todas as Ordens Religiosas masculinas em 28 de Maio de 1834. Em 1838 um incêndio destruiu esse *Hospício* e foi decidido vendê-lo. Os representantes da França opuseram-se, pretendendo ter a sua Nação direito

Oraison Funèbre

DE

TRÈS HAUT, TRÈS PUISSANT, ET TRÈS EXCELLENT PRINCE

LOUIS XVIII

ROI DE FRANCE ET DE NAVARRE, TRÈS CHRÉTIEN.

PRONONCÉE À LISBONNE LE 10 DE NOVEMBRE 1824

EN PRÉSENCE

DE

SA MAJESTÉ TRÈS FIDELLE,

DANS L'ÉGLISE ROYALE ET NATIONALE DE SAINT LOUIS

PAR

LE RÉVÉREND P. PATERNE DE PONTIVY

Supérieur de la Communauté des Capucins Français.

*„Heureux le Royaume qui possède un tel maître!
„Honneur au Trône sur lequel est assis un tel Roi!*



LISBONNE.
IMPAIMERIE ROYALE, 1824.
Avec Permission.

Portada do sermão do Padre Paterno de Pontivy, último Capuchinho Bretão de Lisboa, pregado nas exéquias de Luís XVIII em 1824 na Igreja de São Luís dos Franceses.

ao terreno do *Hospício* e a questão prolongou-se até 1846⁽¹⁾. A França, porém, não tinha tal direito, pois não podendo os Capuchinhos possuir nada, o *Hospício* pertenceu aos Duques de Aveiro e, quando os bens desta Casa nobre foram confiscados, passou em 1663 para a posse dos Reis de Portugal⁽²⁾.

Al viveram durante 185 anos muitos Capuchinhos Bretões, mais de uma centena certamente, várias centenas talvez. Foi uma longa e continuada presença da Bretanha em Lisboa, onde geralmente muito veneravam esses Religiosos e disso podiam-se apresentar muitos testemunhos. Referindo-se a esses Capuchinhos, o autor do livro *Description de la Ville de Lisbonne* na p. 26 tinha escrito em 1730 estas palavras: *la régularité de leurs moeurs, qui n'a jamais donné d'occasion à la médisance, si ordinaire en ce Pays-là envers les autres Ordres, leur conserve l'estime des Portugais, & même des Etrangers, qui en font beaucoup de cas.* Em uma das cartas de Portugal, publicadas em 1801 por H. Ranque, depois de se falar muitíssimo mal dos frades, juntam-se estes dizeres: *Parmi les nombreuses exceptions qu'il faut faire, si on veut être juste, en faveur des moines, je citerai avec plaisir le convent des capucins français de Lisbonne, (...) dont presque tous les religieux sont Bretons. Leur conduite est à tous égards édifiante et irréprochable*⁽³⁾. A presença dos Capuchinhos Bretões em Lisboa, portanto, além de prolongada, foi também honrosa.

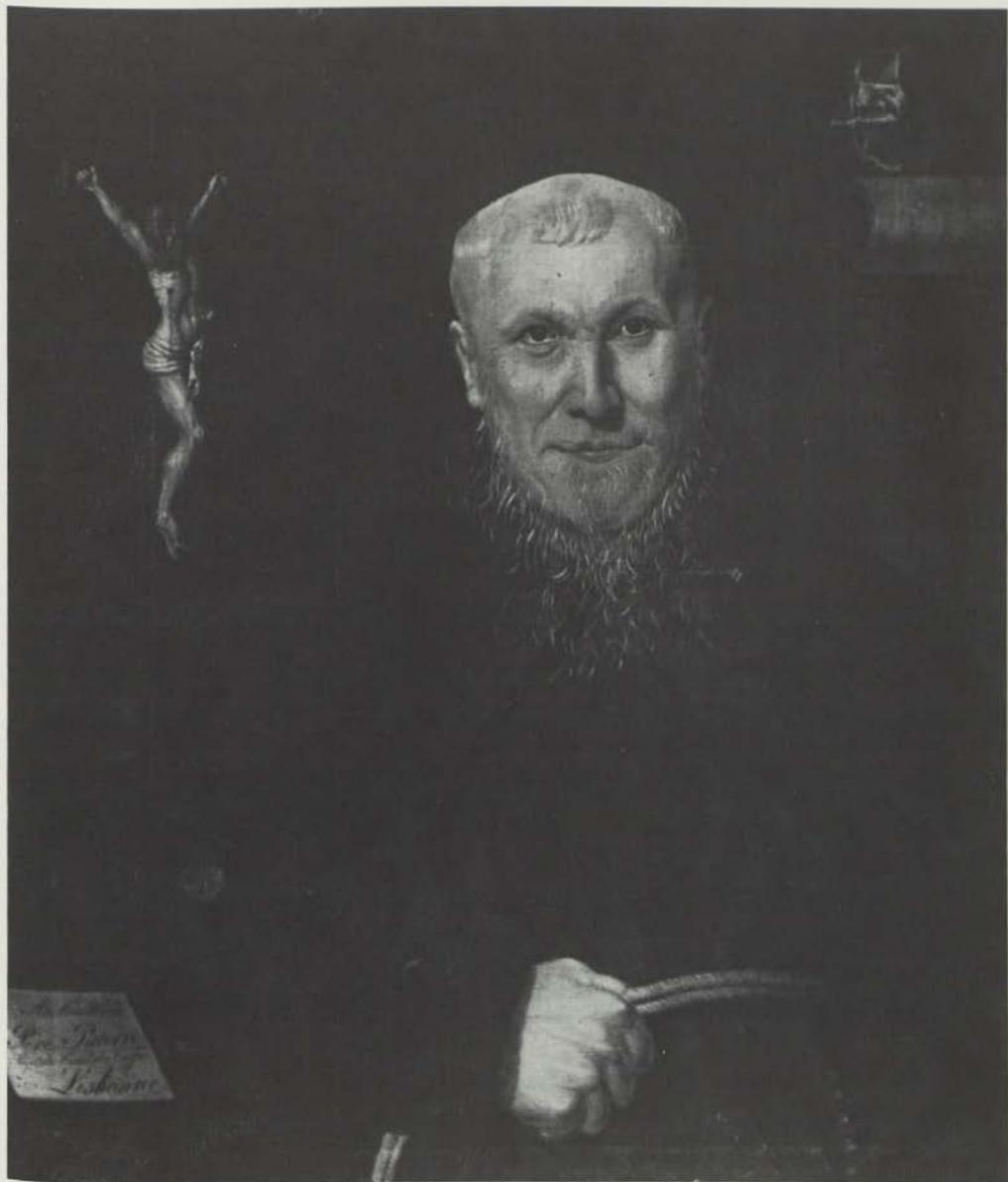
(1) Sobre a fundação desse pequeno convento veja-se o que escrevi em *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*, Coimbra, 1954.

(2) Os processos para essas nomeações estão na Torre do Tombo, *Habilitações do Santo Officio*, Constantino, maço 2, n.º 20, Aleixo, maço 1, n.º 16 e Francisco, maço 121, n.º 1815.

(3) Sobre este conflito há muitos documentos no Arquivo da Propaganda, no do Vaticano entre as cartas dos Núncios em Lisboa e no do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*. Este assunto, que é um triste e pouco edificante exemplo das lutas fradescas, não foi estudado, mas não pode haver dúvidas de que os Capuchinhos Italianos não tinham nenhum direito ao pequeno Convento dos Bretões em Lisboa.

(4) O requerimento dos Capuchinhos da Bretanha e as cartas do Embaixador Conde de Baschi sobre esse assunto estão no Arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*, vol. 88, fls. 89-90, 109-110 e 119.

(5) No Arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*, vol. 93, com os fls. sem numerar, há diversas cartas do Cônsul Saint-Julien, do Duque de Choiseul, do Padre Mariano de



Retrato do último Capuchinho Bretão de Lisboa,
o Padre Paternie de Pontivy.
Quadro da autoria de Dufourcq
e leilado há poucos anos pelo Sr. Conde da Ponte. 39

Trecho da «Description de la Ville de Lisbonne» no qual se encontra referência aos Capuchinhos Bretões de Lisboa.

26 *Description de la Ville*
res aux Colonies Portugaises:
ce sont les Capucins Italiens,
aussi établis à LISBONNE, qui
ont trouvé le secret de les en
dépoüiller, & qui en jouïssent.
Mais la regularité de leurs
mœurs, qui n'a jamais donné
d'occasion à la médifance,
si ordinaire en ce Pays-là
envers les autres Ordres,
leur confere l'estime des
Portugais, & même des
Etrangers, qui en font
beaucoup de cas.

Il y a encore un Convent
de Capucines Françaises qui
fut établi en l'année 1666,
par la Reine Marie-Françoise-
Elisabeth de Savoye. Cette
Princesse tira du Convent de

de Lisbonne. 27

la Place Vendôme, à Paris,
quatre Religieuses, qu'elle em-
mena à sa suite, pour faire
cette Fondation. Les François
peuvent s'y faire recevoir
préferablement aux Portugais;
neanmoins il n'en reste
plus du nom, à cause que les
familles Françaises font en
trop petit nombre à LISBONNE
pour pouvoir en fournir.

Outre le Convent des Capu-
cines Italiens, il y a à la
Porte Sainte Catherine une
Eglise de cette Nation qui est
fort grande & fort riche,
ayant un Fond Baptifmal, &
des Orgues qui font les plus
belles de LISBONNE. Elle a un
Chapelain majeur, ou Curé,
C ij

Saint-Brieuc, de Ratton *filis* e do Padre Anastácio, Capuchinho normando de passagem por Lisboa, todas sobre este caso.

(*) Vejam-se no Arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*, no vol. 97, fts. 5,7,9 e 58 as cartas do Embaixador Semonin, de 17,19 e 20 de Janeiro e de 3 de Março de 1767 sobre esse triste caso. Repare-se, contudo, que conhecemos apenas a versão do Embaixador, de certo como lha contou o Superior dos frades. Não sabemos como se defendeu o Padre João Francisco. Certo é que o Superior agiu muito mal, pois tinha outros meios e não devia acudir à autoridade civil.

(†) Este inventário está em Lisboa, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Conventos diversos*, Letra L, n.º 232.

(‡) Estes dizeres, como muitos outros escritos pelo Padre Victoriano, estão no ms. 1357 da óptima Biblioteca Franciscana Provincial dos Capuchinhos de Paris, na Rua Boissonade. A Rainha D. Maria I, por ter enlouquecido extremamente afectada pelos horrores da Revolução Francesa, deixou de governar em 1792.

(§) No arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance consulaire*, Lisboa, vol. 54, fts. 320-336, está o inventário dos documentos guardados e entregues pelos Capuchinhos Bretões.

(||) No Arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*, vol. 137, fts. 75-76, 82, 84, 100-108 e 200 e no Arquivo da Torre do Tombo, *Negócios Estrangeiros*, maço 65, liv. 1, há documentos referentes a esta supressão do Hospício dos Capuchinhos Bretões e à sua reinstalação.

(¶) Temõs preparado um estudo sobre o Padre Paterno de Pontivy, Yves-Joseph-Marie Le Legadec (1767-1833), de quem L.F. de Tollénare escreveu em 1816 que era *d'une taille élevée supportant une tête d'un caractère noble et austère, telle qu'en désirent les peintres dans leurs compositions*. De facto, existe em uma casa particular de Lisboa uma magnífica pintura, que representa o Padre Paterno, feita em 1825 pelo seu «condiscipulo» B. Dufourcq.

(‡‡) Sobre esta questão há muitos documentos no Arquivo do Quai d'Orsay, *Correspondance de Portugal*, vol. 160 e 161, no Arquivo da Torre do Tombo, *Negócios Estrangeiros*, maço 17, *Papéis relativos ao Convento dos Barbadinhos à Esperança*, e no Arquivo da Embaixada da França em Lisboa, arquivo que não pudemos consultar por ter sido transferido para Paris, como dissemos, e onde se conserva um volumoso *dossier sur les Capucins Français*, composto de documentos que vão de 1803 a 1852. Por eles se sabe que se sepultaram na Igreja dos Capuchinhos Bretões, em 14.X.1803 o Duque de Luxembourg, falecido no Palácio do seu genro o Duque do Cadaval, e em 8.IV.1808 o Marquês de la Rozière, de quem se conserva a pedra tumular nos restos desse Hospício, na Calçada do Marquês de Abrantes, onde a Santa Casa da Misericórdia tem um balneário.

(‡‡‡) Assim se diz no *Instrumento em pública forma*, feito em Lisboa a 14.V.1663 e conservado no Arquivo da Torre do Tombo, *Gaveta XIX*, maço 3, n.º 37 e no *Livro I dos Registos*, fts. 63-64. Pareceria estranho, mas não o é, dada a incompetência dos funcionários dos governos «liberais», que na prolongada discussão sobre a propriedade do terreno do Hospício não tivessem indicado esse documento, que punha ponto final na questão.

(‡‡‡‡) *Letres sur le Portugal écrites par un Français établi à Lisbonne*, pp. 121-122, Paris, 1801.

A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

III – DOS PROGRAMAS AOS EXAMES

As matérias que constituíam os currículos da Aula como eram elas transmitidas pelos lentes aos discípulos, de que modo se procurava que estes mais perfeitamente as apreendessem?

Primeiro que tudo, o lente ... lia. (*) Havia, como sabemos, uma postila, postila essa que tinha que ser ditada. Mas, também, explicada. São frequentes as passagens em que essa dupla função está consignada: na consulta de 2 de Julho de 1767 frisa-se a impossibilidade de o lente «vencer a assistência da Aula pela manhã e de tarde, dictando e explicando a Postila a tão avultado concurso»; aviso em 10 de Novembro de 1784 remetido aos substitutos Guerner e Pereira determina-lhes que continuem «a dictar as Lições aos Aluistas, e explicar-lhas da mesma forma que está ordenado e sempre se praticou».

Estas explicações (que nem sempre atingiriam o virtuosismo didáctico atribuído a João Henrique de Sousa pelo seu panegirista, segundo o qual «aprender estas Lições, era para os meninos a sua mayor dilicia») tinham também, no que respeita às matérias matemáticas, a finalidade de adaptar a sua exposição exemplificando com questões relativas ao Comércio; isto era necessário quando se utilizava a postila e, por maioria de razão, depois de ter sido adoptado o uso do compêndio de Bezout.

Em cada dia de lição o tempo era dividido por igual, sendo a segunda metade destinada à exposição de matéria nova e o lente «tomando dos seus Discipulos na primeira (...) conta do que estudarão, em consequencia da explicação por elle feita na segunda do dia antecedente» (**). A

frequência com que os aluistas eram deste modo chamadas a prestar prova do seu aproveitamento é-nos indicada por umas informações sobre individuos que, tendo reprovado ou sido expulsos por faltas no undécimo curso, queriam ser admitidos no duodécimo; informava o lente Frois ter um deles «dado nas suas respectivas Lições em huma unica occazião sufficiente conta de si, e má por outras seis diferentes, alem de se escuzar huma vez a semelhantes funções», enquanto outro dera «em huma unica Lição sufficiente conta de si, e má em tres outras diferentes, alem de se ter escuzado tres vezes» e ainda outro só tinha «produzido sufficiente conta de si em tres Lições, e má em quatro, além de se haver escuzado por tres vezes a este exercicio» (*).

Encontramos os diversos aspectos referenciados, bem como alguns outros, nas «Instrucções para o governo económico da Aula do Commercio, estabelecida na Cidade de Faro», instrucções que certamente seriam decalcadas sobre a prática da Aula lisbonense: «Tratar-se-há neste primeiro anno da Explicação da Arithmetica; da Algebra, até as Equações do segundo gráu; e dos Elementos da Geometria; tudo pelo Compendio de Monsieur Bezout, que se acha approvado nas Aulas desta Capital; ficando ao cuidado do Lente dar os Exemplos necessarios, e relativos ao Commercio, nos lugares proprios, para melhor percepção de cada huma das Regras, que for explicando.

O tempo da Aula durará trez horas successivas todas as manhãs; em cujo espaço, deverá o Lente, primeiro que tudo,

Primeira folha do rol dos frequentadores do 2.º curso da Aula em 1764 Agosto 1.

Lista das Praticantes actuaes da Aula do Commercio		
Idade	Nome das Praticas	Occupação das Praticas
Primeira Ordem		
Cas. 10.º		
1	Antonio Rodrigues da Costa	Affugado
2	Agnaço de Sousa e Mattos	Escrivão
3	José Agnaço Xavier	Praticante de Assurances Com.
4	Joaquim José dos Santos	Official nas lojas de ouro
5	Manoel José dos Santos	Mor. de duas fazendas
6	Joaquim José de Carvalho	Com. de Negocio e Off. de Banco
7	Antonio e Manoel José de Castro	Com. de Negocio e Off. de Banco
8	Paulo Antonio de Noy	Com. de Negocio e Off. de Banco
9	Antonio José de Carvalho	Affugado
10	Theodorico e Rodrigues de Carvalho	Com. de Negocio e Off. de Banco
Cas. Praticantes		
11	José Felix de Carvalho	Com. de Negocio
12	Sebastião Lopes de Lima	Com. de Negocio
13	José Jacintho e Rodrigues	Com. de Negocio e Off. de Banco
14	Joaquim José de Abello e Moura	Com. de Negocio
15	José Joaquim de Paiva	Com. de Negocio e Off. de Banco
16	Paulo José de Lima	Com. de Negocio
17	João de Brito de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
18	Manoel José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
19	Manoel José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
20	Paulo José dos Santos	Com. de Negocio e Off. de Banco
21	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
22	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
23	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
24	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
25	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
26	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
27	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
28	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
29	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
30	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
31	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
32	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
33	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
34	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
35	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco
36	José de Moraes	Com. de Negocio e Off. de Banco

perguntar a Lição do dia antecedente; e depois concluirá com a explicação daquellas materias, que se houverem de tratar no dia seguinte.

Para melhor illustração das referidas Lições, haverá junto à Cadeira do Lente, pela mesma fórma que se pratica nas Aulas desta Capital, hum Painel de Pedra de oito palmos quadrados, no qual mandará diariamente fazer os Calculos necessarios, e relativos à Lição daquelle dia por hum Dissipulo da mesma Aula, de fórma que todos os mais possam perceber os mesmos Calculos; e quando aconteça que algum dos ditos Dissipulos não possa comprehender bem o que se houver tratado, e calculado, poderá pedir ao Lente que lhe haja de explicar segunda vez; o que o mesmo Lente praticará com toda a clareza, e bom acolhimento.

No ultimo dia de cada semana se farão exercicios Sabbatinaes, para os quaes nomeará o Lente, na vespera, ou no mesmo dia, seis Dissipulos; trez para arguentes, e trez para defendentes; os quaes explicarão, em fórma de argumento, as materias que se houverem tratado, e exemplificado naquella semana: e isto mesmo se praticará no fim de cada mez, prezidindo sempre o Lente, e explicando qualquer dúbida, que possa occorrer nos ditos argumentos.

Do primeiro de Fevereiro de 1792 em diante haverão Decurias na mesma Aula, as quaes se farão de tarde, com assistencia do Lente, que nomeará, de entre os Dissipulos mais applicados, dous Decuriões para cada Banco, e estes ensinarão, e explicarão aos seus Decuriados aquellas mesmas Lições que se forem tratando de manhã: E para que destas Decurias possam todos colher a utilidade a que ellas se propoem, ensinará o Lente aos sobreditos Decuriões o modo de calcular exactamente, e de compor as Propostas exemplificativas, que devem dar aos seus Decuriados, as quaes serão sempre concebidas com a mayor clareza, e facilidade, sem confuzões, nem subtilizas, que são improprias para o ensino dos que principiam a estudar.

No texto transcrito encontra-se referência a duas práticas de que ainda não fora feita menção: «exercicios Sabbatinaes», e decurias.

Se já nos tempos do lente Sousa os aulistas eram «Emulos huns dos outros», não sabemos se essa emulação estaria já metodicamente organizada. As sabatinas, cuja primeira referência encontrada é a constante do texto acima trasladado (e, portanto, de 1791), ser-

Folha de rosto da relação dos aulistas existentes em 1770 Junho 18. Entre elles poderemos destacar o futuro barão de Quintela e dois praticantes que virão a ser docentes na Aula José Honório Guerner e Luis José Foucault.



Discriminação da situação dos aulistas matriculados no 3.º curso. Este curso funcionou entre Junho de 1767 e Julho de 1770.

Resumo total

106. Praticantes que tom sahido providos, ou de outro modo, *segundo* conta da *relação particular em frente.* —

200. Ditos que ficaram *existentes, de labor.* —

80. ditos da primeira *terma* composta de Numerarios, *Discipulos* e *Apudantes* e que se incluem os tres ultimos providos para a *Contadoria* do Senado da *Camara.* —

70. ditos da segunda *terma.* —

50. ditos da terceira que são *modernos*, e que devem ser *considerados* para o *Curso* seguinte. —

306. Numero total dos Praticantes que se tem matriculado, e admittido no *terceiro Curso* da *Aula de Commercio.* —

Lisboa 18 de Junho de 1770.

Alberto Inaquiri De Sales.



Convento da Boa-Hora de Lisboa, de agostinhos descalços.

Estabelecido em terreno pertencente aos senhores de Barbacena, no qual houvera pátio de comédias, foi primeiro convento de dominicanos irlandeses, entre 1633 e 1659, substituídos por oratorianos, que aí permaneceram até 1674.

Quando, em Junho de 1821, ardeu o edifício da Praça do Comércio em que a Aula estava instalada, passou ela a funcionar na «Caza de entre Coro» do convento da Boa-Hora, onde se manteve até Agosto de 1824.



viam para estimular essa emulação, constituíam uma oportunidade para rever a matéria recentemente versada e eram mais uma possibilidade para ser avaliado o aproveitamento dos alunos (nas informações de Frois acima referidas é dada também indicação das vezes em que os praticantes se tinham recusado às sabbatinas e de se nelas tinham perguntado mal ou «suficientemente»).

O confronto das instruções para a Aula farense com as providências propostas em Maio de 1802 por Ricardo Frois (providências que pretendiam constituir como que um regulamento que não parece corresse o risco de pecar por inovador) permite verificar que, no respeitante aos «exercícios Sabbatinaes» nada se teria alterado. Na conformidade do texto elaborado pelo lente do 1.º ano, «Em todos os Sabbados, ou no dia immediato antecedente no caso de serem feriados, se farão Sabbatinas das Matérias explicadas naquella semana, por tres Defendentes, e seis Arguentes, todos tirados por sorte, entrando neste exercicio todos aquelles, que ainda não houverem satisfeito esta preciza, e util Disposição». Quanto à importância atribuída às sabbatinas bem testemunha a 6.ª das providências citadas, em que se propõe para os que a elas faltassem penalização apreciavelmente mais dura que a aplicável aos que não comparecessem às aulas.

E as decúrias, em que consistiam? A esta pergunta e, aparentemente, à de quando a prática das decúrias se iniciou na Aula, responde-nos a consulta de 4 de Fevereiro de 1771: depois de defender «a preciza que há de dous Ajudantes para na abertura do proximo quarto Curso prezidirem às Decurias, que de manhã, e de tarde se devem fazer (...) e manhão, e de tarde se devem fazer (...) e manhão», refere que «se persuadio esta Junta da necessidade que havia de se fazerem na Aula do Commercio as sobreditas Decurias, cuja utilidade he vniuersal: tanto, que já no fim do preterio Curso as fez estabelecer» e que «Nas Decurias se faz pôr em prática aos Dissipulos as mesmas Lições, que já ouviram explicar, e postilaram; de sorte, que os que postilão de manhã, vão de tarde à Decuria, e os que de tarde postilarem tem igualmente de manhã a mesma Decuria; aonde aquellas mesmas Lições postas em prática, e firmadas com diferentes argumentos, não só mais brevemente se comprehendem, porem ainda mais facil e seguramente se recomendam á memoria»⁽⁸⁾.

Quem redigiu a consulta referenciada, preocupando-se com a «abertura do proximo quarto Curso», abertura que se verificaria dentro de menos de duas semanas, ao mencionar o «preterio Curso», em cujos finais teriam sido estabelecidas as decúrias, estaria a pensar, mais do que provavelmente, no terceiro curso. Em relação a este, efectivamente, encontramos no rol dos aulistas que o constituíam em 18 de Junho de 1770 uma «1.ª Turma Composta de 80 Numerarios, Decurioens, e Ajudantes (...)». Mas acontece que o «Rol dos Praticantes» do 2.º Curso, a encabeçar os restantes 41 membros da «Primeira Ordem», tem relacionados «Os 10 Decurioens»; e, ainda que quiséssemos aceitar a inverosimilhança de alguém, em Fevereiro de 1771, terminado já o terceiro curso, designar como «preterio Curso» o segundo, encerrado nos fins de 1766, acresce ainda que as decúrias teriam sido estabelecidas «já no fim» do curso, o que não se compagina com a existência de decúrias já, pelo menos, à data do rol, que é de Agosto de 1764. Outros factos há ainda que tomar em consideração: as «Determinações particulares (...)», publicadas poucas semanas volvidas sobre o inicio do 3.º curso, referem a existência de decúrias; em 7 de Dezembro de 1769 o lente Sales, informava que Félix Potier «coursou na Aula do Commercio durante todo o prim.º Curso della (...) e que, pella mayor p.ª do tempo, elle foy o primeiro Decurião da mesma Aula»⁽⁹⁾.

Temos, portanto, de concluir que, pelo menos de um modo experimental, já existia a prática das decúrias no 1.º curso e que existia, também, nos três seguintes. É de admitir, pelo texto de consulta citada, que pelo fim do 3.º curso tenha havido uma reformulação do seu funcionamento. E terá sido este prudente testar de métodos que levou à publicação do «Regulamento de 2 de Junho de 1771» a que se refere o aviso de 27 de Outubro de 1790⁽¹⁰⁾, regulamento que se lamenta não ter sido possível encontrar.

Terá a prática das decúrias sido seguida ao longo de toda a existência da Aula? Provavelmente. Pelo menos, sabemos que ao aproximar-se o final do séc. XVIII essa prática continuava a ser respaldada: o aviso acima mencionado determinava que trinta dias após o inicio do 8.º curso (1790) «se principiário as Decurias, observando-se a respeito dellas tudo o que se acha determinado pelo Regulamento»

de 1771: em Setembro de 1791 prevê-se que a partir de Fevereiro do ano seguinte haja decúrias na Aula de Faro; uma ordem da Junta, de 8 de Janeiro de 1796, acentua a obrigatoriedade da frequência da «Aula e suas decurias».

E, note-se, esta ordem vê a sua observância recomendada por portaria de 18 de Julho de 1822 e é invocada e transcrita em consulta de 13 de Fevereiro de 1823⁽¹¹⁾. Respeita ao ano lectivo de 1826-1827 e é feita pelo memorialista Francisco José de Almeida a última menção a decúrias que foi encontrada.⁽¹²⁾

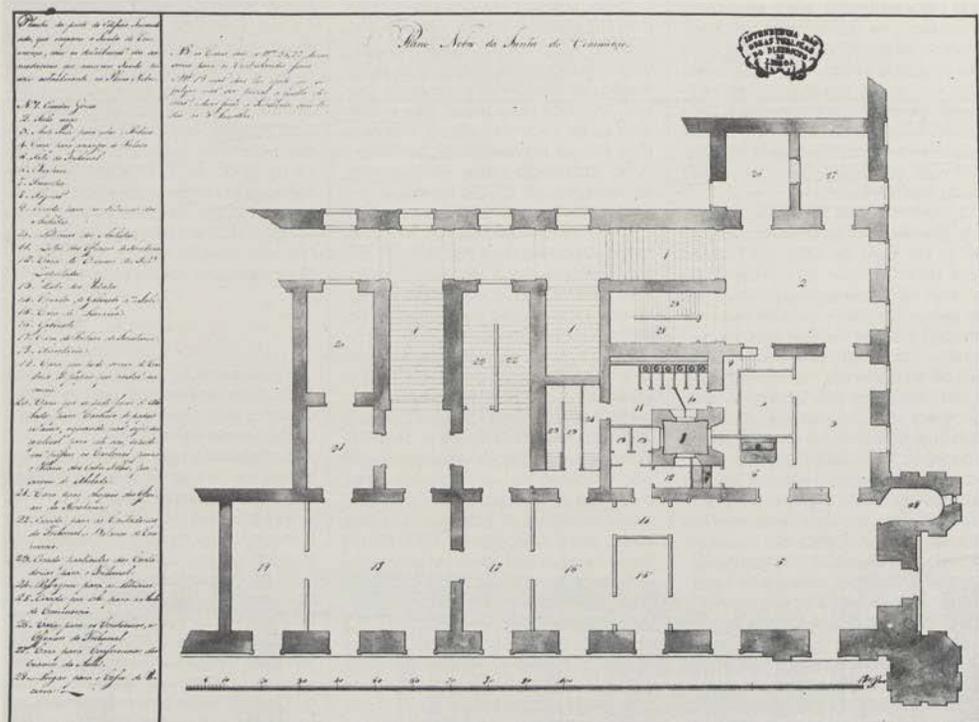
✱

Examinemos agora alguns problemas avulsos, na esperança de que, da análise de todos eles, alguma luz resulte para o conhecimento da instituição.

Começemos pelo agrupamento dos alunos em turmas, turmas cuja natureza não é absolutamente clara.

Recordemos os «Problemas Para a Primeira Classe da Aula do Commercio» elaborados por Sales possivelmente para os frequentadores do 2.º curso e atentemos em que no «Rol dos Praticantes» do mesmo estão relacionados 110, agrupados 51 numa «Primeira Ordem», 26 numa «Segunda Ordem» e 33 numa «Terceira Ordem». Nada permite afirmar que constituíssem turmas no sentido actualmente mais corrente. Algumas circunstâncias levam antes a supor que se tratasse de um escalonamento qualitativo: a diferença quantitativa entre as diversas «ordens»; o cantonamento dos decúrios na «Primeira Ordem», quando eles deveriam desempenhar as suas funções junto de todos os seus colegas; um certo escalonamento etário (de facto, as médias, arredondadas, das idades dos membros das 1.ª, 2.ª, e 3.ª ordens são, respectivamente, de 20, 18 e 17 anos); o facto de o edital de 17 de Outubro de 1765 anunciar que podiam concorrer a lugares vagos de praticantes da Junta «Todas as Pessoas, que tiverem estudado, e praticado na Aula de Commercio, assim no Curso do primeiro Triennio, como na primeira Classe do Curso actual»⁽¹³⁾.

A relação dos aulistas do 3.º curso dada de 18 de Junho de 1770 acentua a ideia de uma diferenciação por grau de adiantamento: a «1.ª Turma» era «Composta dos 80 Numerarios, Decurioens, e Ajudantes», a 2.ª, «dos 70 Praticantes que acabarão o prezente terceiro Curso»



Arquiteto: *Antônio de Sousa*

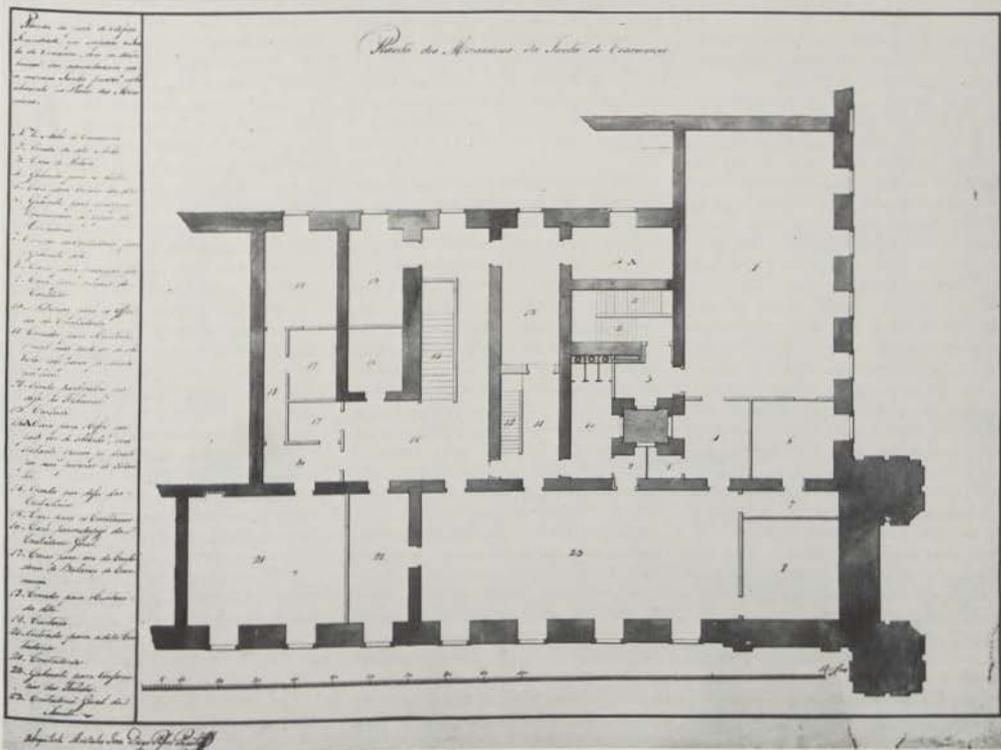
Planta de instalações destinadas à Junta do Comércio no edifício da Praça do Comércio, reconstruído depois do incêndio sofrido em 1821.

Na parte do piso nobre que esquina da Praça do Comércio para a Rua Augusta estão indicadas com os n.ºs 9, 10, 25 e 27 dependências adstritas ao serviço da Aula.

Nestas instalações previstas para a Junta nos mezaninos do edifício da Praça do Comércio atribuíam-se à Aula dependências que ela nunca chegou a utilizar: são as indicadas com os n.ºs 1 a 5.

e a 3.ª, «dos 50 Praticantes que por não ter assistido regularm.º; ou por não ter Provim.ºs devem ser reconduzidos para o proximo 4.º Curso». Todavia, a hipótese de um funcionamento separado das três turmas, ou em salas distintas ou, em períodos diferentes, numa mesma sala, é sugerida pelo modo como os alunos estão agrupados: em grupos de 5, nas duas primeiras turmas distribuídos por 1.ª, 2.ª e 3.ª bancadas, cada bancada comportando normalmente 25 alunos.

São de 1772 outras referências encontradas à divisão em turmas. Aviso de 25 de Abril (24) determinava ao lente que, tendo em vista a realização próxima de exames, distribuisse os aulistas «em trez diferentes Turmas, pelas suas gradações». O não identificado aluno do 4.º curso meu remoto antecessor na posse de um exemplar dos estatutos nele anotou ter feito «o pr.º exame a 11 de Junho de 1772», tendo-o realizado a



2.ª turma a 12 e a 3.ª a 15. O texto do aviso leva a admitir como mais do que provável que a divisão em turmas não era permanente e funcional e que nelas os aulistas se agrupavam «pelas suas graduações» é-nos confirmado pelos avisos⁽²⁴⁾ enviados a Luís Rebelo Quintela, Pina Manique e outros para que assistissem ao exame a realizar em 11, sem menção dos outros.

Uma última menção a estas divisões é a já referenciada ordem de Janeiro de 1796, cujo âmbito cronológico se amplia ao ser considerada em vigor em 1822 e 1823; nela se determina que «se formem tres distintas relações alfabeticas em que se declare na 1.ª os Praticantes effectivos, na 2.ª os que tem talento, e tem cometido algumas faltas notando-se as de cada hum em particular, na 3.ª os que tem inteirado^m deixado de frequentar a Aula com a noticia de seus pais, e moradas (...)»⁽²⁶⁾

A referência acima feita a bancadas recorda o muito pouco que foi possível apurar quanto ao quadro físico em que os alunos se situavam, quanto ao material ao seu dispor, quanto ao mobiliário escolar.

As «Determinações (...)» de 1767, no seu n.º IV, ordenam que os estudantes, ao saírem, o façam «desfilando hum por hum, pela ordem dos seus assentos, e dos bancos»; e em «banco o assento» continuam a falar as normas estabelecidas para o 4.º curso⁽²⁷⁾.

Nas suas já mais de uma vez citadas «providências» referia-se o lente Frois ao «concerto dos Bancos, e Mezas da Aula, e mais coizas, que se acham em dezarranjo». Pouco nos acrescenta a determinação contida nas instruções para a Aula de Faro de que «haverá junto à Cadeira do Lente, pela mesma fórma que

se pratica nas Aulas desta Capital, hum Painel de Pedra de oito palmos quadrados».

Em registos de despesas encontra-se menções a penas, papel, tinta e areia, a encadernação de livros, à compra de 4½ côvados de pano encarnado (para a mesa do lente?), ao pagamento efectuado a um correio que guarnecera uma mesa e quatro cadeiras, a «huma Cadeira com acentos e braços de marroquin para o Lente».⁽²⁸⁾

E com o que sabemos ou o que podemos imaginar a respeito das instalações da Aula nos diversos imóveis que sucessivamente ocupou,⁽²⁹⁾ a informação de Ratton sobre a «collecção de Mappas geographicos» que mandou colocar nas paredes e a menção de que a Junta mandara fazer «hum armario p.ª os Estudantes guardarem os livros da sua Escripção»,⁽³¹⁾ esgota-se tudo o de que nestes domínios dispomos.

Estava o ingresso na Aula condicionada por um mínimo de idade e pela realização de provas de admissão.

Os Estatutos, no seu n.º 8, determinavam: «Porque nem os Estudos, ainda promovidos pela consideração dos exames, nem as esperanças em ser admitido ao numero, poderão suprir o defeito causado pela pouca idade, não se poderá passar Nomeação para Practicante, ou Assistente da Aula, em quanto não constar que o pertendente tem quatorze annos completos: Não se limita o termo, quanto aos annos, de que não devem passar; porém no concurso de muitos pertendentes, em iguaes circumstancias, sempre devem ser admitidos os de menos idade, porque mostra a experiencia, que estes são mais aptos para o ensino, e se devem suppor mais desimpedidos para a assistencia, e Estudos». Todavia esta determinação foi revogada por resolução de 26 de Fevereiro de 1795 tomada sobre consulta de 30 de Outubro do anno anterior (78). Na fundamentação do parecer expendido referia a Junta que não tinham a idade exigida, embora possuissem reconhecida capacidade, alguns pretendentes à frequência do 10.º curso, prestes a iniciar-se; era sugerido que fossem admitidos mesmo aqueles «a quem faltarem hum, ou mais annos», devendo fazer certo «que tem adiantado os seus conhecimentos applicando-se a Lingua Ingleza, Franceza, Italianna, e a Sciencia da Geografia; visto que com estes Estudos não só lhes fica sendo muito mais facil a comprehensão das materias em que se vão instruir na mesma Aula, mas athé se devem considerar com hum merecimento superior na concorrência dos outros», mais velhos mas mais ignorantes (79).

É possível comprovar como o estabelecido nos Estatutos nunca foi, antes de revogado, rigorosamente respeitado e, depois dessa revogação, também não foi definitivamente posto de parte.

Para o 2.º curso temos indicação da idade dos praticantes à data da relação de 1 de Agosto de 1764; dado que o curso se iniciara em 1 de Julho de 1763, não originará grande margem de erro diminuir um ano para determinar a idade de cada um quando da sua admissão. Assim fazendo, verifica-se que dois terão sido admitidos ainda com 12 anos e cinco o terão sido com 13. E os livros de matrículas que é possível consultar fornecem os dados seguintes: no 3.º curso

matriculam-se dois aulistas com 12 anos e outros dois com 13; no 5.º, cinco com 13; no 6.º, um com 12 e outro com 13; no 7.º, um com 13; no 8.º, dois com 12; no 9.º, dois com 12 e três com 13; no 10.º, (aquele por ocasião de cuja abertura teve lugar a citada revogação do n.º 8 dos Estatutos), um com 11 e três com 13.

Talvez a revogação do limite mínimo de idade para admissão tenha sido só para o 10.º curso, tendo a medida sido depois reposta em vigor. De facto, a informação de 22 de Outubro de 1801 juntavam os lentes lista dos aulistas que, mediante certidões de baptismo, comprovavam ter mais de 14 anos.

A propósito de admissões e antes de algumas referências mais à idade dos aulistas, registre-se informação de 23 de Dezembro de 1802 favorável ao ingresso de um candidato que, embora de idade menor da exigida, sabia Alemão e Francês «e alguma couza traduzir em a nossa as ditas Linguas» e estava «cabalmente instruido em quasi toda a Arithmetica de Bezout». Registe-se também, porque algo esclarece quanto à formalidade das provas de admissão e critérios nelas seguidos, portaria de 19 de Outubro de 1801 sobre os exames de admissão: «O Lente da Aula fazendo tomar assentos aos Alumnos, que concorrerem para serem examinados, e providos de papel, pennas, e tinta, lhes dictará a forma do requerimento que deverão apresentar, para serem admitidos: e assinando cada qual deles o que escrever, para serem julgadas as suas escritas por ambos os Lentes os examinarão logo dos elementos de Arithmetica (...)» (80). Registe-se ainda uma indicação negativa constante de informação datada de 12 de Setembro de 1865 e respeitante a requerimento de diplomado cuja carta de curso era de 1832: «É preciso advertir que n'aquella epocha não se exigiam conhecimentos grammaticaes para a admissão na dita Aula» (81).

O leque etário da frequência da Aula era francamente largo. Os limites inferiores já foram indicados; vejamos agora quais as idades mais avançadas e quais os valores médios. No 2.º curso terão ingressado um aluno com 32 anos, outro com 27, outro com 26, dois com 25, sendo a mais abundante a classe dos 17 anos. No 3.º curso a classe mais representada era a dos 18 anos mas as idades mais avançadas estavam representadas por 14 indivíduos entre os 25 e os 28, 5 entre os 30 e 32 e um com 37. No 5.º

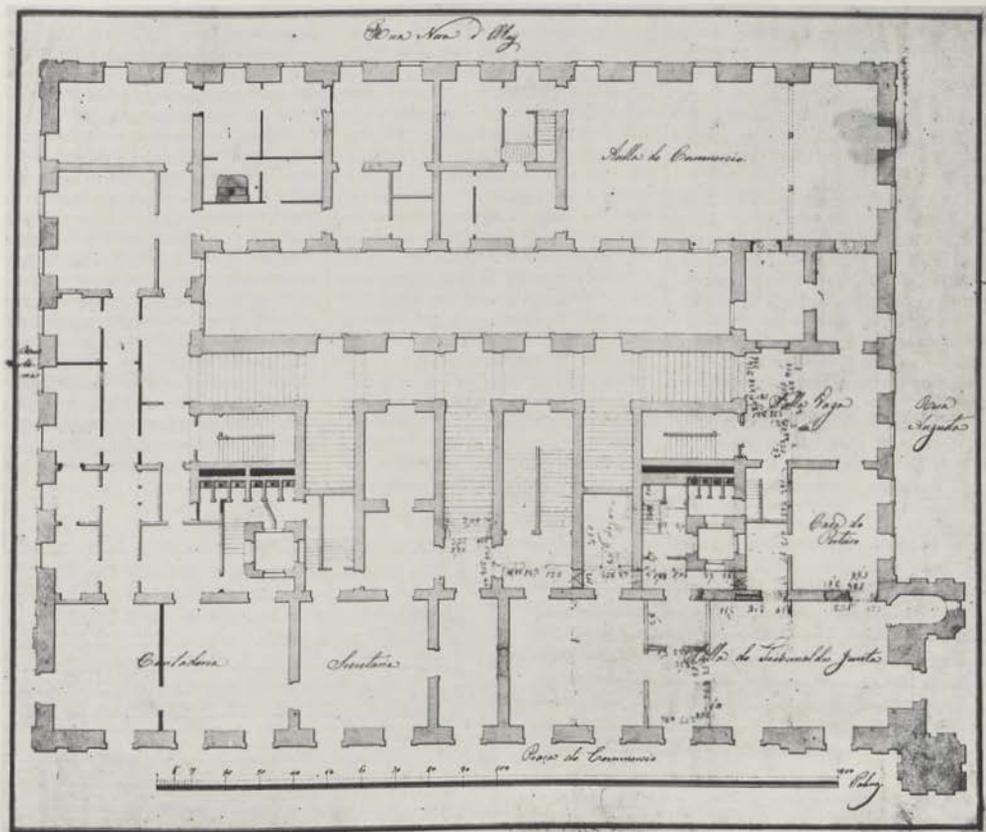
curso, se o grupo etário mais numeroso é o dos 17 anos, entre os 25 e os 32 há 26 praticantes e os valores mais elevados são constituídos por 3 com 36 anos. No 6.º curso o grupo mais representado é o dos 14 anos, mas tinha 44 o matriculado mais idoso e com idades que podem também considerar-se um tanto elevadas havia um com 31, dois com 28 e sete com 25 e 26. A classe dos 14 anos é também a mais representada no 7.º curso, constituindo aliás um terço dele, mas também há dois aulistas com 25 anos, um com 26, dois com 28, um com 32 e outro com 34. Os aulistas com 14 anos são também os com maior representação entre os matriculados no 8.º curso, havendo cinco com 25 e 26 anos, um com 30, outro com 32 e outro ainda com 35. É a dos 16 anos a classe mais representada no 9.º curso, e os que mais largamente excedem os valores médios são dois aulistas com 25 anos, outros dois com 26 e três com 27, 30 e 33. A frequência do 10.º curso volta a adensar-se nos 14 anos e os mais velhos são cinco escolares com 25, 26, 28, 32 e 33 anos.

Uma verificação de carácter mais geral pode fazer-se: com a aproximação do fim do século baixou a média das idades dos aulistas; de facto, nos 2.º, 3.º, 5.º e 6.º cursos as médias das idades rondam os 18 anos e a média destas médias situa-se ligeiramente abaixo deste valor, enquanto que nos 7.º a 10.º cursos as médias (que são entre si muito próximas) não atingem os 17 anos, embora deles se aproximem (82).

Temos agora apurar o tempo durante o qual os mais ou menos jovens aulistas frequentavam a sua escola: quanto tempo duravam os cursos, quais os períodos lectivos, quais os horários.

Como é sabido, começaram os cursos por ser trienais. Todavia, conforme já ficou assinalado em artigo anterior, todos os cursos excederam em alguns meses o triénio que lhes competia (se não considerarmos o caso anormal do 5.º curso, aquele que mais se avantajou foi o 1.º curso, ultrapassando em oito meses o tempo destinado). Passado o curso a bienal, não desapareceu, embora se atenuou, a dilatação para além dos prazos previstos, sendo possível afirmar que só a partir de 1809 os biénios começam a ser respeitados.

Também só a partir desta data se



pode falar de anos lectivos caracterizados por uma certa regularidade. Veja-se como os primeiros cursos começam, indiferentemente, em qualquer altura do ano: os 1.º a 10.º tiveram início, respectivamente, nos meses de Setembro, Julho, Junho, Fevereiro, Agosto, Outubro, Agosto, Novembro, Janeiro e Novembro. Há depois uma tendência para que os cursos abram em Outubro ou Novembro, tendência que se transforma em prática habitual, preferindo primeiro o mês de Novembro e fixando-se depois no de Outubro (os cursos iniciados nos anos ímpares de 1809 a 1817 e em 1823 abriram as suas aulas em Novembro, enquanto os que começarem em 1819, 1821 e 1824 a 1833 as abriram em Outubro).

Também o encerramento das aulas

Planta do 2.º andar do quarteirão situado entre a Praça do Comércio e a Rua Nova de El-Rei (actual Rua do Comércio), as Ruas do Ouro e Augusta. Aqui funcionou a Aula entre 1769 e 1780 e de, provavelmente, 1796 a 1821.

Confronte-se o desenho com o texto de certidão de 5/6/1769 que refere a construção da tribuna da Aula (tribuna onde muitas vezes governantes assistiram aos actos mais significativos da vida da escola) e menciona os «quatro pedestaes de madeira debaixo dos pilares de viga que sustentão a tribuna da Aula do Commercio; dous delles livres, e os outros de encostos (...)».

A Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios manda remetter a Vossa Mercê o Papel incluso, que contém as Determinações, e a mesma Junta tem ordenado para o Governo economico, e boa disciplina da Aula do Commercio; para que Vossa Mercê as haja de executar, com a mais pontual observancia dos Praticantes da referida Aula.

Deos guarde a Vossa Mercê. Junta a 28 de Julho de 1767.

João Luiz de Sousa Sayão.

Senhor Alberto Jaquéri de Sales.

DETERMINAÇÕES PARTICULARES,

PARA O GOVERNO ECONOMICO DA AULA do Commercio, ordenadas pela Junta, para conservação, e boa disciplina da mesma Aula.

I.
OBSERVAR-SE-HA o maior decôro, e silencio em todo o tempo da Aula, e nenhum dos Discipulos della poderá mudar-se do banco, ou assento que lhe for assignado, sem expressa licença do Lente.

II.

Durante o tempo da Lição, os Praticantes posão em muito cuidado não sahir fora da Aula em quanto outro estiver fora; menos que a necessidade os obrigue.

III.

Nenhum dos Praticantes se poderá demorar na entrada, ou passagem para a Casa da Aula; e muito menos na rua, ou lojas da sua vizinhança; pena de que fazendo o contrario, será pela primeira vez advertido, pela segunda reprehendido, e pela terceira expulso da Aula.

IV.

A mesma ordem de caminhar via recta se observará na saída, desfilando hum por hum, pela ordem dos seus assentos, e dos bancos.

V.

Os Decrétoes, que o Lente nomear, lhe darão hum-a fiel, e pontual Conta de todas as transgressões, que presenciarem, ou de que forem informados a este respeito; como tambem dos disturbios, brigas, jogos, indecencias, e de todas as mais culpas graves, commettidas pelos Aulistas, dentro ou fora da Aula; advertindo, que he interesse público, e geral de todos os Praticantes, descobrirem-se estas culpas, das quaes o mesmo Lente deve dar conta, para serem castigadas a arbitrio da Junta.

VI.

A entrada dos Praticantes se deve observar na fórma dos seus Estatutos, e havendo falta notavel na entrada, ás horas determinadas, se porá ponto, como de falta, não havendo legitima excusa, que desculpe, sendo esta qualificada com Certidão de Medico, ou Cirurgião approvado no caso de doença; e tendo os Discipulos entendido, que no Conceito da Junta, he de grande consideração a falta desta uniformidade na entrada da Aula, como dispõe o Capitulo dez dos seus Estatutos.

VII.

Conhecida a falta de applicação, ou capacidade natural em algum dos Praticantes, o Lente dará Conta na Junta, para se determinar a sua expulsão, ou se lhe conceder espaço para a emenda; e como pela falta de assistencia se demonstra claramente o pouco desejo de adiantamento; o mesmo se determina a respeito daquelles Discipulos, que por seis dias continuos, ou repetição de faltas, não tendo causa legitima, deixarem de assistir á Aula; advertindo que esta culpa será gravemente castigada até á expulsão; e para melhor conhecimento nesta materia, no fim de cada mez se fará hum recenseamento das faltas no mesmo espaço, sem que o Lente demore, por tempo algum, o participallas pela sua Conta na Junta.

VIII.

Para o mesmo fim de aproveitar os Discipulos, se fará no dia primeiro de cada hum mez a revista, ou exame das Postillas, e o Lente dará Conta na Junta dos Praticantes, que depois da primeira advertencia não as tiverem em dia.

IX.

Se algum Discipulo, sahindo da Aula, sem intento de voltar a ella ás suas Lições, deixar de se despedir, e entregar o seu Provimto; o Lente dará logo Conta, para este se lhe mandar tirar pelo Meicinho da Junta.

X.

Similhantermente serão expulsos por Ordem da Junta os que commetterem culpas de maior escandalo, como dar pancadas, amarrar-se, ou deitarem para brigas, usar de navalhas, facas, espadas, &c. ou que mutuamente se offenderem com palavras; e sobre tudo os que

fizerem acções, ou entrarem em actos contrarios á pureza, decencia, e compostura, de que se devem revertir todos os Assistentes da Aula.

XI.

E para que se não possa pertender em tempo algum a desculpa, a titulo de ignorancia destas Determinações; o Lente as fará ler no primeiro dia da Aula de cada hum dos mezes infallivelmente; e o mesmo Lente terá a sua cuidado o dar Conta na Junta de qualquer transgressão nestes Regulamentos, os quaes se farão observar com impreterivel castigo, para a execução da boa ordem, e aproveitamento, que se procura na Aula. E estas Determinações serão registadas na Secretaria da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios. Lisboa a 27 de Julho de 1767.

João Luiz de Sousa Sayão o fez escrever.

<i>Cruz.</i>	<i>Abreu.</i>	<i>Sayão.</i>
<i>Ferreira.</i>	<i>Ferreira.</i>	<i>Aguir.</i>
<i>Graot.</i>	<i>Roncon.</i>	<i>Sousa.</i>

Na Typographia de Bulhões.

João Luiz de Sousa Sayão

As «Determinações particulares (...)» de 1767 são um dos mais interessantes textos mediante as quais a Junta do Comércio regulava o funcionamento da Aula que dela dependia.

que a falta de cumprimento á confirmação desta ordem, se haverá por considerável culpa, e notável defeito, o qual se participará pela Secretaria de Estado, para se representar a Sua Magestade (...) Esta mesma Ordem comunicará VM.º ao seu Substituto, para também a executar na parte que lhe compete»⁽⁶⁴⁾.

Quando ao substituto admitido, foi o Inácio da Silva e Matos de quem, em consulta de 20 de Dezembro de 1773, se afirma que «pelo decurso do triennio findo (...) repetia de tarde as lições, que dictava o Lente de manhã, como em todo o corrente»⁽⁶⁵⁾.

Um «Registo das certidoens que apresentão os praticantes da Aula do Commercio quando estão doentes. Como também das licenças que se dão aos mesmos por mayor espaço de tempo de huma semana»,⁽⁶⁶⁾ no qual estão referenciados documentos com datas compreendidas entre 6 de Maio de 1772 e 19 de Junho de 1780, também nos comprova, prativamente para todo o período a que respeita, que os alunos frequentavam as aulas ou de manhã ou de tarde, podendo obter transferência de um para outro dos períodos: a Pedro Gonçalves, aluno do 4.º curso, foi concedido «passar para a Aula da tarde, por ter as manhãs ocupadas»; a António de Carvalho, alista do 5.º curso, é igualmente dada licença «para se transferir da lição de Matinas para a de Vesperas»; José Ulric, do mesmo curso, apresentou certidão médica «pela qual consta ter molestia que o impossibilita o exercicio d'Aula nas Lições de Vesperas».

As quatro horas diárias de aula ter-se-ão substancialmente reduzido, como se verifica pelo seguinte despacho da Junta, datada de 9 de Novembro de 1801: «Abrão-se as Aulas, principiando por agora o Lente Joze Luis da Silva as Lições ás oito horas e meia da manhã, e acabará ás dês e meia; para o Lente Ricardo Gomes Rozado Moreira Frois comece as suas ás onze, e acabar á huma»⁽⁶⁷⁾. Esta redução é confirmada pelas determinações propostas pelo lente Frois em Maio seguinte⁽⁶⁸⁾, a primeira das quais é do teor seguinte: «As Lições sendo de duas horas diariamente, como ategora se tem praticado, se continuarão em tudo da mesma maneira (...)».

Com o mesmo tempo lectivo continuava a Aula em 1819, conforme se verifica por determinação de 26 de Outubro da Junta do Comércio, determinação que, adiante-se, unicamente visava finalidades disciplinares: «a Aula do primeiro anno tenha o seu exercicio desde as nove horas ate as onze da manhã em todas as Estações, e a do segundo anno o tenha de tarde desde Abril ate Setbr.º inclusive desde as tres ate as cinco; e desde Outubr.º ate Março inclusive desde as duas horas ate as quatro (...)»⁽⁶⁹⁾.

Das quatro horas lectivas dos primeiros anos passou-se, pois, para as duas praticadas em 1801, 1802 e 1819, não sabemos de absoluta certeza até quando⁽⁷⁰⁾ nem sabemos desde quando. Mas é de admitir como provável que esta passagem não tivesse sido brusca e que, intermediamente, tivesse havido um período com três horas lectivas diárias, talvez por volta dos primeiros anos da década anterior, talvez quando se ensaiavam as remodelações que conduziram á passagem do curso a bienal⁽⁷¹⁾. Isso nos sugere a determinação em 1791 feita para a escola farense de que «o tempo da Aula durará trez horas sucessivas todas as manhãs.»

Todavia, além das horas de aula, teriam os alunos de frequentar outro tipo de actividades paralelo, talvez as decúrias. É o que se verifica por anotação ao registo de matrícula de um alista do 10.º curso, que deu 32 faltas em Janeiro de 1796, foi punido com a breve suspensão com que eram castigados os faltosos e, readmitido, tornou a ser suspenso «p.º 34 faltas q' les entre manhã e tarde no (...) mez de Fevr.º de 1796».

A assiduidade e a pontualidade eram, obviamente, bastante valorizadas. Fiscalizava-se portanto a regularidade na assistência ás aulas, conforme consigna o n.º 10 dos Estatutos: «(...) os Escriturarios, ou Practicantes da Contadoria da Junta, feraõ obrigados, por turno, a fazer o ponto em cada hum dos mezes, para que na mesma Junta se faça certo, que os Practicantes assistem».

E as «Determinações particulares, para o governo economico da Aula do Commercio», de 1767, bem acentuavam no seu n.º VI a importância atribuída á

pontualidade: «A entrada dos Praticantes se deve observar na fórma dos seus Estatutos, e havendo falta notavel na entrada, ás horas determinadas, se porá ponto, como de falta, não havendo legitima escusa, que desculpe, sendo esta qualificada com Certidão de Medico, ou Cirurgião approved no caso de doença; e tendo os Discipulos entendido, que no Conceito da Junta, he de grande consideração a falta desta uniformidade na entrada da Aula, como dispõe o Capitulo dez dos seus Estatutos». E o n.º VII, registando que «a falta de applicação, ou capacidade natural em alguns dos Praticantes» poderia levá-lo a ser expulso e ponderando «como pela falta de assistência se demonstra claramente o pouco desejo de adiantamento», determina que os «Discipulos, que por seis dias contínuos, ou repetição de faltas, não tendo causa legitima, deixarem de assistir á Aula», cometem culpa que «será gravemente castigada até á expulsão» (na já citada consulta de 13 de Fevereiro de 1823 é feita referência a uma ordem da Junta «de 8 de Janeiro de 1796 recomendada ainda (...) por Ordem do mesmo Tribunal de 18 de Julho de 1822» e é transcrita aquela determinação: «(...) se fará saber, e constar a todos os Praticantes que devem assistir a frequentar effectivamente a Aula e suas Decurias para a recordação das materias dadas, e continuação das que faltam, pena de que logo que tenham cometido seis faltas em cada mez, serão immediatamente expulsos para nunca mais serem admitidos»).

Igualmente as instruções para a Aula de Faro se debruçavam sobre o problema das faltas: «Para se conhecer individualmente a frequencia de cada Dissipulo, fará o Lente, assim de manhã, como de tarde, a costumada Nota dos que tiverem faltado; a qual lançará em hum livro destinado para esse effeito; e todo aquelle Dissipulo, a quem no fim do anno se acharem sincoenta faltas, não será admitido a Exame».

Não sabemos se as propostas de Frois chegaram a ser aprovadas. Mas, ainda que o não tenham sido, talvez se não afastem muito do que era usual. Á questão das faltas se referem as sugestões Terceira a «Seista». Vejamo-las (ou ao essencial delas) pela ordem respectiva: «O Ponto se continuará a fazer pelo Porteiro dês minutos depois de começada a Lição, e também o Lente fará particularmente nota dos que faltarem, para

que no fim de cada mez se haja de conferir o mesmo Ponto, não deixando de o conservar aquelle, que passado o sobre-dito limite de tempo, houver comparecido a Lição; «A qualificação das faltas deverá precisamente fazer-se sem prorrogação de tempo algum no ultimo dia de cada mez por Certidão do Medico, ou Cirurgião, e assignada pelas pessoas a cujo cargo estiverem os Discipulos, ou Praticantes da Aula»; «Para que o Tribunal possa ter huma justa ideia do estado em que a Aula se acha todos os mezes, o Lente extrahirá no fim de cada hum huma conta fiel das frequencias e progressos dos Praticantes (...); «Fica Determinado, e Estabelecido que todo o Praticante que tiver feito sessenta faltas com cauza perderá o anno, e o mesmo se ordena aquelle, que sem ella chegar a produzir vinte, ou faltar a duas Sabbatinas. Perdendo ordenadamente a antiguidade nos Exames todos os que deixarem de ter provado desde seis faltas por diante».

Em 19 de Dezembro de 1825, tomamdo em consideração o representado pelo lente do 1.º ano, tomou a Junta decisão que regulava quais as consequências das faltas: «Primo = Que só perderão o anno lectivo os Estudantes que no fim delle tiverem feito vinte faltas sem cauza justa, ou quarenta com cauza justificada = Segundo = Que as justificações das faltas sejaõ feitas na forma prescripta pelo Decreto de 27 de Setbr.º de 1800 (72) = Terceiro = Que os Estudantes sejaõ chamados a exame pela Ordem da sua Matricula e effectividade primeira-mente os effectivos; em segundo lugar os que tiverem faltas sem cauza, seguindo sempre a ordem numerica das mesmas faltas (...)» (73).

Registe-se, a finalizar a referência a este aspecto, que houve um regime de voluntariado, embora a qualidade de aluno voluntário nem sempre fosse concedida: encontra-se em aviso de 19 de Outubro de 1829 autorização para que um voluntário se submetta a exame e é indifferido em 21 de Junho de 1830 o requerimento de um candidato a «frequentar a Aula de Commercio na qualidade de Alumno Voluntário» (74).

da a leitura (...) por faltar ainda tratar de huã parte essencial da Geometria, como nos dois ultimos annos», era determinado que o lente continuasse «a leitura até se completarem as materias, mesmo no tempo das ferias»; «a leitura das materias do segundo anno» estava concluida. Saliente-se as informações contidas nestes textos: ao menos a nivel vocabular, a prática docente é identificada à «leitura»; o estudo da Geometria, que se verificava no final do 1.º ano, era por vezes prejudicada pelo encerramento do anno lectivo; para obviar a tal inconveniente podia ir-se ao ponto de retardar o inicio das férias.

(72) Informações de 29/12/1802 e 17/1/1803 transcritas no copiator mencionado na n. 45.

(73) Registe-se que as aulas, que começaram por ser de manhã, passaram a funcionar de manhã e de tarde (conforme consta de consulta de 27/7/1767).

(74) ANTT, Cart. da Junta do Com. maço 375, (75) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 15 e L.º 153, F. 31 V, respectivamente.

(76) Atente-se em que não era generalizado o optimismo quanto à excelência da prática das decúrias. Bento Farinha, nos «Prantos da Mocidade Portuguesa» (cfr. Maria Amélia Machado Santos, «Bento José de Sousa Farinha e o Ensino», in «Biblos», Vol. XXIII, Tomo I, 1947), verbera com veemência a sua prática (ao menos nas aulas de Gramática Latina), prática que significaria desleixo da parte dos mestres e abandono dos decúrios à ignorância e arbitrariedades dos decúrios).

(77) ANTT, Cart. da Junta do Com., Liv.º 110, F. 104.

(78) ANTT, Cart. da Junta do Com., Liv.º 114, F. 35.

(79) ANTT, Cart. da Junta do Com., Liv.º 114, F. 47 V.

(80) ATC, Diário Quarto Letra D do Donativo dos 4% (abrangendo o periodo de 8/1/1771 a 17/11/1777), FF. 22, 52, 70, 95, 118, 142, 225, 267 e 339 e Diário Quinto Letra E do Donativo dos 4% (abrangendo o periodo de 18/11/1777 a 15/7/1784, embora só estejam registadas despesas da Aula até 1/8/1780).

(81) Cfr. Francisco Santana, «Locais de funcionamento da Aula do Comércio» in «Revista Municipal», n.º 126/127, 3.º e 4.º trimestres de 1970.

(82) Officio da Junta para o lente do 2.º ano, em 7/5/1822 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 29 V).

(83) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 129, F. 87.

(84) Costa e Sá, no elogio historico de Ribeiro Freire, afirma claramente a existência e a importância de estudos preparatórios nas mada mais — a não ser a sua posterior decadência — esclarece quanto aos mesmos: «Destinado à vida do commercio (...) antes de entrar na aula, de pouco, instituida entre nós para o ensino da contabilidade, commercio e economia, fez todos os preparatórios, que nesse tempo grande esmero nos merecia».

(85) Esta portaria e duas informações antes mencionadas estão transcritas no livro copiator (1801/1804) existente no Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel.

(86) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de correspondência confidencial expedida, F. 79 V. Esta não exigência de conhecimentos gramaticais mostra como fora esquecida a obrigatoriedade do estudo do compêndio de Reis Lobato ou outro e como não haviam tido eco as

preocupações cujo aforamento está mencionado na n. 28.

(87) Esta tendência era, aliás, favorecida. Atente-se em como, alguns annos mais tarde, um aviso de 20/1/1810 determina «que se não haja de admitir daqui em diante para o presente Curso mais Alumnos de Idade de 16 annos para cima» (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 137, F. 62).

(88) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 154, F. 24 e L.º 156, F. 22 V, respectivamente.

(89) Em consulta de 29/8/1826 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 161, F. 99) está transcrita alegação do lente Ascenso Roma de que os exames «durão por tempo de dois mezes de manhã, e de tarde».

(90) Em representação de 20/7/1803 referiam os lentes ser costume da Aula «ter somente o mez de Setembro de Ferias» (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, Copiador-1801/1804).

(91) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 112, F. 53.

(92) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 115, F. 107 V.

(93) Biblioteca Nacional, Reservados, Fundo Geral, 10765.

(94) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 178, F. 154 V.

(95) É muito provável que a prática das duas horas de aula se tivesse instalado definitivamente. Em 28/2/1850, em sessão do Conselho do Liceu de Lisboa, sendo discutida a duração das aulas da Secção Commercial, foi affirmado que ao estabelecer-se que fosse ela de duas horas, se seguira «a antiga pratica da Aula do Commercio» (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 1.º de actas das sessões do Conselho, F. 64 V).

(96) Aliás, já acima ficou referenciada uma redução do tempo lectivo vespertino operada em 1769.

(97) «(...) isto he apresentando o Estudante ao Lente, logo no primeiro dia que voltasse à Aula, Certidão jurada que provasse o justo impedimento», esclarece-se em consulta de 20/3/1828 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 162, F. 160 V).

(98) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 236 V. O decreto foi publicado na «Gazeta de Lisboa» de 26 e determinava «que aos Premios, que estão estabelecidos, e as informações geraes, que de todos costuma haver, se unão no fim de cada hum dos Cursos Academicos (...) informações particulares, em que se reduza a tres termos os progressos scientificos, a saber de cada hum dos Alumnos, juntando-se o que se offerecer de sua conducta, moral e civilmente considerada; ficando dependendo de taes informações para o futuro, como se acha estabelecido para a Universidade de Coimbra (...) a admissão de qualquer dos ditos Alumnos para os exercicios, que pretenderem, não sendo sem a precedencia dellas admitido nenhum ao Meu Real Serviço (...) E porque o primeiro anno do Curso Academico da Marinha serve de fundamento aos que procurão a Classe d'Aspirantes Pilotos, como a alguns, que depois buscão a Aula do Commercio: Sou Serviço que nenhum discipulo entre naquella Classe, nem seja admitido à dita Aula, sem que haja delles a informação, que para isso mesmo terá lugar (...)».

(99) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 165, F. 33 V e L.º 164, F. 220, respectivamente.

(74) De officio endereçado aos lentes em 27/7/1826 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 254V) consta que: informando o lente do 1.º ano, por sua conta de 15, «naõ estar conclui-

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

— II

Não é conhecida a data da demissão do Inspector Feijó. Todavia a partir de 3 de Dezembro de 1852 com o novo inspector Joaquim Júlio Pereira de Carvalho sentem-se os efeitos do que havia sido legislado sobre o assunto, começando a corporação a conceituar-se no ânimo da população lisboeta pelos bons serviços prestados.

Novas máquinas fazem desde então parte do parque de ataque aos incêndios, nomeadamente bombas de que o novo inspector sugeria a aquisição e provaram muito bem.

Providências sobre o alarme em locais onde antes não se dava foram tomadas pela Câmara em 4 de Setembro de 1852.

Ainda ficou estipulado que despesas ocasionadas à Câmara por incêndios provocados por fogo de artifício ou de iluminação fossem pagas pelas entidades causadoras.

Exerceu o inspector Pereira de Carvalho as suas funções de 1851 e 1864.

Por este tempo foi publicado (em 1853) o «Regulamento para os empregados da Repartição de Incêndios» que definia e regulava todas as situações não só do pessoal mas também do material, dando-se nele pormenorizada descrição dos «Toques e das máquinas dos incêndios que devem acudir a cada um dos incêndios». Insere ainda o regulamento a relação do pessoal e material pertencente à Repartição dos Incêndios bem como a ordem em que deve ser chamada a prestar o seu serviço.

A organização do serviço de incêndios no Concelho de Belém, que conseguia autonomizar-se em 1852, segundo Ferreira de Andrade (obra citada), só se verifica nove anos depois.

**

Em Novembro de 1863 verificou-se nos *Paços do Concelho de Lisboa* um violentíssimo incêndio que danificou consideravelmente todo o edifício.

Considerou-se então que o facto se devia a ineficiência dos serviços de incêndios e daí resultou estudo para nova reforma tendo em vista melhorar as suas condições, as habilitações a exigir do pessoal ao Inspector — engenheiro com a formação técnica indispensável e única autoridade legal na emergência — as retribuições ao pessoal, equipamento, abastecimento de águas pelo estabelecimento de marcos portuários e finalmente o aumento do material com aquisições de bombas, mangueiras e carros de escadas em Londres e Paris.

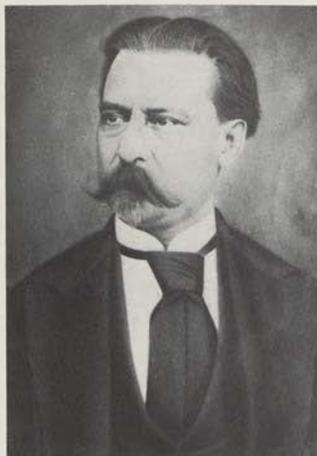
Ainda certamente como consequência do incêndio dos Paços do Concelho o inspector Joaquim Júlio Pereira de Carvalho pediu a demissão das suas funções, sendo substituído pelo Eng.º José Augusto Correia de Barros.

Impunha-se a renovação da maior parte do equipamento e mais ainda a possibilidade de regular abastecimento de água em caso de emergência.

Retrato do Inspector Carlos José Barreiros,
que desempenhou essas funções
de 1866 a 1889.

«São unânimes quantos escreveram
sobre o serviço de incêndios
a exaltar as grandes qualidades de chefia,
capacidade e perfeito conhecimento
dos problemas do Pelouro».

O 2.º Comandante
Luís Caetano Pereira de Carvalho
«um dos bombeiros portugueses
mais respeitáveis e distintos,
possuidor de uma honrosa folha de serviços
em que figura entre outras condecorações
a de cavaleiro da antiga e mui nobre
ordem militar da Torre e Espada
do Valor, Lealdade e Mérito».
(Hermes Augusto Camelo:
*História do Serviço Telefónico do Batalhão
de Sapadores de Bombeiros*).



Impressionante aspecto do ataque ao incêndio de um prédio
da Rua do Jardim do Regedor em 27 de Outubro de 1948



Tal facto foi em parte efectivado pela compra do mais moderno material em 1864.

A isto alude com pormenor a proposta do vereador Lopes dos Anjos aprovada com o parecer favorável do vereador do Pelouro de Incêndios Augusto César de Almeida em 17/10/1864.

Não obstante os esforços realizados pela Câmara, os serviços de incêndios da cidade não logravam alcançar o necessário prestígio junto da população.

Impunha-se com efeito a substituição do Inspector Correia de Barros que não conseguia dar-lhes a necessária eficiência de molde a que estes dessem boa conta de si.

Deficiências gritantes se verificaram por exemplo no grande incêndio que deflagrou num dos prédios do Rossio em 19 de Outubro de 1866.

Do novo Inspector Carlos José Barreiros que desempenhou as suas funções em 1866 a 1889 são unânimes quantos escreveram sobre o serviço de incêndios a exaltar as grandes qualidades de chefia, capacidade e perfeito conhecimento dos problemas do Pelouro.

Fundamentou-se a sua escolha para o cargo nos bons serviços que Carlos José Barreiros prestara como «soldado voluntário destas lides arriscadas» (!).

A ele se deve, com efeito, a profunda transformação experimentada nos serviços claramente esquematizada na reorganização de 1869.

Foi igualmente de sua iniciativa a criação da primeira central telefónica avisadora de sinistros instalada na Câmara Municipal num tempo em que o telefone era novidade, pois ainda há pouco havia sido descoberto pelo físico inglês Bell.

Carlos José Barreiros, homem de inegável aptidão intelectual, jornalista conhecido antes de se dedicar exclusivamente ao serviço de incêndios, pelos notáveis serviços prestados a Lisboa bem mereceu dos seus contemporâneos.

Aliás o seu mérito foi reconhecido. Assim o comprova o facto da Municipalidade ter dado o seu nome a uma das artérias de Lisboa.

Ao inspector Carlos José Barreiros, cuja acção notável rapidamente esboçamos, seguiram-se no desempenho do cargo personalidades, que embora de menos craveira, prestaram também bons serviços.

Após a sua aposentação em 1899, sucedeu-lhe imediatamente o tenente de Engenharia Augusto Gomes Ferreira, que

conseguiu melhorar as operações com a criação de sotas bombeiros permanentes.

Também se lhe deve a compra de mais bombas a vapor.

Assinale-se ainda o facto do Infante D. Afonso, que sempre mostraria muito interesse pela actividade dos Bombeiros, ter promovido no mesmo ano a aquisição de algumas bombas a vapor para os Bombeiros Voluntários da Ajuda, que entraram em serviço no fogo que teve lugar nos Armazéns Barela, que estavam ao tempo instalados onde depois foi a sede do famoso Turf-Club.

Por o Eng.^o Gomes Ferreira ter falecido em 1900 foi em Janeiro de 1901 substituído na Inspecção do Serviço de Incêndios pelo Eng.^o António Maria de Avelar. Foi o primeiro Comandante do Corpo de Bombeiros por o cargo de inspector ter passado a receber esta designação em 17 de Agosto de 1901.

A morte do Eng.^o Avelar obrigou a nova nomeação em 27/12/1901, que recaiu no Conselheiro Emydio Lino da Silva Junior, major de Infantaria e Engenheiro Civil.

Comandou o Conselheiro Lino da Silva Junior o Corpo de Bombeiros Municipais de 1901 a 1914.

Começam então a esboçar-se as linhas que mais tarde permitiriam a passagem do Corpo de Bombeiros a Batalhão.

Passa a haver um comandante, um 2.^o comandante, um ajudante, dois médicos, um chefe de secretaria, um de contabilidade, outro do serviço telefónico, pessoal de secretaria e um chefe de divisão e ainda um inspector do corpo.

No fogo que teve lugar em 10 de Abril de 1907 e ateado por mão criminosas destruiu o importante prédio da rua da Madalena n.^o 237, distinguindo-se pela sua dedicação e inteligência o comandante Emydio Lino da Silva Junior e muitos dos outros elementos do corpo.

O Rei por despacho publicado em 29 de Maio de 1907 manda conceder-lhe os merecidos louvores.

Em 11/8/1914 depois de ter exercido interinamente o cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais foi nomeado efectivo o arquitecto Sr. Francisco Carlos Parente.

Permaneceu no cargo o arquitecto Parente de 1914 a 1924, data em que foi substituído pelo capitão-aviador António Rodrigues Alves.

Deve-se ao arquitecto Parente entre outras realizações a transferência da Central Telefónica para as suas actuais

Em 15 de Julho de 1950 registou-se um violento incêndio no Francfort Hotel, no Rossio.

instalações e ampliação do indicador telefónico.

Reconheceu a Câmara Municipal os bons serviços do Arquitecto Parente mandando-o louvar pelo zelo, dedicação e superior critério com que desempenhou o cargo.

O Comandante Rodrigues Alves durante o tempo que exerceu as suas funções procurou e conseguiu resolver o problema da tracção das bombas, ainda braçal ao tempo, promovendo para o efeito aquisição de diverso material motorizado.

Em 1915 foram estabelecidas as prioridades de saída para os sinistros das viaturas automóveis e normas de execução no que se refere ao material de ordenança.

É certo que o Comandante Rodrigues Alves teve a coadjuvância como 2.º comandante Luís Caetano Pereira de Carvalho, «um dos bombeiros portugueses mais respeitáveis e distintos, possuidor de uma honrosa folha de serviços em que figura entre outras condecorações a



de cavaleiro da antiga e mui nobre ordem militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito» (1).

O Comandante Rodrigues Alves exerceu as suas funções até 1928. Faleceu em 22/2/1934 em consequência de desastroso acidente de aviação.

Com a nomeação do Major de Engenharia Frederico Maria de Magalhães Meneses Villas Boas Vilar em 7 de Agosto de 1928 entrou o corpo de Bombeiros num período de profundas transformações.

A mais significativa foi a passagem do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa a Batalhão de Sapadores Bombeiros. Segundo autoridades dignas de crédito o período transitório que antecedeu a reorganização definitiva teve início em 1 de Julho de 1930.

Como acima referimos, a ideia de organizar o serviço de incêndios dando-lhe feição e disciplina militar não era nova pois já em 1850 o médico Francisco Inácio dos Santos Cruz a sugeriu na memória que sobre o assunto apresentou à Academia Real das Ciências.

Decorridos oitenta anos concretizava-se finalmente a ideia do esclarecido e bem informado médico cujas opiniões sobre este aspecto fizeram autoridade e pode-se dizer ainda hoje são dignas de serem lembradas como aliás atrás fizemos.

Conforme foi expressamente salientado em ordem de serviço (n.º 267 de 12 de Novembro de 1928) ao próprio Corpo de Bombeiros Municipais era evidente a necessidade de modernizá-lo de modo a que o serviço de bombeiros correspondesse inteiramente à missão que noutras capitais lhe está incumbido.

De facto, com adequada regulamentação militar e justa remuneração aos seus elementos, susceptível de lhes garantir os meios da sua manutenção sem necessidade de acumulação de outros misteres, evitar-se-iam os graves inconvenientes disciplinares de serviço da organização vigente sobretudo nos seus contactos com associações voluntárias que deram aso a intrigas e graves entraves com manifesto prejuízo e desprestígio da corporação.

Tornou-se óbvia a vantagem de unificar numa só unidade todo o serviço militarizado — o Corpo de Bombeiros Municipais, dando-lhe a feição de uma especialidade de engenharia com a concorrente instrução privativa.

Nestes termos o Comandante Frederico Vilar propôs à Câmara Municipal que



se solicitasse ao Ministro do Interior a necessária autorização para militarizar o Corpo de Salvação Pública Municipal, o qual continuaria a pertencer à Câmara Municipal de Lisboa ou passaria com todo o seu actual pessoal, material e aquartelamento para a Intendência de segurança pública.

Em 8/11/1928 a Câmara encarregou efectivamente o Comandante Vilar de elaborar um projecto de reorganização.

Entre os propósitos de reorganização acima referidos e que foram plenamente alcançados, deve assinalar-se ainda a instalação da Central Telefónica e de uma Cabine Telefónica automática capaz de estabelecer ligação com 355 postos telefónicos, *avisadores da via pública*, comando, casas de espectáculos, estabelecimentos comerciais e industriais, monumentos nacionais, companhia das águas, etc.

Aliás, as sucessivas remodelações dos serviços do Batalhão, que se processaram de 1935 a 1968, traduziram-se sempre sem dúvida em melhorias e maior eficiência.

Em 29/9/1939 o Presidente da República fez pessoalmente entrega ao Batalhão de Sapadores Bombeiros da Bandeira Nacional com que o Governo da República houvera bem distinguir o Batalhão.

Na ordem de serviço ao Batalhão o Comandante salientou o significado das palavras Vida por Vida inscritos na Bandeira Nacional do Batalhão de que são para lembrar sempre a este o exacto cumprimento de todos os seus deveres



Assim combateram os bombeiros o fogo que deflagrou em 14 de Julho de 1943 na Rua Victor Cordon.

no desempenho da missão que lhe foi confiada.

Exerceu o major Frederico Vilar as suas funções até 14 de Fevereiro de 1936, data em que pediu a exoneração do seu cargo.

Na data da sua morte, que ocorreu em Abril de 1964, o General Frederico Vilar foi objecto da homenagem do Batalhão de Sapadores Bombeiros tendo o então comandante coronel Ribeiro Viana expresso os sentimentos de admiração pela sua obra de quantos dela tiveram conhecimento. Disse:

«O falecimento do General Frederico Vilar, 1.º Comandante que foi o criador do Batalhão de Sapadores Bombeiros, pela militarização do antigo Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa, traz à memória dos que viveram nesse tempo a personalidade vincada de um ilustre chefe militar que honrou o Município, comandando o seu Corpo Municipal de Bombeiros. A obra aqui realizada, o espírito que conseguiu incutir na Unidade, recordação viva que deixou em quantos

conviveram com ele e sob as suas ordens se formaram e são hoje chefes competentes, sérios e acrisoladamente apaixonados pela sua profissão, dizem mais do seu alto valor de que outras palavras que pudessem ser, nesta ocasião, pronunciadas.

«Homem de coração grande e generoso, Fidalgo de Sangue e de Sentimentos, manteve em toda a sua vida a linha direita dos homens que não sabem torcer.

«Da sua passagem pela Terra porém o Batalhão de Sapadores Bombeiros é uma das suas melhores criações — não a Melhor!

«O Comando curvando-se perante o Corpo do que foi seu ilustre Chefe apenas tem a dizer: Obrigado Comandante Vilar, Paz à Tua Alma.»

O major Frederico Vilar foi substituído pelo Capitão de Engenharia Eugénio Sanches da Gama, que se manteve no exercício do cargo de 14 de Fevereiro de 1936 a 1938.

Da acção do Comandante Sanches da Gama no comando do batalhão diz claramente a homenagem que lhe foi prestada em 25/5/1964 na data do seu falecimento.

Reza assim a ordem de serviço ao Batalhão do então Comandante Ribeiro Viana:

«Faleceu o senhor Tenente Coronel de Engenharia Eugénio Sanches da Gama, que exerceu o cargo de Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros logo após a saída do Comandante Frederico Vilar. Personalidade distinta, professor e engenheiro de larga experiência, orientou a sua acção sobretudo na valorização do homem, criando e desenvolvendo os cursos de habilitação do pessoal, com o fim de formar graduados, uma vez que, nessa altura, era esse o mais grave problema que o Comando tinha que enfrentar.

«A ele se devem os primeiros regulamentos das aulas e os seus programas e, em consequência, a habilitação dos primeiros graduados, na frequência dos respectivos cursos.

«Passados tantos anos temos que reconhecer que as raízes então lançadas trouxeram para os postos de chefia os melhores elementos que anualmente iam sendo admitidos no Batalhão e que hoje facilitam, por forma singular, pela sua competência e espírito de bem servir, a acção do Comando.

«Por que a história se faz através da obra que homens deixam atrás de si, o

Comando presta esta modesta homenagem ao Comandante Sanches da Gama, cuja figura prestigiosa honrou o Município, no desempenho das suas funções de 1.º Comandante da mesma Unidade.»

Substituiu o Eng.º Sanches da Gama o Major de Engenharia Joaquim Fernando da Conceição Gomes, que exerceu o comando do Batalhão de 1938 e 1947.

Atingia o comando depois de ter prestado os mais relevantes serviços nas várias funções que nele desempenhou. Por esse facto recebeu diversos louvores.

O seu espírito de organizador metucioso deu aos serviços a possibilidade de resolver da melhor forma problemas que se lhe apresentaram.

Assim promoveu a instalação da rede radiotelefónica nos serviços do Batalhão, a aquisição de diversas viaturas, a construção do Porto da 4.ª Companhia, a elaboração dos primeiros manuais para preparação e desenvolvimento da instrução do Batalhão e do regulamento geral do Batalhão, a construção da Piscina do Quartel de Comando; obteve: o alargamento ao pessoal da Assistência Nacional aos tuberculosos, pensões do preço de sangue para os familiares dos membros do Batalhão e fixação das percentagens e limites de idade para efeitos de aposentação; criou bibliotecas circulantes com livros de cultura geral para o pessoal; organizou as brigadas de cadastro de conservação e fiscalização das bocas de incêndio instaladas na área da cidade de Lisboa e os serviços auxiliares para o abastecimento de matérias-primas e todos os demais artigos indispensáveis ao bom desempenho dos serviços do Batalhão e tomou diversas medidas de prevenção contra o risco de incêndio a observar nos edifícios municipais.

Apesar desta larga contribuição, na sua despedida o comandante Gomes Marques referiu-se com muita modéstia quanto fizera pelo Batalhão.

Foi exonerado a seu pedido em 29 de Novembro de 1947, tendo sido substituído no cargo pelo Coronel de Engenharia Luís Ribeiro Viana, que desempenhou as respectivas funções de 1947 a 1966.

Neste longo período de cerca de vinte anos pôde o coronel Ribeiro Viana muitas vezes dar a medida do seu valor como comandante de uma unidade tão especializada e ao mesmo tempo valorizar ainda mais os serviços pelo que o seu nome e acção devem ser assinalados com especial relevo.

P. MORTE DE LO POGO!

O GRANDE INCENDIO DA RUA DA MAGDALENA



A municipal contenda a multidão na rua da Magdalena—José Faustino da Silva, bombeiro n.º 218—Durante o rescaldo —A maca dos Voluntários da Ajuda—Ignácio Antonio Manuel, bombeiro n.º 147—José d'Oliveira, bombeiro n.º 01 —Uma bomba a vapor no Largo de Santa Justa



«Também Lisboa teve a sua hora triste de celebridade, com o incêndio trágico e pavoroso da Rua da Madalena. Nessa fornalha ardente e ciclópica crepitaram as carnes das vítimas com a mesma fúria e a mesma raiva devastadora com que outras têm sido devoradas pelo demónio gigantesco do fogo. O Bazar de Caridade e a Comédie Française, em Paris, são os dois terríveis pontos de referência para a comparação desta catástrofe nacional, que arrepiou o país inteiro, num frémito de terror e de piedade».

Palavras da «Ilustração Portuguesa» de 22 de Abril de 1907, que à catástrofe dedicou quatro páginas profusamente ilustradas. Reproduzem-se duas dessas páginas.

Desempenhando desde 1938 as funções de 2.º comandante do Batalhão achava-se o coronel Ribeiro Viana em 1947 em excelentes condições para enfrentar as responsabilidades de 1.º Comandante.

Assim o prova o louvor de que foi alvo ao completar em 1948 vinte anos de serviço no Batalhão, onde se aludia às provas de «constante dedicação ao serviço reconhecida isenção e muita competência demonstrada no exercício das suas funções» de que naturalmente decorre a concessão que lhe foi feita da Medalha de prata da Cidade.

Também o pessoal sob as suas ordens lhe prestou significativa homenagem.

Destacam-se entre os serviços prestados pelo coronel Ribeiro Viana a sua acção (e a dos seus Adjunto, chefes, subchefes e bombeiros) por ocasião do grave desastre ocorrido na linha férrea de Cascais no morro da Gibalta em 31/3/52 e pela sua actuação inteligente e decidida na ataque ao incêndio que na noite de 13 de Agosto de 1959 quase destruiu a igreja de S. Domingos, a qual impediu que o foco alastrasse aos prédios contíguos.

Dois valerosos bombeiros municipais encontraram a morte nesse notável combate.

Por isso o comandante e o Batalhão foram condignamente louvados.

Ainda outras e diversas iniciativas assinalam a passagem do coronel Ribeiro Viana pelo Comando do Batalhão de Sapadores Bombeiros, mas citaremos apenas as que nos parecem mais significativas:

Assim, promoveu a aquisição de grande número de viaturas diversas, a remodelação geral da Central Telefónica do Comando, incluindo a substituição do indicador principal; substituição, quase total, dos telefones e indicadores telefónicos aéreo privativo do Batalhão e do traçado telefónico aéreo privativo do Batalhão por linhas alugadas aos CTT; alteração parcial do traçado telefónico aéreo da rede privativa do Parque Florestal de Monsanto, por traçado subterrâneo; actualização do Manual destinado à preparação e desenvolvimento da instrução do pessoal do Batalhão e dos bombeiros municipais e voluntários; construção do quartel-sede da 3.ª Companhia (Alvalade); remodelação geral da rede radiotelefónica e aquisição de diversos postos emissores-receptores, fixos, móveis e portáteis; criação da oficina de montado-

res de telefones e de radiomontadores; remodelação geral da Repartição Técnica e da Secretaria; criação do novo arquivo geral do Batalhão; elaboração de diversas medidas de segurança e prevenção contra o risco de incêndio em diversos estabelecimentos comerciais e industriais, Metropolitano, etc.; desenvolvimento dos diversos cursos de habilitação para preparação do pessoal do Batalhão; criação da aula de preparação para os 1.º, 2.º e 3.º Ciclo dos liceus, destinadas ao pessoal do Batalhão, seus familiares e outro pessoal da Câmara Municipal de Lisboa; obtenção de aumento no efectivo do Batalhão.

Falecido no seu posto em 2 de Junho de 1966, foi o Coronel Ribeiro Viana substituído pelo Tenente Coronel de Engenharia Rogério Jaime de Campos Cansado.

Exercendo funções no Batalhão de Sapadores desde 1947, onde desempenhou funções de Adjunto Técnico e 2.º comandante, o coronel Campos Cansado continuou no exercício do cargo de 1.º Comandante a demonstrar qualidades de inteligência, competência e dedicação pelo serviço idênticas às que lhe haviam granjeado até então louvores da presidência da Câmara.

Na saudação que ao tomar posse dirigiu ao Batalhão, o coronel Campos Cansado pôs em relevo a lealdade, competência, correcção e desejo de bem servir de todos os elementos do Batalhão, salientando o muito apreço que lhe merecem os chefes e graduados pelo alto nível a que têm elevado o nome dos Bombeiros Portugueses e em quem a cidade confia inteiramente.

Assinale-se em particular entre os serviços prestados pelo Coronel Campos Cansado no cargo de Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros, a sua acção na ocasião do incêndio ocorrido no Ministério da Marinha em 18 de Março de 1969, facto esse expressamente reconhecido pelo Ministro da Marinha que em officio dirigido à Presidência da Câmara de Lisboa expressamente refere a extraordinária e eficiente acção do Batalhão de Sapadores Bombeiros e bem assim que «não fora o seu magnífico e corajoso comportamento, estamos crentes que o grave sinistro redundaria em penosa catástrofe para a nossa cidade de Lisboa, dada a perigosa contiguidade de outros edifícios de estrutura particularmente favorável à propagação de fogo e às diversas condições meteorológicas do momento.

«Ao Exm.º Senhor Coronel de Engenharia Rogério Jaime de Campos Cansado, que desde os primeiros instantes revelou uma enérgica e dedicada acção de comando, digna dos maiores elogios, deseja Sua Excelência o Ministro da Marinha manifestar, em especial, o alto conceito que tributa ao êxito da sua valiosa intervenção».

Devem-se ao Coronel Campos Cansado algumas significativas providências, que sem dúvida valorizaram o Batalhão.

Assim contribuiu decisivamente para a aquisição de grande número de viaturas diversas; introdução no Batalhão da rede telefónica automática privativa; remodelação da rede radiotelefónica e aquisição de diversos postos emissores-receptores incluindo postos portáteis e um posto fixo instalado em casa própria no Parque Florestal de Monsanto; substituição e actualização do primeiro volume do Manual destinado à preparação e desenvolvimento da instrução do pessoal do Batalhão e dos bombeiros municipais e voluntários; construção de um quartel no Parque Florestal de Monsanto.

Deve na realidade pôr-se em relevo que, com efeito, é desde 1969 que o Batalhão está convenientemente apetrechado com material de socorro, carros de nevoeiro Co2, espuma, pó, etc. para fazer face às crescentes responsabilidades e poder combater com êxito os incêndios que possam eventualmente verificar-se em Lisboa.

Diga-se todavia, por ser verdade, com raras excepções as sucessivas autoridades que superintenderam nos serviços de incêndio da cidade de Lisboa sempre procuraram equipá-los com o material mais adequado e o mais moderno na época da sua aquisição.

Tal facto se demonstra exuberantemente no museu instalado no quartel da Av. D. Carlos I e o Depósito da Mitra, onde se podem observar as mais curiosas peças de equipamento em todas as épocas utilizadas no combate aos incêndios.

O Comandante Campos Cansado foi substituído pelo Major de Engenharia Manuel Fonseca Ferreira Pinto Basto, numa carreira com brilhante folha de serviços no Batalhão.

Exerceu funções de 2.º comandante durante o comando do Coronel Ribeiro Viana e interinamente as de Comandante de 13 de Abril de 1966 a 27 de Julho de 1967.

A esta interinidade seguiu-se na data acima referida a situação de Comandante efectivo, cargo em que se manteve até 23/12/1975.

**

Embora se possa dizer talvez, com alguma razão, que o presente trabalho é quase mera enumeração de inspectores e comandantes do serviço de bombeiros de Lisboa e da sua acção no desempenho do cargo, na verdade, com raras excepções, os nomes que se mencionaram foram sempre de personalidades que prestaram excelentes serviços e que bem mereceram por isso dos lisboetas a quem muitas vezes acorreram em auxílio com notável devoção e assinalado êxito.

Parceou-nos por isso indeclinável dever de justiça evocar os que, primeiro no Comando do Corpo de Bombeiros Municipais e depois no do Batalhão, mostraram a par de grande interesse pelas finalidades deste, inegável zelo e grande pertinência no esforço para melhorar a sua eficiência.

Muito mais se poderia dizer sobre a história do Batalhão de Sapadores Bombeiros e acerca da prestante actividade dos Bombeiros Municipais de Lisboa e dos seus muitos actos de heroísmo individual, mas em matéria de história é muito difícil encontrar o justo equilíbrio e não dizer nem de mais nem de menos.

Esperamos, talvez ilusoriamente, ter alcançado esse objectivo.

(1) Conforme escreveu no seu relatório o inspector Correia da Barros, citado por Ferreira de Andrade.

(2) História do Serviço Telefónico do Batalhão de Sapadores Bombeiros por Hermes Augusto Camelo.



Sugestivo aspecto de um exercício dos Bombeiros
realizado em Maio de 1931.
no Rossio, junto da estátua de D. Pedro IV.

**MORREU
O ARQUITECTO
EDUARDO
MARTINS
BAIRRADA
— UM AMANTE DE LISBOA**

Não é só quando morrem ou desaparecem grandes estadistas, heróicos militares ou políticos no poder que Lisboa se tarja de negro e iça à meia haste as suas bandeiras.

Quando parte, tão rápido que nem um adeus disse, um Arquitecto Eduardo Martins Bairrada, Lisboa tem de parar, atônita e inconsolável, porque perdeu um cidadão exemplar, porque ficou sem

um técnico de alto gabarito, porque por força do destino deixou de contar com um dos seus mais interessados historiadores, porque por vontade de Deus se afastou de um seu insigne académico.

Eduardo Bairrada era, acima de tudo, um amante de Lisboa. Ele exigia da sua cidade a beleza que exigiria a uma mulher, ele obrigava a sua cidade à dedicação que obrigaria a uma filha, ele tentava que a sua cidade fosse o leito das suas divagações e nela via um amor perfeito. Com a sua bizzarria até capaz era, de nos dias felizes e do fulgurante sol lisboeta, usar essa bela flor na lapela do seu imaculado casaco castanho ou do seu fato de ver-a-Deus que orgulhosamente vestia em cerimónias.

Bairrada, depois, era um sonhador, com a sua caligrafia gótica, onde dava pareceres terrivelmente objectivos de crítica, integrando-os matematicamente no tempo e na história mas não esquecendo a educação e o trato e mesmo o humor.

E era um «gentleman», na pura compreensão da palavra, onde nunca se percebia se era superior ou inferior, onde nunca se entendia a servidão ou o sarcasmo, onde nunca se confundia o único objectivo de servir, de inovar e de evocar.

É que Bairrada inovava evocando, com a argumentação própria do investigador e com o aventureirismo do criador, deixando assim pendente no seu parecer o misticismo e a realidade tão frontais que obrigavam sempre a uma segunda leitura, para a filtragem da voraz crítica ao indispensável modo de agir.

Com ele foi um pouco de Lisboa, foi um montão de História e de histórias que só ele sabia, foi a originalidade da precisão e da linguagem, foi a arte do improviso e do pormenor.

Eduardo Bairrada era um homem pobre e simples, que acreditava numa carreira, que apostava numa obra, que sonhava com uma lareira à roda da qual se discutia o bem-estar, a civilidade, a ética e o bom senso.

Partiu, assim de repente, mas deixou sem dúvida a certeza de que «o passado não é o que passa mas o que fica».



PRIMEIRO-MINISTRO MARROQUINO VISITA LISBOA

O Primeiro-Ministro do Reino de Marrocos, Azedine Larakis, visitou oficialmente os Paços do Concelho de Lisboa no dia 14 de Janeiro, tendo-lhe sido prestadas honras do estilo à chegada à Praça do Município por um Batalhão da BSB, com bandeira e fanfarras.

Seguidamente organizou-se o tradicional cortejo com as várias individualidades presentes até ao Salão Nobre, onde se realizou uma sessão de boas vindas.

O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, usou, então da palavra para, em nome da cidade e do Município, saudar o ilustre visitante a quem fez a entrega da Chave da Cidade e do diploma e cópia da acta da reunião que aprovou aquela outorga.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro marroquino agradeceu a recepção que lhe foi dispensada e disse da sua satisfação por ser considerado «cidadão de honra



Momento em que o Primeiro-Ministro de Marrocos é galardoado com a Chave de Honra da Cidade

de Lisboa». Acrescentou que a geminação da capital portuguesa, já geminada com Madrid, a Rabat constitui um triângulo que pode ser benéfico em termos de cooperação.

Terminados os discursos, o Primeiro-Ministro visitante assinou, na Sala Rosa Araújo, o Livro de Honra da Cidade, após o que se procedeu à troca oficial de lembranças.

REUNIÃO DA COMISSÃO INSTALADORA DO GICOL



Aspecto da 1.ª Reunião da Comissão Instaladora do GICOL - Gabinete de Incentivos e Congressos de Lisboa

A 1.ª Reunião da Comissão Instaladora do GICOL-Gabinete de Incentivos e Congressos de Lisboa, realizou-se, nos Paços do Concelho, no dia 15 de Janeiro, sob a presidência do Vereador do Turismo da CML, Dr. Victor Gonçalves.

Recorda-se que o GICOL, enquanto associação, tem em vista a promoção de Lisboa, nos mercados internacionais, como Centro de Congressos, Reuniões, Feiras e Exposições.

O Gabinete propõe-se, assim, aproveitar e promover de forma agressiva as potencialidades turísticas da região de Lisboa, para disputar com as suas congéneres europeias uma parte considerável dos mercados de feiras, congressos, reuniões, exposições, etc.

Para efeitos de promoção internacional o Gabinete de Incentivos de Lisboa adoptará a designação de Lisbon Convention Bureau.

Além da Câmara Municipal, fazem parte do Gabinete entre outros, agentes económicos constituídos no sector do turismo como, a TAP, CP, Rodoviária Nacional, Associação Industrial Portuguesa, Confederação do Comércio e Indústria, Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo e Associação dos Hotéis de Portugal.

TRANSMONTANOS NA CML PARA CANTAR AS JANEIRAS

No âmbito do seu programa de levar a outras terras e outras gentes uma tradição herdada dos seus antepassados, o Grupo da Casa Regional de Trás-os-Montes esteve, no dia 16 de Janeiro, nos Paços do Concelho de Lisboa, onde cantou as Janeiras.

Presentes o Eng.º Nuno Abecasis, Vereadores e diversos funcionários.

Vestidos com trajes regionais, a acção dos transmontanos foi acolhida com interesse e simpatia por todos os presentes.



O Presidente da CML cumprimenta o director do Grupo da Casa Regional de Trás-os-Montes



Estátua de S. Vicente, da autoria do escultor Raul Xavier, no Miradouro de Santa Luzia, em Alfama

DIA DE S. VICENTE UMA TRADIÇÃO QUE SE MANTÉM

O Dia de S. Vicente, o mais antigo padroeiro de Lisboa, foi comemorado, como é de tradição, no dia 22 de Janeiro, com uma Missa Pontifical, na Igreja da Sé, celebrada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca, D. António Ribeiro.

Presentes também o Presidente-Substituto da Câmara, Dr. Lívio Borges e membros da Vereação.

Segundo a lenda, S. Vicente, o mais antigo patrono alfacinha está intimamente ligado à origem do brasão da cidade de Lisboa.

Nascido em Espanha (Huesca), S. Vicente, aquando das perseguições aos cristãos no reinado do Imperador Diocleciano, terá sido martirizado sobre uma grelha em braza quando era arceidiago do Bispo de Saragoça.

O seu cadáver, trazido por um barco de refugiados de Valência, teria chegado ao promontório algarvio, que ficou com o seu nome, e daí partido em 1173 numa nau que dois corvos acompanharam até Lisboa, com destino a uma Igreja que D. Afonso Henriques prometera erguer

em honra do mártir, caso conquistasse a cidade aos mouros.

S. Vicente ficava assim, e para sempre, popular entre os alfacinhas e a barca e os corvos gravados nas armas da cidade. A Igreja de S. Vicente, reedificada em 1629 é dos templos mais representativos de Lisboa e também ela muito ligada à origem do nome do bairro.

Até há algum tempo, os corvos muito frequentes em Lisboa, eram tidos como bichos de estimação e podiam-se encontrar às portas das tabernas e carvoarias um pouco por toda a parte.

Por força da lenda, séculos passados, quase todos esses corvos tinham o mesmo nome: «Vicente».

CÂMARA CEDE BIBLIOTECAS A ESCOLAS PRIMÁRIAS

No âmbito do cumprimento dos seus objectivos culturais, a Câmara Municipal de Lisboa entregou, no decorrer de uma cerimónia realizada no Palácio Galveias, no dia 22 de Janeiro, mais quatro bibliotecas, com um total de 1600 volumes, a Escolas Primárias localizadas no Restelo, Benfica, Campo Grande e Olivais.

Os temas versados nos volumes oferecidos são bastante diversificados, incluindo literatura infantil de carácter didáctico e recreativo, bem como temas de formação para professores.

Esta acção, desencadeada pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, da responsabilidade do Vereador Vítor Reis, visa dotar todas as escolas primárias da Capital com adequadas bibliotecas e renovar e actualizar as existentes. Prevê-se que até ao fim do ano em curso sejam entregues cerca de 20 bibliotecas a outras tantas escolas.

LISBOA E MADRID FOMENTAM COOPERAÇÃO

O fomento turístico e o intercâmbio entre Lisboa e Madrid, incentivados pela criação de tarifas especiais no tráfego ferroviário, foram um dos pontos principais que preencheram o encontro de trabalho e amizade realizado, na capital espanhola, no dia 25 de Janeiro, entre os Presidentes da Câmara Municipal de Lisboa e do Ayuntamiento Madrileño.

Nesta reunião, que foi promovida no âmbito da actuação da Comissão Permanente Lisboa/Madrid, participaram, também, os presidentes das empresas ferroviárias RENFE e CP, e, ainda, como integrantes da delegação portuguesa, os Vereadores dos Pelouros das Relações Internacionais, Comandante Pinto Machado, do Turismo, Dr. Victor Gonçalves e do Trânsito, Eng.º Magalhães Pacheco.

Recorda-se, a propósito, que, nos termos do acordo firmado, oportunamente, pelo Eng.º Nuno Abecasis e pelo falecido Prof. Tierno Galvan, então na qualidade de Presidentes das duas cidades gémeas e no que respeita ao apoio e colaboração a programas e a actividades municipais, de carácter internacional, Lisboa e Madrid apoiar-se-ão mutuamente e estabelecerão políticas comuns dentro das organizações municipalistas internacionais em que são membros activos, a saber: a União das Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI), Federação Mundial das Cidades Unidas (FMEU), União Internacional de Administração Local (IULA) e outras.



EPUL CONSTRÓI MAIS DOIS MIL FOGOS

Mais dois mil fogos vão ser construídos, na capital, pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa-EPUL, anunciou no dia 28 de Janeiro, o Eng.º Nuno Abecasis, Presidente da CML e Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa, na cerimónia da assinatura do protocolo de início do lançamento dos primeiros 56 fogos daquele conjunto, a edificar em Telheiras e designados por R6. Estes novos fogos são constituídos por seis lotes, situados próximo do núcleo de Telheiras Velho, constituído por casas antigas, na sua maioria do séc. XIX e que serão mantidas e restauradas.

O Eng.º Abecasis, na qualidade de Presidente da EPUL, revelou também, que, pela primeira vez, a Empresa tem um plano e orçamento baseados em factos, não só para 1987, mas, igualmente,

um plano a médio prazo válido até 1990. Acrescentou que, no ano em curso, serão lançados mais 1500 fogos, em Telheiras, Vale de St.º António, Rua de S. Bernardo, Largo de S. Bento e Martim Moniz.

Referiu ainda, que, dentro dos novos conceitos de gestão da Europa, no respeitante ao edifício acima mencionado por R6, agora lançado, todos os fogos serão comercializados em propriedade plena e não, como acontecia antes, em regime de direito de superfície.

O Eng.º Nuno Abecasis, Presidente do Conselho de Administração da EPUL, observa os alçados dos novos edifícios a construir em Telheiras

**MONUMENTO
A D. JOÃO BOSCO**

O patrono da juventude, D. João Bosco, vai ter um monumento erguido em sua honra frente às oficinas de S. José, na praça que, agora, passa a ter o seu nome e antes se chamava dos Prazeres, na Freguesia de Campo de Ourique.

A cerimónia do lançamento da 1.ª pedra, realizou-se, no dia 31 de Janeiro, com a presença do Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Serafim de Sousa Ferreira da Silva, do Vice-Provincial dos Salesianos, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis e muitas outras individualidades.

No seu improviso, o Presidente da Câmara salientou o significado da cerimónia e afirmou que o monumento com o busto do Santo representará uma imagem de coragem, a seguir pelos lisboetas, na transformação e modernização da cidade.



Aspecto da cerimónia de lançamento da 1.ª pedra do Monumento a D. João Bosco, a erigir frente às oficinas de S. José

CML E UNIVERSIDADE CELEBRAM PROTOCOLO

A Câmara Municipal de Lisboa e o Centro de Investigação e Estudos Urbanos e Territoriais assinaram, no dia 5 de Fevereiro, nos Paços do Concelho, um Protocolo de colaboração no domínio da problemática sócio-urbanística da capital, tanto ao nível de investigação como de formação de sociólogos.

Assim, ao nível da investigação sócio-urbanística as duas entidades manifestaram a sua disponibilidade para encontrar formas de colaboração recíproca na concretização de estudos, análise e diagnóstico de «situações-problema» e, ou, no desenvolvimento analítico de pesquisas.

Quanto ao nível da formação, o Protocolo prevê acções de apoio técnico, documental e informativo por parte da CML, bem como estágios de formação/informação nos seus vários serviços.

Assinaram o Protocolo o Eng.º Nuno



Aspecto da cerimónia de assinatura do protocolo celebrado entre a CML e o Centro de Investigação e Estudos Urbanos e Territoriais

Abecasis, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia,

Juan Mozzicafreddo, e o Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais, Victor Manuel Matias Ferreira.

ESCOLA PRIMÁRIA MODELAR INAUGURADA EM LISBOA

Mais de 160 mil contos investiu a Câmara Municipal de Lisboa nas obras das novas instalações da Escola Primária n.º 14, no Largo do Leão, Freguesia de S. Jorge de Arroios.

A cerimónia inaugural realizou-se, no dia 6 de Fevereiro, com a presença da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, em representação do Ministro da Educação, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, Vereadora Ana Sara de Brito, Embaixador da União Soviética, Bispo Auxiliar de Lisboa e do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios.

Depois da bênção do edifício pelo Bispo Auxiliar de Lisboa, seguiu-se uma sessão solene, no ginásio da escola. Usando da palavra a Vereadora Ana Sara de Brito referiu que aquela escola está aberta à comunidade, não só através das crianças e respectivos pais, mas também através de associações de juventude e da terceira idade.

Por sua vez, o Presidente do Município, Eng.º Abecasis, salientou a importância do empreendimento no campo da formação cultural e educativa, lembrando, a propósito, que as novas instalações da escola custaram tanto como a cons-

trução de habitações para 80 famílias que vivem actualmente em bairros degradados, mas que lhe restava a esperança de que as crianças ali presentes saberiam compensar o sacrifício feito.

A nova escola, de arquitectura original, foi projectada especialmente para o local e as obras iniciaram-se em finais de 1981.

Construída em alvenaria com estrutura de betão armado, possui 17 salas de

aula para uma capacidade de cerca de 650 crianças, uma sala polivalente, biblioteca, cantina com cozinha, instalações para serviços médicos e casa do guarda.

A propósito das características funcionais do novo edifício, a Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário disse considerar «as novas instalações um bom exemplo daquilo que o Ministério entende dever ser uma escola».



O Eng.º Nuno Abecasis no uso da palavra no decurso da cerimónia inaugural da nova Escola Primária n.º 14, no Largo do Leão

**PRÍNCIPES DE GALES
HOMENAGEADOS
PELA CÂMARA DE LISBOA**

No âmbito do programa da sua visita oficial a Portugal, os Príncipes de Gales, Carlos e Diana, foram homenageados pela Câmara Municipal de Lisboa com uma recepção seguida de almoço no Castelo de S. Jorge, no dia 12 de Fevereiro. À chegada ao Castelo foram recebidos pelo Presidente do Município, Eng.º Nuno Abecasis, acompanhado por toda a Vereação.

Ao almoço em honra dos ilustres visitantes estiveram presentes os Chefes do Estado-Maior do Exército dos três ramos das Forças Armadas, vários embaixadores, o elenco completo da Vereação da Câmara, funcionários superiores e outras individualidades.

No final, foi proporcionado aos visitantes um espectáculo de folclore português. O Presidente do Município ofereceu aos Príncipes de Gales um livro sobre empedrados artísticos de Lisboa, da autoria de Eduardo Bairrada, e um serviço de chá da Vista Alegre.

O Príncipe de Gales, no momento da assinatura do Livro de Honra da Cidade, aquando da recepção oferecida pela CML, no Castelo de S. Jorge





Concerto de homenagem a Villa-Lobos

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO COMPOSITOR VILLA-LOBOS

Atenta aos valores da cultura em todas as modalidades em que esta se pode manifestar, a Câmara Municipal de Lisboa tomou a iniciativa de no dia 5 de Março, data do centenário do nascimento do compositor brasileiro Villa-Lobos, promover, no Teatro S. Luiz, um concerto de gala comemorativo da efeméride. A iniciativa que despertou grande interesse do público admirador dos grandes valores da música, contou com a participação da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa, dirigida pelo Maestro Silva Pereira e com a colaboração da solista de guitarra Livia São Marcos.

O espectáculo inseriu-se no ciclo «Villa-Lobos, Vida e Obra», valorizado com a participação de artistas brasileiros e portugueses e direcção artística do Maestro José Atalaya.

AUTARCA PARISIENSE VISITA LISBOA

A fim de se inteirar das realidades e experiências urbanísticas de Lisboa, o «Maire» — adjunto de Paris, Bernard Rochen, esteve, no dia 10 de Março, nos Paços do Concelho, onde foi recebido pelo Eng.º Nuno Abecasis, no âmbito das relações de amizade que, desde há muito, ligam as duas cidades capitais.

No decorrer da recepção, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entregou ao ilustre visitante uma peça típica de artesanato português, seguindo-se no Gabinete Técnico de Habitação uma reunião de trabalho entre os dois autarcas, com a presença de técnicos do Município, sobre urbanismo, tendo sido focada a coordenação do planeamento para a recuperação de áreas degradadas, centros de acolhimento e serviço de protecção civil.

No âmbito do programa da sua visita a Lisboa, o autarca parisiense, acompanhado pelos técnicos do Município, visitou algumas zonas urbanizadas da capital, nomeadamente, os Bairros do Calhau, Laranjeiras, Quinta do Lambert, Teijeiras, Olivais e Chelas, ouvindo, interessadamente, todas as explicações que lhe foram dadas.



O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, e o Maire-Adjunto de Paris, Bernard Rochen, durante a reunião de trabalho sobre urbanismo, efectuada aquando da visita daquele autarca a Lisboa

ALUNOS DO ISCSP VISITAM A CML



O vereador Dr. Lívio Borges, em representação do Município, tece algumas considerações sobre a actividade camarária

Um grupo de alunos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas deslocou-se, em visita de estudo, aos Paços do Concelho, no dia 18 de Março. No Salão Nobre, foram recebidos pelo Presidente-Substituto, Dr. Lívio Borges que lhes manifestou a disponibilidade da Câmara para corresponder ao interesse manifestado em tomar contacto directo com as realidades da actividade camarária, estando confiante — disse —, da utilidade destas visitas para a formação académica.

Em seguida, na sala das reuniões públicas, sob a presidência do Vereador do Pelouro dos Espaços Verdes, Dr. Carlos Robalo, e com a presença de técnicos do Município, realizou-se uma reunião de trabalho e esclarecimentos em que os universitários visitantes tomaram contacto com os seguintes temas: «Gestão Administrativa e Técnica da CML» e «Programa para os Espaços Verdes na Cidade — 1987/89».

NOVO ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA DE ESPANHA

A Praça de Espanha, uma das maiores de Lisboa, vai brevemente ser objecto de adequados arranjos e transformações na concretização de um projecto que visa dar-lhe um melhor aproveitamento viário e urbanístico. Assim, dado que aquela zona permite a construção de edifícios de grande porte, estão projectadas para o local as novas instalações do Banco de Portugal e do Montepio Geral com o que se espera desconcentrar o sector terciário prevalecente na baixa bombalina.

No decorrer de uma conferência de imprensa, realizada no dia 19 de Março, nos Paços do Concelho, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, que se encontrava acompanhado pelo Governador do Banco de Portugal, Dr. Tavares Moreira, do Administrador do Montepio Geral, Dr. Vitor Melicias, do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Azeredo Perdigão e por técnicos do Município, explicou, em pormenor, aos representantes dos órgãos de comunicação social, as razões e os objectivos do projecto agora lançado para um melhor e adequado aproveitamento da Praça de Espanha. Disse que

a execução do projecto irá exigir algumas expropriações, garantindo, porém, a Câmara que nada será feito com o sacrifício de proprietários privados ou em detrimento de finalidades culturais ou sociais ali implantadas.

Salientou ainda que os termos do recente protocolo, assinado entre o Muni-

cípio e o Banco de Portugal, permitem garantir que o Teatro Aberto e o Centro de Medicina no Trabalho da CML, actualmente fixos naquela zona, renascerão em instalações condignas por forma a desempenharem em melhores condições as funções culturais e sociais que lhe estão cometidas.



O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, explica em pormenor o projecto de remodelação urbanística da Praça de Espanha



ARTESANATO EM EXPOSIÇÃO NO PALÁCIO DOS CORUCHÉUS

Uma exposição de artesanato organizada pelo Centro de Apoio ao Artesão, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, esteve patente ao público de 19 a 30 de Março e despertou grande interesse aos numerosos visitantes do Palácio dos Coruchéus.

Preenchida com obras de vinte artistas, a exposição compreendia uma gama bastante variada de motivos, desde uma pequena colecção de bicicletas em arame, de vários tamanhos e feitos, da autoria de Vergílio Martins, até às apreciadas colchas em linho e bonecas de pano,

de Almerinda Simões. De salientar, ainda, alguns quadros em madeira pintada em relevo, do cinzelador Eduardo Alves e as estatuetas em cerâmica de Maria José Vidal, as cerâmicas de Martim Afonso Dornellas, de Rui Reis, de Susana de Carvalho, de Paula Souto e, ainda, os painéis de azulejos de Guida Pinto de Mesquita.

Ainda no que respeita a cerâmicas, também, ali estiveram expostas obras de Helena Berger e José Rijo, uma placa de cerâmica de Tereza Cortêz, Maria de Lurdes Roque Martins, bem como as profissões de oleiro e corticeiro, representadas em cenas de barro modelado por António Paulo Dias Costa.

CÂMARA E MUNDICENTER FIRMAM PROTOCOLO

A Câmara Municipal de Lisboa vai passar a dispor de um espaço para exposições, colóquios e outros objectivos culturais no 2.º piso do Centro Comercial das Amoreiras, na sequência de um protocolo assinado no dia 24 de Março, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Mundicenter — Sociedade de Empreendimentos Comerciais, SARL.

Nos termos do protocolo, a CML passa a dispor gratuitamente de uma loja para instalar um posto de informações municipais e turísticas, podendo ainda, utilizar, mediante autorização, os painéis publicitários existentes no Centro Comercial das Amoreiras, para divulgação das actividades de iniciativa camarária.

Em contrapartida, a CML utilizará os MUPIS — painéis Decaux existentes na via pública, e na face que lhe está distribuída, para a colocação de cartazes em que seja feita a divulgação de exposições de arte e outros acontecimentos de índole cultural a realizar no Centro Comercial das Amoreiras, e que tenham a sua colaboração ou patrocínio.

O protocolo foi rubricado por parte da CML pelo Eng.º Krus Abecasis e pelo Eng.º Victor Ribeiro, por parte da Mundicenter.

Na oportunidade, o Eng.º Krus Abecasis pôs em relevo o significado e interesse do presente protocolo que permitirá ao Departamento de Turismo da CML ter, no Centro Comercial das Amoreiras, um local de apoio à sua acção cultural e divulgação das realidades turísticas da capital. Salientou, ainda, que o desenvolvimento das cidades resulta, em grande parte, da conjugação dos interesses privados com os interesses públicos de que o empreendimento da Mundicenter é um exemplo claro.

As obras de adaptação do espaço cedido iniciar-se-ão a curto prazo.

**PRÉMIOS MUNICIPAIS
ENTREGUES A
«HERÓIS CIVIS DA CIDADE»**

«Se todos os cidadãos seguissem a imagem do amor e dedicação que estes heróis civis representam, Lisboa seria a cidade da Justiça e da Paz» — afirmou o Eng.^o Krus Abecasis, em cerimónia realizada no dia 24 de Março, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, para entrega de prémios e medalhas municipais a várias entidades e instituições, entre as quais arquitectos, escritores, vereadores, jornalistas, academias, escolas e centros culturais, cujos méritos de acção desen-

volvida, nomeadamente no campo das artes, letras, história e investigação foram, assim, publicamente reconhecidos pela Câmara Municipal.

Realçando o alto significado da cerimónia a que se associaram numerosos amigos e admiradores dos premiados, o Presidente do Município salientou: «É preciso ter prestado provas e ganho mérito, não avaliado por júris, mas medido no dia-a-dia pelos cidadãos, para conquistar o direito às distinções aqui distribuídas».

No decurso da cerimónia foram entregues os seguintes prémios e medalhas municipais: Prémios Literários Municipais/1984, aos escritores: Lídia Jor-



ge, Vasco da Graça Moura e António Quadros pelas suas obras, respectivamente: «Notícia da Cidade de Silvestre» (ficção), «Os Rostos Comunicantes» (poesia) e «Fernando Pessoa, vida, personalidade e génio» (ensaio); Prémio Municipal Júlio Castilho/1985, atribuído ao Arqt.º Eduardo Martins Bairrada, recentemente falecido, pela sua obra «Empedrados Artísticos de Lisboa» foi recebido pela viúva; ao escritor Dr. Luiz Francisco Rebelo foi entregue uma «menção honrosa» pela sua obra «História do Teatro de Revista em Portugal» — 1.º e 2.º volumes.

Por sua vez, o jornalista Eduardo Guerra Carneiro recebeu o Prémio Municipal Júlio César Machado que lhe foi atribuído pelo seu artigo «Pessoa Revisitado nas Ruas de Lisboa», enquanto a Marina Tavares Dias foi entregue a «menção honrosa» pelos seus artigos «Café Martinho — Memória de um Espelho Quebrado, Garrett — O Chiado e Cafés de Lisboa Romântica» e «A Brasileira: Tribuna e Museu no Centro da Cidade».

Finalmente, o Prémio Municipal de Azulejaria foi entregue às seguintes individualidades: D. Maria Teresa Assunção Cortez Pinto e Melo pelo painel de cerâmica integrado na fachada do edifício MCB, Av.ª da Liberdade, 144, em Lisboa e ao Arqt.º Thebar Rodrigues Frederico pelo projecto do edifício MCB.

Foram também entregues medalhas de Honra da Cidade e de Mérito Municipal.

Assim, a Medalha de Honra da Cidade, com o título de benemérito, ao Arqt.º Eduardo Martins Bairrada; Medalhas de Honra da Cidade às instituições: Academia Nacional de Belas Artes, Academia Portuguesa de História, Associação Naval de Lisboa, Casa Batalha e Escola Secundária de Passos Manuel; Medalhas de Mérito Municipal (grau ouro) às seguintes individualidades e instituições: Dr. António Silva Graça, D. Maria Teresa Côrte-Real, António da Silva Arantes Russel, Carlos da Cunha Casanova, Júlio César Afonso Soromenho Romão, Dr. Luís Alberto de Sequeira Lopes Gallego, Mário José da Silva Garcia, Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, Sociedade Filarmónica União Capricho Olivaleense e Dr.ª Guida Faria.

Por último, a Medalha de Mérito Municipal (grau prata) foi entregue a José Luís da Silva Coelho e a D. Rosa Capeans.

A viúva do Arq.º Eduardo Bairrada, D. Manuela Bairrada, recebe do Presidente da CML, a Medalha de Honra da Cidade, no grau de Benemérito, que o Município deliberou atribuir àquele ilustre olisipógrafo por ocasião do seu falecimento

O Prof. Verissimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História, recebe em nome daquela instituição a Medalha de Honra da Cidade

A ex-vereadora Maria Teresa Côrte-Real recebe das mãos do Presidente da CML a Medalha de Mérito Municipal (grau ouro)



PROBLEMAS DA IMIGRAÇÃO DEBATIDOS EM LISBOA

Lisboa foi a cidade escolhida para a realização do Congresso de Autarcas e especialistas de cinquenta cidades de nove países da bacia do Mediterrâneo que decorreu, no Forum Picoas, de 25 a 27 de Março, subordinado ao tema: «Papel e Responsabilidade das Cidades perante os problemas da Imigração».

Na sessão de abertura dos trabalhos, o Eng.º Krus Abecasis, Presidente da Câmara Municipal, salientou o significado da reunião e dos temas a debater, dizendo, a propósito: «As Cidades são hoje mais as cidades dos homens do que as cidades das nacionalidades. O primeiro passo do urbanismo já não é o planeamento urbano, mas a análise sócio-urbanística».

Referiu, depois, a dimensão humana do problema da imigração e afirmou: «É preciso que cada gestor de uma cidade saiba exactamente qual é a composição da população, quais as suas diferentes tonalidades e matrizes e qual o tipo de resposta diversificada que deve dar aos seus cidadãos».

Estiveram presentes, entre outras individualidades, o Secretário-Geral da FMVJ, Sr. Hubert Lesire-Ogrel, a Secre-

tária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr.ª Manuela Aguiar e o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Academia Interna, Dr. José Manuel Durão Barroso.

A cerimónia de encerramento do Congresso decorreu sob a presidência do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território que, no seu discurso, felicitou os congressistas pelos trabalhos apresentados

e, a dado passo, afirmou: «As autarquias locais têm sido nos últimos anos um dos mais relevantes factores de progresso e desenvolvimento no nosso país». E acrescentou: «Constituindo as autarquias locais, o nível administrativo que mais perto se encontra dos cidadãos, não pode deixar de ser relevante a institucionalização de canais de comunicação entre os órgãos autárquicos e as respectivas populações».



O Eng.º Nuno Abecasis no uso da palavra, no decurso da cerimónia de abertura do Congresso «Papel e Responsabilidade das Cidades perante os problemas da Imigração»



O Presidente da Câmara recebe Lucien Engelmajer, director da «Association Le Patriarche»

ASSOCIAÇÃO «LE PATRIARCHE» SOLICITA APOIO À CML

Lucien Engelmajer, director e fundador da «Association Le Patriarche» que se deslocou a Lisboa para contactar com várias entidades a propósito da obra de recuperação dos toxicómanos, foi recebido pelo Presidente da CML, no dia 24 de Março, a quem solicitou, a colaboração do Município para a instalação da Associação, em edifício próprio, na capital portuguesa.

Em conferência de imprensa, o director de «Le Patriarche», fez o resumo dos contactos mantidos com os várias entidades e disse, no que respeita à CML, ter encontrado a melhor receptividade por parte do Eng.º Krus Abecasis. Disse, ainda, que Lisboa é a cidade, em relação a todas as outras onde «Le Patriarche» está presente, aquela que maior número de pedidos tem para ingresso de toxicó-dependentes nos centros de recuperação, espalhados por onze países e pertencentes àquela Associação.

